

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Junho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1124 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalho divulga conclusões da reunião do Comité Central

MUDAR DE RUMO

Págs. 5, 21, 22 e 23

**Contra
O
racismo!**



Págs. 8 e 9



**Bento Caração
INSIGNE
INTELECTUAL
COMUNISTA**

Entrevista
com
Álvaro
Cunhal

Centrais, 18 e 19

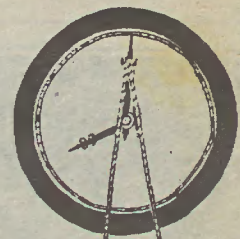
40

horas

PSD

renega

promessas



Pág. 13

Alqueva

– luta

continua

• Artigo José Soeiro

Pág. 20

Carcavelos

– uma vitória

sobre

a estrada

• Henrique Custódio

Pág. 7

No próximo
número

A CDU

na

Emigração

SUPLEMENTO

Entraves burocráticos travam investimento em Évora

«São inúmeros os exemplos de empresários nacionais e estrangeiros que, procurando investir em Évora, vêem os seus projectos serem alvo de entraves burocráticos e desinteresse por parte dos organismos governamentais, de tal modo que inviabilizam ou dificultam a sua fixação no concelho e na região.» A denúncia é feita em comunicado pela Comissão Concelhia de Évora do PCP, reunida recentemente para preparar a sua actividade nos próximos meses.

Os comunistas de Évora alertam para a degradação da situação social, para o aumento do desemprego e precariedade, ao mesmo tempo que se acumulam salários em atraso. Entre os casos mais graves, a concelhia relata a «não renovação de contratos e a ameaça de despedimentos na Simens e a instabilidade resultante do desmembramento da EDP».

Manifestando o seu empenho em contribuir para alcançar os objectivos eleitorais propostos pela DOREV, «passar a CDU a primeira força política no distrito e eleger o 2º deputado», a Concelhia sublinha a «extrema importância da participação do PCP/CDU na Feira de S. João». Ainda no quadro da pré-campanha, esta organização anuncia a realização em 8 de Julho, em Évora, de uma iniciativa política que conta com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Nova Concelhia eleita em Aljustrel

Realizada no passado dia 10 do corrente mês, a 3ª Assembleia Concelhia de Aljustrel elegeu uma nova equipa de direcção (com 21 membros) e aprovou uma resolução que caracteriza a situação económica e social no concelho, e aponta as orientações do trabalho partidário.

Apostados em contribuir para a eleição de dois deputados da CDU no distrito de Beja, os comunistas de Aljustrel vêem com preocupação a profunda crise em que o concelho está mergulhado, vítima de políticas de direita dos sucessivos governos. Destacam a grave situação na agricultura, indústrias agro-alimentares, produção de concentrados de pirites e, por arrastamento, todo o comércio local, construção civil e os serviços. Deste quadro ressalta ainda uma elevada taxa de desemprego e o abandono forçado dos trabalhadores das suas terras.

O PCP insiste na necessidade de se resolver a questão do uso e posse da terra, avançar com o projecto do Alqueva e por fim às hesitações e atrasos no arranque do projecto da Mina de Aljustrel, tendo sido aprovada uma moção de solidariedade com a luta dos mineiros. Por outro lado, denunciam a discriminação da região na atribuição de fundos estruturais, a inexistência de uma política de emprego e formação profissional no Alentejo, criticando os constantes adiamentos na criação das regiões administrativas.

Assembleia no Funchal

A 4ª Assembleia Concelhia do Funchal, reunida no início deste mês, traçou o objectivo de aumentar para 1600 votos o apoio eleitoral da CDU no concelho. Nas 20 intervenções produzidas, chamou-se a atenção para a necessidade de desenvolver uma campanha de esclarecimento e divulgação do símbolo da CDU junto da população do concelho, especialmente nas zonas altas, apelando-se ainda à participação de todos os militantes do Partido na batalha eleitoral segundo o princípio de que «cada militante deve ser um angariador de votos».

A Assembleia elegeu a Comissão Concelhia que passou a integrar 11 membros (seis operários e 5 empregados com uma média de idades de 37 anos). No final dos trabalhos, durante os quais todas as decisões foram aprovadas por unanimidade, interveio o coordenador regional e membro do CC do PCP, Leonel Nunes.

«FILOR» encerra

A falência da empresa têxtil FILOR - Fiação Lourenço Ferreira Lda., em Vale de Açores, Mortágua, é «mais um infeliz exemplo da política de sucesso da governação laranja», considera em comunicado a DORV do PCP, acusando a administração daquela unidade de uma «gestão desastrosa» e de nunca ter sabido «apostar na modernização».

Com as portas encerradas, 130 trabalhadores, na sua maioria mulheres com dezenas de anos de casa, têm pela frente o desemprego, aguardando no entanto que a empresa assuma as suas responsabilidades e compromissos.

A Regional de Viseu do PCP manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores da FILOR, considerando que «a situação não está ainda arrumada» e que «será sempre mais eficaz lutar por uma solução de reanimação produtiva, com a manutenção dos postos de trabalho, do que esperar placidamente por promessas de hipotéticos empregos quem, mesmo a concretizar-se, só abrangeriam parte dos trabalhadores».

Gaia debate segurança

Decorreu na passada semana, em Gaia, um debate sobre «A segurança dos cidadãos» que contou com a participação de João Amaral, deputado à AR e cabeça de lista pelo círculo do Porto às próximas legislativas. Na iniciativa participou ainda Antero Pires, vereador da CDU na CM de Gaia.

Álvaro Cunhal em Vila do Conde Compra do Centro de Trabalho é uma prova de confiança

O sonho realizou-se. Lançada uma campanha de fundos que ultrapassou todas as expectativas, os comunistas de Vila do Conde puderam finalmente comprar a fracção do prédio onde funciona o Centro de Trabalho. A recolha de fundos continua pois ainda é preciso pagar um empréstimo contraído e realizar obras de reparação das instalações, mas o ânimo não falta, como ficou claro durante o jantar-convívio que teve lugar sexta-feira, na sede do Rancho das Rendilheiras da Praça, com a presença de Álvaro Cunhal.

Recebido à chegada por dezenas de camaradas, o dirigente comunista visitou as instalações, onde proferiu breves palavras a propósito da concretização desta antiga aspiração da organização de Vila do Conde. Os presentes dirigiram-se de seguida até à colectividade onde se realizou um jantar-convívio.

Com mais de duzentas pessoas, entre militantes e não militantes, que fizeram questão em estar presentes num dia de grande significado para os comunistas de Vila do Conde, a iniciativa decorreu num ambiente de grande alegria e confiança.

Na ocasião, começou por usar da palavra Jorge Marques, membro da Comissão Concelhia eleito na Assembleia Municipal, que saudou a presença de Álvaro Cunhal e referiu a importância da compra do Centro, «só possível graças ao esforço dos militantes e simpatizantes comunistas, mas também com a contribuição de membros de outros partidos, o que revela o prestígio do PCP no concelho».

Referindo-se à situação da região, onde os problemas nacionais se fazem sentir, este eleito teceu críticas à Câmara que «muito promete mas pouco faz». Ilustrando com exemplos concretos, afirmou que, em 1994, o executivo municipal apenas concretizou 41 por cento dos investimentos que prometeu fazer. Por isso, prosseguiu, «é que apenas 25 por cento do concelho tem rede de esgotos, e estes não têm qualquer tratamento, e grande parte das freguesias não são abrangidas pela rede pública de abastecimento de água».

Sem nunca ter elegido um vereador, a CDU continua a lutar por este objectivo no concelho, gerido por sucessivas maiorias absolutas do PS, desde as primeiras eleições autárquicas.

Calorosamente aplaudido, Álvaro Cunhal referiu-se à compra do centro de trabalho, salientando que não se trata de

comunistas portugueses depositam no futuro e no papel que nele irão desempenhar.

Abordando a situação política nacional, o presidente do Conselho Nacional do PCP considerou ter sido uma oportunidade perdida pelo Presidente da República para alterar o rumo do descalabro económico e social que o país está a seguir, o facto de não ter demitido o Governo do PSD, realçando a necessidade de um grande envolvimento na batalha eleitoral que se aproxima.

A neste sentido, sublinhou que as próximas eleições não

são um combate entre dois futuros primeiros ministros, porque o que está em causa é eleger deputados e não primeiros ministros.

Mais adiante, acrescentou que a simples substituição de um governo do PSD por outro do PS, apoiado numa maioria absoluta, nada iria alterar. O importante, afirmou, será o reforço da votação na CDU para que a correlação de forças na futura Assembleia da República permita a formação de um Governo apoiado pelas forças democráticas e com uma política democrática, concluiu.



PCP/Açores

exige medidas de emergência

Temporal destrói estradas e ponte nas Flores

As fortes chuvas que atingiram a Ilha das Flores, nos dias 6, 8 e 9 deste mês, provocaram graves prejuízos na economia local, destruindo nomeadamente a ponte de acesso à Fajã Grande e vários troços das estradas para essa freguesia do concelho das Lages e para a de Ponta Delgada, no concelho de Santa Cruz.

A diminuição da capacidade de circulação em muitos caminhos, a destruição de algumas habitações e de avultados estragos em muitas outras, a invasão de inúmeras pastagens por enchurradas e a ruína de diversas culturas agrícolas, são algumas das gravíssimas consequências do temporal.

Logo no dia da ocorrência, o deputado do PCP, Paulo Valadão, enviou uma mensagem ao Presidente do Governo Regional, alertando para a gravidade da situação e solicitando o reforço de meios humanos, técnicos e financeiros, para que seja reposta a normalidade da circulação de viaturas, pessoas e animais em toda a ilha, da produção agrícola e da vida social e familiar dos sinistrados. Nesse texto, o deputado comu-

nista insiste na necessidade de medidas de emergência, como a instalação de uma ponte provisória que quebre o isolamento de Fajã Grande.

No último fim-de-semana, no decorrer de uma reunião extraordinária do Conselho Regional dos Açores do PCP, foi decidido solicitar aos deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu que actuem junto das instâncias oficiais, do Estado e da União Europeia, para que os prejuízos verificados sejam classificados de catástrofe natural e que seja, assim, disponibilizado um fundo extraordinário para fazer face à situação.

Foi ainda decidido acompanhar de perto as actividades de avaliação da situação que as comissões especializadas da Assembleia Legislativa Regional vierem a desenvolver, por forma a que os pareceres e sugestões que vierem a emitir contribuam para a resolução dos problemas.

Durante a reunião, foram ainda aprovados os critérios finais para a elaboração da lista de candidatos da CDU/Açores às eleições legislativas.

Luta de estrada em Carcavelos derrota Câmara de Cascais

PS: ir ao PICA e picar-se

"A história começa num sábado chuvoso, em fins de Outubro passado. Andávamos num porta-a-porta, em recolha para um inquérito da CDU, quando um morador nos abriu a porta e, ao contrário da indiferença de moradores anteriores, nos sorri e pergunta: *Ah, são da CDU? Então sabiam que vai passar por aqui uma estrada?*"

"Aqui" é o Bairro da Caixa da Freguesia de Carcavelos, no Concelho de Cascais - o único bairro social neste núcleo urbano que, em tempos, deteve o mais elevado rendimento *per capita* do País, segundo nos informou um dos protagonistas que lideraram uma luta bizarra mas coroada de êxito: a que opôs os moradores de um bairro à intenção do executivo socialista da Câmara de Cascais em rasgar uma estrada no meio das suas casas, para satisfazer o conforto duma futura urbanização de luxo prevista para as proximidades.

Os activistas desta luta são todos comunistas (nenhum deles gostará de ver as coisas colocadas neste pé pessoalizado, mas as coisas são o que são), agindo no espaço institucional do poder autárquico e no quadro do empenho político e social.

Os protagonistas foram toda a população atingida pelo disparate e que, curiosamente, tem dividido as suas simpatias eleitorais pelo PS e o PSD - o que não os impediu de aceitar o apoio da CDU, como única força política que os escudou, estimulou e liderou na resolução do seu problema.

Vale a pena conhecer a história, que mais uma vez demonstra como são fecundos os caminhos da luta. Mesmo contra ex-sindicalistas que, pelos vistos, esqueceram no poder o que aprenderam na vida...

Anabela Malheiro e Vítor Carreira são os dois únicos membros da CDU na Assembleia de Freguesia de Carcavelos, no Concelho de Oeiras, mas não estão sozinhos na activismo político da Coligação Democrática Unitária junto da população da vila: trabalham regularmente com José Carlos Silva, Isabel Rosado (presentes, com os primeiros, na conversa que tiveram connosco), Clara Garcia e João Fragoza, entre outros. Estes últimos, aliás, apareceram no final da entrevista para mais uma reunião no Centro de Trabalho local, instalado em duas divisões a que se acede por um sossegado quintal e onde tem de caber tudo: materiais de propaganda, reuniões de trabalho, arquivos, etc.

Todos eles têm estado envolvidos na luta contra uma estrada camarária inscrita no Plano Integrado de Carcavelos - o célebre PICA - que o executivo PS da Câmara de Cascais quis construir, sem auscultar as populações atingidas, rasgando um bairro ao meio, na 1ª versão, e destruindo um parque infantil e uma zona arborizada, na 2ª versão, além de atingir a zona do mercado de levante, a tradicional "feira de Carcavelos".

Anotar-se que esta sucessão de versões (uma 3ª foi finalmente admitida pela Câmara, há dias, respeitando os interesses e a vontade das populações atingidas) se deve, exclusivamente, à oposição desenvolvida pelos moradores que, tendo sido ignorados em todo o processo, acabaram por forçar o executivo presidido pelo ex-sindicalista José Luís Judas a

atender as suas reivindicações, tendo a CDU um papel determinante nestes resultados, apesar da sua escassa representação num único órgão autárquico da vila, a Assembleia de Freguesia.

Na óptica de Judas, moradores "não são representativos"

Retomando a narrativa dos acontecimentos, os meus interlocutores contaram que a informação deste morador - afirmada em Outubro passado como quem se volta para o último recurso -, sobre a construção de uma estrada camarária pelo meio do Bairro da Caixa, tinha já surgido em zumbum, pelo que a CDU questionaria, Junho atrás, o presidente PS da Junta de Freguesia de Carcavelos sobre o assunto. Respondeu que não sabia de nada. "Já estava a encobrir a Câmara", afirmaram-nos.

Na sequência da queixa do habitante, a CDU contactou a Associação de Moradores do Bairro da Caixa. "Desabafaram connosco: andavam a tentar informar-se, mas nem a Junta de Freguesia nem a Câmara Municipal lhes dava qualquer resposta. Tinham feito diligências apresentando-se como «um grupo de vizinhos» e o presidente da Câmara, José Luís Judas, arrogantemente, recusara recebê-los, alegando que não se tinham identificado, não tinham representatividade nem se assumiam".

Então a CDU convocou uma reunião da Assembleia de Fre-

guesia para esclarecer o assunto, apelando à participação dos moradores. A reunião realizou-se a 9 de Novembro e, surpreendentemente, bateu todos os recordes de assistência e participação. Nela se aprovou uma proposta da CDU - a primeira sancionada em relação ao PICA - com a única abstenção do presidente PS. Afirmava-se que "existe uma proposta alternativa a esta estrada camarária, apresentada pela CDU, já aceite em reunião da Comissão de Trânsito e Transportes da Assembleia Municipal com o vereador do Pelouro, que mantém os pressupostos e objectivos gerais do PICA, evitando-se a destruição das zonas já consolidadas e aprazíveis". E a proposta sugeria "que se realize uma reunião, com carácter urgente, com a Associação de Moradores, os representantes de todas as forças eleitas da Assembleia de Freguesia, Junta de Freguesia, Gabinete do Nó Ferroviário de

A descoberta "do rabo ao gato"

A 19 de Janeiro deste ano, a CDU promoveu, em conjunto com as três Associações de Moradores de Carcavelos, um encontro subordinado ao tema "Carcavelos, que futuro?", realizado no salão paroquial, que pela primeira vez se abriu a uma iniciativa de carácter político. Nela participaram mais de 100 pessoas, com a presença de bombeiros, colectividades, escuteiros, etc., onde, além de se denunciar a enormidade do traçado da estrada camarária pelo meio de um bairro, "se descobriu o rabo ao gato - SAVELOS - o famigerado projecto urbanístico que vai destruir a Quinta dos Ingleses e que poderá, a menos que os estudos de impacto ambiental digam o contrário, pôr em risco o areal da praia de Carcavelos". Seria este projecto urbanístico de luxo que a pretendida estrada camarária atra-



Da esquerda para a direita Anabela Malheiro, Vítor Carreira (eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Carcavelos), José Carlos Silva e Isabel Rosado. Foi através deles e de outros como eles que a CDU desenca- deou, vitoriosamente, a luta contra a estrada que queria rasgar um bairro ao meio

Lisboa (GNFL), com a Câmara Municipal e Comissões específicas de acompanhamento do problema", com o objectivo de suspender o início das obras da estrada camarária "na versão acordada entre a Câmara e o GNFL" (que rasgava o Bairro da Caixa) e "iniciar, com a máxima brevidade, os estudos técnicos adequados da alternativa proposta, designadamente o seu traçado e as suas incidências, impacto ambiental, rodoviário e outros".

Segundo a lei - recordaram os meus interlocutores - o presidente da Junta de Freguesia é obrigado a apresentar e a defender, na Assembleia Municipal, as deliberações do seu órgão. "Lá apresentar, apresentou, mas não reflectiu a decisão tomada, fazendo mais uma vez o jogo do executivo da Câmara". Todavia, a partir daí a Câmara e a Assembleia Municipal de Cascais viram-se confrontadas com a presença combativa da população e da Associação de Moradores mobilizados pela CDU, "o que os forçou a um primeiro recuo, substanciado num estranho e sucessivo adiamento da votação sobre o PICA - estrada camarária".

vés do Bairro da Caixa iria servir, fazendo a ligação directa com a auto-estrada do Estoril...

Chegadas as coisas a este ponto, tanto o PS como o PSD tentam recuperar a iniciativa política e lançam algumas iniciativas pretensamente preocupadas com o problema da estrada camarária.

"O PSD utiliza a Fundação Cascais - dizem-nos - para co-reografar uma réplica do Encontro do Centro Paroquial. Curiosamente, a Comunicação Social também desperta pela primeira vez para o assunto, quando tinha ignorado todas as iniciativas anteriores da CDU..." O PS também entra em acção e o próprio Judas, numa salaio e enfatuada "presidência aberta" que, significativamente, inicia em Carcavelos, "aparece pela primeira vez a falar da estrada camarária-PICA, a afirmar-se um defensor do «diálogo com as populações» e a prometer uma melhor solução".

A "melhor solução" surge em princípios de Março com uma torcidela no traçado inicial - um "pescoço de cavalo", como ironicamente a população lhe chamou - e que em vez de rasgar o Bairro da Caixa, rebentava com um parque infantil e uma bela zona arborizada, além de atingir o mercado de

levantar. Tudo para manter, intocáveis, os inconfessados interesses das futuras urbanizações de luxo.

Um presidente subitamente democrático

"Surge aqui um refluxo no empenho de algumas estruturas na luta, disseram os nossos entrevistados, "e a Associação de Moradores do Bairro da Caixa voltou a ver-se sozinha e a ter na CDU o único interlocutor sério e combativo".

A CDU inicia o 2º round: no passado dia 26 de Abril, convoca nova reunião da Assembleia de Freguesia com um único ponto na ordem de trabalhos - "PICA - estrada camarária", onde a Câmara se faz representar ao nível de... assessor de vereador! Entretanto, a população responde de novo à

que isto é uma aberração, mas quem vai ter de decidir é o Governo e afirmando que se Ferreira do Amaral não aceitar que esta via rápida passe a via urbana, a responsabilidade será dele".

Nesta altura, já estamos num tempo em que Judas aparece nas páginas dos jornais a afirmar que só decidirá "depois de ouvir todos"...

E a luta deu frutos

Pouco depois, "para dar a ideia que retomou a iniciativa política", o presidente Luís Judas aparece, a 19 de Maio a anunciar que a estrada camarária de Carcavelos já não se construirá, anúncio que será registado em acta, dias depois, na reunião da Assembleia Municipal de 5 de Junho.

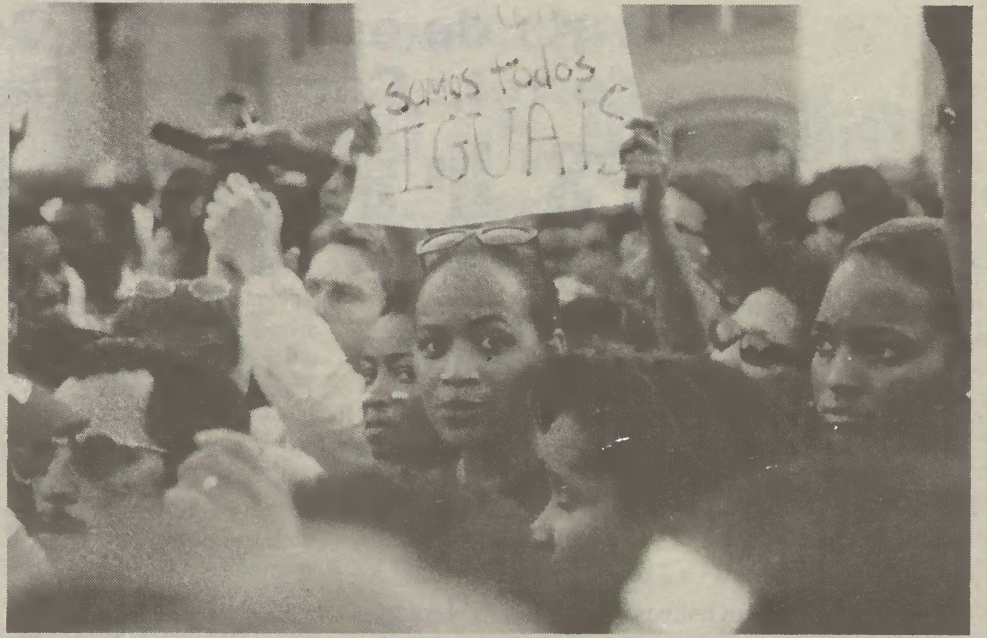
Todavia, nem esta pretensa iniciativa política de Luís Judas corresponde à verdade, considera a CDU. "Na verdade - dizem os meus interlocutores -, na transcrição das suas próprias palavras no Período de Antes da Ordem do Dia vê-se que quem decidiu a questão foi o ministro Ferreira do Amaral, levando a reboque o presidente e o executivo da Câmara e dando-lhes, suplementarmente, uma «lição» sobre como se deve ouvir as populações".

Lê-se na referida transcrição que "o senhor presidente da Câmara Municipal informou ter tido uma entrevista com o sr. Ministro das Obras

Públicas acerca do PICA, na qual o sr. Ministro concordou com o facto de que existe um desfaseamento entre os serviços da JAE e do Gabinete do Nó Ferroviário, pelo que, nessas circunstâncias, decidiu (sublinhados nossos) que não haverá nenhum atravessamento previsto na zona do Mercado de Carcavelos, seja em frente ou atrás dos edifícios. Informou que se fará única e exclusivamente a passagem subterrânea que a JAE tem programada". Por outro lado, e "no sentido de evitar problemas de tempo", o sr. Ministro "deu ordem para que fosse o Gabinete do Nó Ferroviário, desde já, a fazer a referida passagem". Assim sendo, entende o sr. Ministro "que o problema que de facto preocupava os moradores foi resolvido".

Ou seja: sabedor do avolumar dos protestos com a situação da estrada camarária, o ministro Ferreira do Amaral fez um brilhante ordenando, de um dia para o outro, a contento das populações e deixando a Câmara de Cascais a braços com toda a sua arrogância, autoritarismo e desprezo pelos cidadãos que supostamente representa.

■ Henrique Custódio



Milhares na rua contra o racismo «Todos diferentes, todos iguais!»

Milhares de pessoas, de várias raças e na maioria jovens, participaram na manifestação anti-racista convocada por três dezenas de associações, sexta-feira ao fim da tarde, nas ruas da cidade de Lisboa. «Todos diferentes, todos iguais», «a intolerância mata, a indiferença mata, a convivência mata» ou «portugueses e imigrantes solidariedade» foram algumas das palavras de ordem desta manifestação - assumidamente um protesto pacífico contra os incidentes provocados por um bando de «skinheads» que no domingo anterior atacara e espancava jovens negros, causando a morte de Alcindo Monteiro.

Os manifestantes saíram em desfile do Jardim de São Pedro de Alcântara em direcção às ruas do Bairro Alto, local do

ataque racista, e ao longo do percurso, encaminhados por um carro da Polícia de Segurança Pública, gritaram pala-

avras de ordem como «só queremos ser iguais», «skins, racistas, assassinos» ou «discurso racista, não!».

A manifestação anti-racista terminou junto ao Ministério da Administração Interna, onde a comissão organizadora entregou um documento condenando «a não actuação» da polícia e o «discurso oficial de laivos racistas».

O documento considera «intolerável que seja possível perseguir e agredir tanta gente, barbaramente e durante tanto tempo (duas horas), por ódio racial, sem que a polícia pusesse termo à agressão».

O texto critica também o discurso do Governo, que «foi incapaz de garantir a segurança dos cidadãos e procura fazer dos imigrantes o bode expiatório dos actuais males da sociedade portuguesa».

A comissão organizadora considera também necessário accionar «com o máximo rigor da lei» os agressores, e identificar os restantes membros do grupo de «skinheads» ainda em liberdade.

O teor do documento, lido por membros da comissão organizadora, que utilizaram uma carrinha da CGTP com um palco montado, foi muito

aplaudido pelos milhares de pessoas presentes na Praça do Comércio.

Os manifestantes encerraram o protesto com uma toada «rap», em que participaram diversos grupos do género, com um discurso abundante em críticas ao governo e depois de apelos à calma feitos pela organização da iniciativa, já que fora posto a circular um panfleto que incitava à violência como resposta aos ataques racistas.

Todos os que intervieram durante a manifestação repudiaram tal tipo de comportamentos, exigindo antes que se

fizesse justiça e se criasse condições para que acontecimentos como os que motivaram este protesto não voltassem a ocorrer.

A manifestação contou com a presença de pessoas de várias raças e nacionalidades, entre as quais uma representação de Timor-Leste. No desfile anti-racista viam-se pessoas conhecidas do mundo da política, cultura e espectáculo, entre as quais Carlos Carvalhas, Luís Sá, Octávio Teixeira, Domingos Abrantes, Agostinho Lopes e Francisco Lopes, do PCP; Helena Roseta, Manuel Alegre, Jorge Lacão, do PS;

Carlos Carvalhas no debate sobre integração social dos «Estado português deve assumir as suas

Um debate promovido pelo PCP sobre «Integração social dos imigrantes e o combate ao racismo e à xenofobia» decorreu no passado domingo no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, e onde os intervenientes defenderam a alteração da lei da imigração e de asilo e da legislação sobre o acesso dos imigrantes à habitação social.

Ideias defendidas por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que disse que o racismo e a xenofobia só podem ser combatidos se se tiver também em conta a luta contra o tráfico de droga, a recuperação dos toxicodependentes, o combate à exclusão, à pobreza e aos «ghettos».

A garantia de um sistema de saúde que não exclua os imigrantes em Portugal foi outro dos aspectos mencionados por Carvalhas que sustentou ainda que para haver verdadeiramente desenvolvimento económico em Portugal, ele terá que ser multirracial.

«Os comportamentos de cariz racista e xenofobo que se têm verificado em Portugal têm múltiplas causas, mas são inseparáveis da grave situação económica e social que se vive», disse Carlos Carvalhas. Estes comportamentos - disse o dirigente comunista, numa

intervenção da qual publicamos alguns extractos - são também inseparáveis de uma orientação governativa que «demagógicamente confunde combate à criminalidade com imigração de origem africana» e que em obediência aos Acordos de Schengen «dificulta e condiciona a legislação dos imigrantes e a sua integração social».

Neste debate participaram também Henrique Sousa, do Secretariado do CC do PCP, que dirigiu os trabalhos, o deputado António Filipe, Helena Medina, do executivo da DORLisboa do PCP, Helena Bastos, da Câmara da Amadora, António Abreu, da Câmara de Lisboa, e Manuel Correia, da Federação das Associações Cabo-verdianas e da Coordenadora da Frente Anti-Racista.

Por seu turno, Carlos Gonçalves, do Comité Central

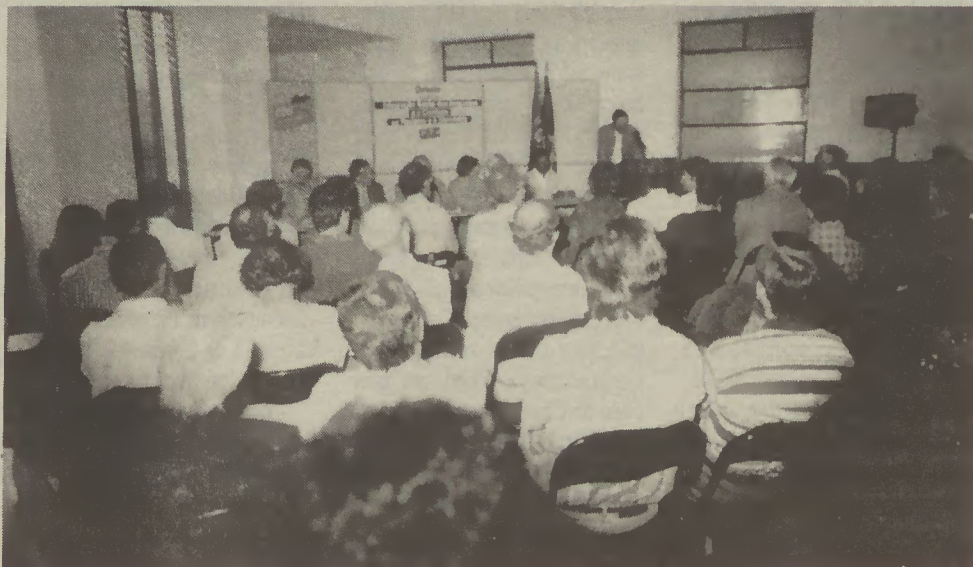
do PCP, afirmou que a insegurança deve ser tratada independentemente da política de imigração, e António Abreu, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, falou da necessidade de uma intervenção activa no mercado do arrendamento para as famílias de minorias étnicas e considerou que a escola deve ser «um encontro de comunidades».

(...)

Como já foi afirmado, reunimo-nos hoje e aqui para reflectirmos sobre algumas medidas e propostas para o Programa do PCP a apresentar ao povo português nas próximas eleições legislativas, sobre a temática do combate ao racismo, à xenofobia e dos problemas das comunidades de imigrantes. É necessário acabar com a escalada de violência e instaurarmos um clima de convivência. Esta noite continuaram a produzir-se acontecimentos preocupantes e inadmissíveis.

Os trágicos acontecimentos verificados no Bairro Alto, motivados pela violenta investida de um grupo neonazi e de que resultou a morte de um jovem e a agressão de muitos outros, além da justa e generalizada condenação que suscitaram, e bem assim como a agressão de que foram vítimas dois jovens militares, reforçam a necessidade e urgência de uma cuidada reflexão sobre as causas profundas e as responsabilidades dos preocupantes sinais de racismo e xenofobia emergentes na sociedade portuguesa, sobre as evidentes injustiças e carências que marcam a situação da maioria dos imigrantes e as minorias étnicas em Portugal, sobre as políticas e as medidas capazes de garantirem a realização da mensagem proclamada na grande manifestação anti-racista que percorreu as ruas de Lisboa - todos diferentes, todos iguais!

Os comportamentos de cariz racista e xenofobo, que se têm verificado com frequência crescente, têm múltiplas causas, mas eles são inseparáveis dos apelos fascistas como os que se verificaram no 10 de Junho e da grave situação económica e social que se vive no País com mais de 430 mil desempregados, com profundas desigualdades sociais, com uma grave situação no domínio das neces-





Isabel Castro, de «Os Verdes»; Blasco Hugo Fernandes, da ID; Mario Tomé, da UDP; Jorge Sampaio, Rui Godinho, António Abreu e Vasco Franco, da Câmara de Lisboa; José Ernesto Cartaxo e Manuel Lopes, da CGTP; o militar de Abril, Vasco Lourenço; Luís Cardoso, dirigente da resistência timorense; o escritor Modesto Navarro; o cantor Janita Salomé; o actor Mário Viegas; o pintor Júlio Pomar; o jornalista Joaquim Letria; Fernando Rosas, historiador; ou ainda Vitor Vasques, Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, entre muitos outros.

Até a assistir ao discurso do cantor «rap», General D,

que em jeito de recado ao Governo dizia «'tá-se mal em Portugal», via-se Azevedo Soares, secretário-geral do PSD e antigo ministro de Cavaco Silva...

Porto

Também uma manifestação anti-racista se realizou no mesmo dia na «baixa» do Porto e incluiu várias intervenções de activistas anti-racismo, algumas das quais exigindo a demissão do ministro da Administração Interna, Dias Loureiro.

Os manifestantes, efectua-ram um pequeno desfile na

«baixa» portuense empunhando cartazes com a frase «Não ao Racismo». Cerca de duas dezenas de organizações anti-racistas, colectividades, sindicatos e partidos políticos convocaram a manifestação, que recolheu, no próprio dia a adesão de novas organizações.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte associou-se também à manifestação, considerando que «se o processo da hominização está concluído há alguns séculos, crimes como este de que foi vítima Alcindo Monteiro, provam que um outro percurso, o da humanização, se encontra muito distante da sua maturidade».

Frente Anti-Racista exige demissão de ministro

A Frente Anti-Racista, uma das entidades que convocou a manifestação anti-racista em Lisboa, condenou a política do Governo e exigiu a demissão do ministro Dias Loureiro, salientando ser ele o «responsável directo pela política de imigração e segurança interna».

Em comunicado, difundido após uma reunião para analisar a manifestação promovida sexta-feira contra o racismo e a xenofobia, a organização critica ainda o discurso oficial do Governo em reacção às ocorrências do Bairro Alto, no último fim-de-semana.

«A adesão espontânea de muitos milhares de pessoas, em especial jovens, constituiu uma demonstração de exigência de que sejam tomadas medidas adequadas que impeçam a proliferação destes fenómenos», lê-se no referido comunicado.

A Frente considera que a manifestação constituiu «uma grande jornada de luta» contra o racismo, a xenofobia e a extrema-direita e exigiu a investigação «com urgência» dos acontecimentos do Bairro Alto e da demora da intervenção da PSP.

«O discurso oficial do Governo e as declarações do ministro Dias Loureiro, proferidas após o surto de violência da noite de 10 de Junho, a somar a outros de culpabilização dos imigrantes, em especial dos negros, pelos males do país e

pela insegurança das populações, não podem passar em claro», diz a nota que conclui com a exigência de demissão do ministro da Administração Interna.

JCP acusa política global do Governo

A JCP acusou o Governo de desenvolver uma política global em que o papel das forças policiais «não é o da protecção dos cidadãos» mas que «privilegia a repressão violenta da acção popular, constitucionalmente consagrada, em defesa de direitos». As afirmações constam de um comunicado divulgado a semana passada a propósito dos acontecimentos de violência racista ocorridos no Bairro Alto e onde a organização apelava à participação na manifestação de sexta-feira.

Na nota, os jovens comunistas acusam a «permissividade do Governo» perante a existência de grupos nazis e racistas, exigindo «que este trágico acontecimento introduza uma profunda mudança na orientação do Governo nesta matéria».

A JCP acusa também o sistema prisional por ter permitido a fuga de Pedro Grilo, «skin» responsável por homicídio, sendo esse um exemplo «da impunidade com que são tratadas as acções criminosas de cariz racista».

A rápida detenção de todos os implicados nos acontecimentos de 10 de Junho e o apelo ao Ministério Público para a elaboração de uma acusação detalhada e minuciosa, constam deste comunicado daquela estrutura.

A JCP considera ainda que «não é com a retaliação do sucedido que se vencerão os ataques racistas organizados, salvaguardando os direitos legalmente consagrados de tutela privada, particularmente a acção directa e a legítima defesa».

Imigrantes e o combate ao racismo e à xenofobia responsabilidades»

sidades sociais básicas - saúde, educação, habitação. Estes comportamentos são também inseparáveis duma orientação governativa que demagogicamente confunde combate à criminalidade com imigração, que em obediência aos Acordos de Schengen dificulta e condiciona a legalização dos imigrantes e a sua integração social e que se mostra incapaz de garantir eficazmente a segurança e a tranquilidade das populações. De uma política que manifesta crescentes e preocupantes sinais de autoritarismo e ofensa aos direitos dos cidadãos ao mesmo tempo que tem assumido uma postura permissiva relativamente a actividades e organizações de natureza fascista ou fascizante.

Pela nossa parte, recusamos firmemente a interpretação de responsáveis do PSD, do seu Governo, e dos seus comentaristas de serviço, que pretendem desvalorizar o significado e dimensão dos incidentes verificados pelo recurso estafado (usado pelo Primeiro-Ministro) à comparação com acontecimentos semelhantes no estrangeiro, como se o mal dos outros resolvesse os problemas próprios, ou procurando reduzir a questão à punição severa, que também consideramos indispensável, dos autores de tais agressões. Condenamos a irresponsabilidade de ministros que associam implícita ou explicitamente a imigração de origem africana com a criminalidade, assim estimulando sentimentos de racismo e xenofobia contra minorias étnicas que dão o seu concurso activo ao desenvolvimento do País e partilham, enquanto cidadãos e trabalhadores, as negativas consequências da socialmente injusta política do Governo. Condenamos a incapacidade e o autoritarismo do Governo e do seu Ministro da Administração Interna, sempre lesto em usar a repressão contra manifestações de cidadãos que lutam pelos seus direitos, mas declaradamente incompetentes quando se trata de assegurar a protecção dos direitos dos cidadãos garantindo eficazmente a ordem e a tranquilidade públicas.

Mas recusamos da mesma maneira as teses dos que, à direita, buscam nestes acontecimentos alento e justificação, não para determinadamente atacar as suas causas sociais profundas mas, como fazem os dirigentes do CDS/PP, para uma instrumentalização perigosa e demagógica das questões de segurança ao serviço duma concepção xenófoba, repressiva e autoritária do Estado. Não é com repressão e mais repressão, com medidas securitárias ou

com serviços de informação como o SIS, que se dá resposta a estes problemas. O combate à insegurança não pode ser pretexto para a amputação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, nem fonte para a degradação da democracia política.

Não basta também lamentar os dramáticos acontecimentos verificados. É preciso lembrar as políticas, os responsáveis, as medidas, as complicitades que conduziram à desastrosa situação económica e social do País, com o seu cortejo de marginalidade, exclusão, desigualdade, intolerância, caldo de cultura típico dos ódios raciais com que se buscam bodes expiatórios dos problemas. É preciso não esquecer que a ratificação dos Acordos de Schengen com o voto favorável de PSD, PS e CDS/PP constituiu o quadro orientador de medidas e leis (do asilo e da imigração) gravemente lesivas e limitativas dos direitos, da legalização e da integração social dos imigrantes e das minorias étnicas em Portugal. E que a Convenção de Aplicação dos Acordos de Schengen que o «bloco central» pró-Maastricht alargado ao CDS votou, mistura significativamente o controlo da liberdade de circulação, da imigração e da criminalidade, para assim justificar a concepção duma «Europa das polícias», duma «Europa fortaleza», com o reforço de medidas de controlo policial sobre a generalidade dos cidadãos, sacrificando direitos e liberdade de circulação dos imigrantes.

A grandiosa manifestação anti-racista do dia 16 e o funeral do jovem português de origem africana assassinado são um impressionante testemunho de que a grande maioria dos portugueses, a grande maioria dos jovens, que tiveram uma notável e destacada adesão, condenam vivamente o racismo, a xenofobia e a intolerância, repudiam a actividade dos grupos de inspiração fascista e racista na sociedade portuguesa, condenam a política do Governo do PSD que tem facilitado a emergência destes fenómenos na sociedade portuguesa, desrespeitado os direitos dos imigrantes e dificultado a sua integração.

A grande manifestação de 16 de Junho, e o empenhamento, unidade e determinação de participação cívica revelados, são também uma lição dada a governantes que, cada vez mais desprestigiados e isolados, não se coíbaram (como o Primeiro-Ministro e o Ministro da Justiça) de manifestar reservas, desagrado e cuidados pela sua realização, assim demonstrando a sua incapacidade de compreender que a



erradicação do racismo e da xenofobia da sociedade portuguesa também exigem a mobilização activa dos cidadãos, trabalhadores, jovens, mulheres, portugueses e imigrantes, cidadãos que vivem, trabalham e constroem este País.

O combate à insegurança e ao racismo exige uma nova política, uma nova política para a juventude, uma nova política educativa, a criação de emprego estável e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, o combate ao tráfico de droga e a recuperação dos toxicodependentes, o combate à exclusão e à pobreza, o combate aos ghettos urbanísticos e aos bairros sem alma, autênticas selvas de barracas e de cimento.

(...) Como se afirma no projecto para o Programa eleitoral do PCP em debate, o Estado português deve assumir as suas responsabilidades para com os imigrantes que vivem e trabalham em Portugal. É indispensável uma política, que baseada na amizade e cooperação entre todos os povos e no respeito por toda a pessoa humana, contribua para a resolução dos problemas dos imigrantes e que no respeito das suas particularidades culturais, facilite a sua integração na sociedade portuguesa. Uma política baseada no princípio da igualdade nos domínios da habitação, emprego, saúde e segurança social, formação profissional, educação e acesso à justiça. Uma tal política é importantes para os imigrantes, mas é igualmente indispensável para o desenvolvimento de toda a sociedade portuguesa.

Este é um combate em que todos nos devemos empenhar, escolas, autarquias, sindicatos, movimento associativo e popular, contribuindo para que se não verifique uma escalada de violência e de retaliações, mas sim um clima de convivência e de tolerância.(...)

Recursos hídricos ibéricos PCP e Esquerda Unida levam Manifesto ao PE

Os deputados da Esquerda Unida espanhola (IU) e do PCP no Parlamento Europeu vão apresentar, na próxima sessão plenária do PE, uma Proposta de Resolução e um Manifesto sobre os recursos hídricos ibéricos, aberta à contribuição e participação de todos os eurodeputados espanhóis e portugueses, de todos os partidos políticos. A decisão foi anunciada no passado sábado, em Portalegre, no final de mais um encontro luso-espanhol sobre os recursos hídricos e os planos hidrológicos, promovido pelos deputados dos dois partidos.

A cidade alentejana de Portalegre, localizada na zona de influência dos rios Tejo e Guadiana, acolheu no passado fim-de-semana mais uma iniciativa da Esquerda Unida e do PCP, no âmbito do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, dedicada ao análise e debate dos recursos hídricos e dos planos hidrológicos ibéricos. No encontro, em que participaram, para além dos eurodeputados, técnicos, autarcas e deputados, espanhóis e por-

foi anunciado em conferência de imprensa realizada no final dos trabalhos, baseiam-se nos seguintes pressupostos:

1º - A água é um recurso em situação e tendência de escassez;
- A gestão da água deve ser feita com base na contenção da procura e não na expansão desmesurada da oferta;

- A contenção da procura deve basear-se, entre outros, nos seguintes aspectos: promoção tecnológica, educacional e informativa destinada a assegurar a racionalização do consumo;

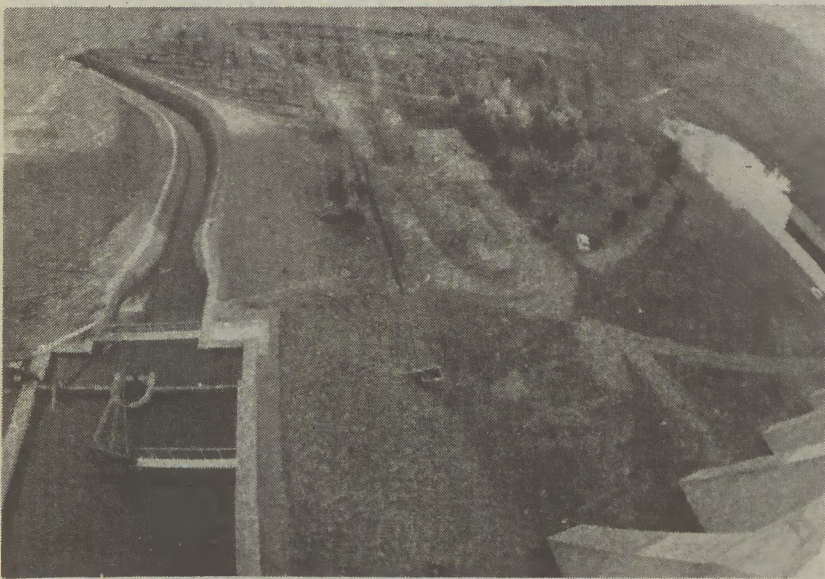
produções agrícolas melhor adaptáveis às características locais e regionais de solos e exigibilidade de recursos hídricos; adopção de uma política de floresta autóctone; reutilização de água para fins turísticos e outros (irrigação, jardins, etc.).

2º - A água é um recurso cuja qualidade é imprescindível assegurar. Assim, é fundamental disponibilizar os meios nacionais e comunitários destinados ao cumprimento da directiva comunitária que impõe que até ao ano 2000 deverão depurar-se todas as águas residuais das povoações com mais de 1500 habitantes e antes de 2005 as de mais de 1000 habitantes. Por outro lado, é exigível a implementação dos meios de controlo e fiscalização da qualidade das águas.

3º - A elaboração e adopção dos Planos de Bacia e Hidrológicos deverão ter carácter de urgência e ter em atenção a situação e tendência de escassez. A sua elaboração deve basear-se na determinação de valores não inflacionados de todas as necessidades actuais e futuras e, paralelamente, no conhecimento pleno e exaustivo dos recursos hídricos subterrâneos. A sua elaboração deve respeitar os direitos consagrados nos Convénios bilaterais existentes e em vigor, que não podem ser postos em causa no urgente e muito necessário novo Convénio. A sua elaboração deve ter preferencialmente em conta todos os aspectos ambientais, das nascentes aos estuários.

Para além da apresentação dos dois documentos nas instâncias parlamentares dos dois países e do Parlamento Europeu, os participantes no encontro - em que se sublinhou a representativa e qualificada participação espa-

redução substancial dos níveis de perdas de água nas redes domésticas e nas redes de irrigação; alteração global e controlo das técnicas de regadio; promoção e adopção de técnicas de cultivo poupadoras de água; no quadro de uma alteração profunda da Política Agrícola Comum, investigar, promover e apoiar



Barragem do Caia, uma gota de água num mar de necessidades

portugueses, foi decidido apresentar no PE uma proposta de resolução sobre os recursos hídricos ibéricos, aberta à contribuição e participação de todos os restantes deputados dos dois países, bem como um manifesto luso-espanhol sobre gestão dos recursos hídricos.

Os dois documentos, segundo

A Indonésia, o PE e os direitos de Timor

O Parlamento Europeu voltou a tomar, no passado dia 14, uma posição que faz depender o desenvolvimento das relações com a Indonésia do cumprimento das deliberações da ONU quanto aos direitos do povo de Timor-Leste.

A tomada de posição resultou da aprovação de uma proposta de alteração ao relatório Gol apresentada pelos deputados

comunitários no PE. O relatório, designado "Uma nova estratégia para a Ásia", relaciona "a evolução das relações económicas e comerciais com a Indonésia" com a aplicação, por parte deste país, das "decisões da ONU sobre os direitos das populações de Timor Oriental".

Numa nota à imprensa, divulgada a propósito, os deputados do PCP no PE sublinham espe-

rar agora "que o Conselho e a Comissão da União Europeia respeitem esta posição clara do PE nos seus contactos e relações com a Indonésia, para que continue presente o repúdio do genocídio e a condenação da repressão exercida sobre o povo timorense, para que as decisões da ONU sejam cumpridas e o seu direito à autodeterminação concretizado".

nhola, apesar do momento político pós-eleitoral - acordaram ainda na promoção de "iniciativas adequadas às figuras regimentais", de forma a aproveitar a Presidência de Espanha da União Europeia durante o próximo semestre, no sentido de pressionar e reforçar posições de acordo com os pressupostos referidos.

Atraso português

Na conferência de imprensa em que foram divulgados os resultados do encontro de Portalegre, os eurodeputados do PCP informaram ainda que a iniciativa teve lugar dois dias após terem participado, com outros eurodeputados portugueses, numa reunião com a ministra do Ambiente, realizada durante a última sessão plenária do PE. Nessa reunião, segundo afirmaram, confirmou-se "o atraso significativo do Governo português no tratamento de múltiplos aspectos relacionados com a gestão dos rios internacionais", designadamente nos seguintes aspectos:

- No conhecimento e acompanhamento do Plano Hidrológico Espanhol (PHE), cujos estudos, como é público, tiveram início no final da década de 80;

- Na realização dos Planos de Bacia e Hidrológico nacionais, cujas conclusões estão previstas, na melhor das hipóteses, para cerca de um ano a um ano e meio após os planos correspondentes da parte espanhola;

- Na informação devida e na participação necessária por parte da comunidade científica, das autarquias, das populações e dos parlamentares portugueses.

Como fizeram notar os deputados comunistas, "é particularmente grave que apenas em 14 de Junho de 1995 a senhora ministra se tenha finalmente lembrado da existência de deputados portugueses no PE", apesar do conhecimento que mostrou ter das respectivas iniciativas, já que, consideram, "a informação que lhes é democraticamente devida não pode ser prestada apenas quando e como o Governo entende conveniente".

Lembrando as múltiplas iniciativas em que ao longo dos últimos anos participaram, "sempre com o objectivo de desencadear a discussão em torno dos recursos hídricos, de contribuir para o diálogo bilateral e multilateral e de promover a busca de soluções consensuais e mutuamente vantajosas sobre esta questão", os deputados do PCP no PE fizeram questão de salientar que lhes assiste "toda a autoridade moral e política" para recusarem "qualquer tentativa de instrumentalização do poder parlamentar no PE", não deixando no entanto de reafirmar a sua "total disponibilidade para colaborar na definição de soluções destinadas a assegurar a gestão racional dos recursos hídricos, nacionais e ibéricos".

Os direitos de quem?

O Parlamento Europeu rejeitou, a semana passada, com os votos dos Grupos socialista (grupo do PS), e liberal (grupo do PSD), um pedido de inscrição urgente na Ordem do Dia da sessão plenária do PE de uma proposta de resolução que manifestava a condenação e repúdio pela acção de "skinheads" em Lisboa, e se solidarizava com a família de Alcindo Bernardo Monteiro, o jovem português de origem cabo-verdeana barbaramente agredido e que posteriormente viria a falecer.

O caso não podia ser mais revelador da hipocrisia e dos dois pesos e duas medidas que caracterizam a política europeia quanto à questão dos direitos humanos. No passado dia 14, os deputados comunistas portugueses, acompanhados por outros deputados franceses e espanhóis do Grupo Confederal EUE/EVN no PE, apresentaram uma proposta de resolução a inscrever como urgência na Ordem do Dia, em que se manifestava a condenação e o repúdio pela acção dos bandos de "skinheads" em Lisboa e, simultaneamente, se convidava o PE a testemunhar solidariedade para com a família de Alcindo Monteiro, barbaramente agredido durante os acontecimentos, e que viria depois a falecer.

A proposta foi recusada com os votos dos Grupos socialista e liberal, em que se integram, respectivamente, o PS e o PSD. Uma atitude que os eurodeputados comunistas lamentaram, em comunicado entretanto divulgado, em que acusam o Parlamento de continuar a usar, com hipocrisia, duas caras no referente aos Direitos do Homem.

Um atitude tanto mais escandalosa quanto, no dia 15, o PE discutiu e aprovou resoluções sobre os Direitos do Homem na

China, no Irão, na Birmânia, no Egipto, na Síria e nos Estados Unidos. Não se trata propriamente de uma novidade, como fazem notar os deputados comunistas, lembrando que o PE "aprovou o relatório Imbeni sobre os Direitos do Homem no mundo, mas recusou recentemente aprovar o relatório Newman sobre os Direitos do Homem na União Europeia".

Face a tal discrepância de critérios, forçoso se torna concluir, como refere o comunicado dos deputados do PCP no PE, que "alguns grupos, tão moralistas quando se trata de condenar em casa alheia, encontram sempre forma de evitar que os referidos direitos sejam discutidos quando os mesmos são violados nos seus próprios países".

Afinal, os Direitos do Homem são os direitos de quem?

Para que não restem dúvidas quanto ao que os Grupos socialista e liberal do PE rejeitaram, publica-se em anexo, na íntegra, a Proposta de Resolução apresentada pelos deputados Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro, Honório Novo, Aline Pailler e Sierra Gonzalez, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.

A proposta rejeitada

O Parlamento Europeu:

A. Considerando que um grupo de cerca de 50 "skinheads" percorreu durante duas horas um bairro de Lisboa, na madrugada do dia 11 de Junho, agredindo com paus, ferros, garrafas e armas brancas todas as pessoas de origem africana que encontrou;

B. Considerando que desta agressão racista organizada resultaram doze feridos graves, um dos quais veio a falecer;

C. Recordando que estas manifestações de violência racista, da autoria de bandos de "skinheads", se vêm repetindo de algum tempo a esta parte;

D. Considerando que nos últimos anos se tem verificado em Portugal um aumento da actividade racista dos bandos de "skinheads", a qual já causou inúmeras vítimas, algumas das quais mortais;

E. Considerando que a actividade organizada e premeditada dos "skinheads" tem sido publicamente ligada a organizações e movimentos de extrema-direita;

F. Tendo em conta que durante as duas horas em que decorreram as agressões e os distúrbios racistas, a presença e intervenção das forças policiais foram tardias e insuficientes face à gravidade dos acontecimentos;

1. Condena firmemente tais actos racistas e expressa a sua mais profunda solidariedade à família de Alcindo Bernardo Monteiro;

2. Pede às autoridades portuguesas o combate decidido contra os bandos organizados de "skinheads" e às organizações fascistas com eles conotadas para que tais crimes e agressões não fiquem impunes;

3. Insiste junto do Conselho e da Comissão, na altura em que se comemora o 50º aniversário do Holocausto e se verifica o crescimento da intolerância, do racismo e da xenofobia nos países da União Europeia, para que sejam tomadas medidas firmes e eficazes de combate a estes fenómenos e contra as organizações de extrema-direita que os fomentam;

4. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Governo e à Assembleia da República Portuguesa, e à família de Alcindo Bernardo Monteiro.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL INSISTE NA LUTA

Hoje voltam a concentrar-se junto da sede do Conselho de Ministros activistas e dirigentes regionais do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. Estas acções, coincidentes com as reuniões do executivo, decorreram ao longo do mês e a última terá lugar na próxima semana. O STAL exige do Governo que não fuja às suas responsabilidades e dê andamento à resolução de questões há mais de um ano apresentadas e recentemente actualizadas na Carta Reivindicativa dos trabalhadores das autarquias. Entre essas, o sindicato destaca: revisão salarial intercalar; integração do adicional de 2 por cento no índice 100 da tabela salarial; regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco; regulamentação do diploma sobre normas de higiene, segurança e saúde no local de trabalho.

Na próxima quarta-feira, dia 28, deverá realizar-se um plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas do STAL, para discutir a situação reivindicativa e decidir novas formas de luta.

ENCONTRO DE EMIGRANTES

Neste fim-de-semana, a CGTP promove em Lisboa o 3º Encontro de Migrações, em que participarão dirigentes das associações de emigrantes portugueses nos diferentes países europeus.

O encontro decorre sob a palavra de ordem «A CGTP-IN e as comunidades portuguesas na Europa» e inclui nos seus objectivos centrais a análise dos problemas mais sentidos pelos emigrantes e das propostas para a sua resolução. Procura ainda «contribuir para a dinamização e entrosamento do movimento associativo da emigração portuguesa na Europa» - adianta uma nota do departamento de informação da central.

AVEIRO E ESTATÍSTICAS

Um estudo da União dos Sindicatos de Aveiro denuncia algumas das mais graves consequências que no distrito está a provocar a política económica e social do Governo. Em apenas 31 empresas, com 3137 trabalhadores, a USA/CGTP detectou um montante de 421 280 contos de salários em dívida ou atrasados, o que significa que os patrões também não pagaram à Segurança Social mais de 100 mil contos. De Dezembro de 1994 a Março passado, o IIEFP registou mais 1124 desempregados, o que significa um crescimento superior a 7 por cento. Embora inferior à nacional, esta percentagem é superior à da região Centro. Também a taxa oficial de desemprego no distrito (5,5 por cento) é inferior à nacional (7,4), mas há concelhos com índices muito mais elevados: Castelo de Paiva (12,53), Mealhada (10,41), Estarreja (8,86), Murtoza (8,23), Ílhavo (8,17), Albergaria-a-Velha (8,04) e Aveiro (7,35).

Nas indústrias do calçado, química, têxtil e automóvel, milhares de trabalhadores ainda têm horários de 43 e 44 horas semanais. Foram conquistados horários de 40 e 41 horas em várias empresas e sectores e, no decorrer da semana de luta promovida pela CGTP, as 40 horas foram implantadas na Vasconcelos e Link e na Sociedade Industrial de Cortiça.

GUARDAS FLORESTAIS

Uma concentração nacional de guardas florestais está marcada para a próxima quinta-feira, dia 29, a partir das 15 horas, junto ao Ministério da Agricultura, para exigir a revalorização da sua carreira profissional. Segundo a federação da Função Pública, «há uma clara falta de empenho político, por parte do ministro da Agricultura, em defender junto da Secretaria de Estado do Orçamento a necessidade de revalorizar a carreira profissional dos guardas florestais». Em Novembro, o Ministério comprometeu-se a negociar com a FNSFP/CGTP uma proposta de revalorização da carreira, a equiparação ao pessoal técnico-profissional e a atribuição de uma bonificação de 20 por cento no tempo de serviço para a aposentação. Só que o compromisso não foi seguido de «nenhum sinal positivo» por parte do Governo.

A federação afirma que, caso não se registre evolução favorável no período imediato à concentração, os guardas florestais estão dispostos a efectuar uma greve de 24 horas no dia 15 de Agosto, quando abre oficialmente a época de caça.

MECÂNICA SETUBALENSE

Terça-feira à noite os trabalhadores da Mecânica Setubalense reuniram-se junto do Governo Civil do distrito e «estão decididos a proceder do mesmo modo todas as semanas, até que a situação de "roubo legal" das suas indemnizações, premeditado pelo Ministério do Emprego, seja alterada» - informou o sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

Com salários em atraso desde 1983, a empresa faliu em 1988, ficando quase todos os trabalhadores sem possibilidade de recorrer ao subsídio de desemprego. Em 1991, num leilão, o Centro Regional de Segurança Social adquiriu a parte principal do património por 200 mil contos, mas requereu a dispensa de depositar este valor até à sentença de graduação dos créditos. Esta foi proferida em Abril passado e, de acordo com a lei, garante os direitos dos trabalhadores. Mas o Ministério do Emprego, em vez de mandar proceder ao pagamento, apresentou recurso, atitude que o sindicato considera uma «clara tentativa de não fazer o depósito e de que surja uma outra sentença que lhe sirva o objectivo».

Luta pelas 40 horas ecoou no Parlamento

O debate suscitado pelo Grupo Parlamentar do PCP, ao agendar para anteontem um projecto de lei sobre a redução do horário semanal para 40 horas, foi interrompido, durante cerca de 10 minutos, devido aos protestos de centenas de pessoas presentes na galeria do público.

A interrupção verificou-se cerca das 12.30 horas, durante a intervenção do deputado do PSD e líder dos TSD, Arménio Santos, que remeteu a decisão sobre o horário máximo de trabalho para a negociação entre os sindicatos e as entidades patronais e não através de lei.

As galerias do público estavam praticamente repletas de trabalhadores, excepto aquela onde se encontravam os membros da Comissão Executiva da CGTP-IN, entre eles o coordenador Manuel Carvalho da Silva, aliás, a única que não foi evacuada.

Arménio Santos esforçadamente prometia que, se o horário máximo de 40 horas não estiver em vigor, nos termos do Acordo Social de 1991, a 1 de Janeiro de 1996, o PSD «tomará a iniciativa de, em diálogo com os parceiros sociais, adoptar medidas adequadas» à aplicação das 40 horas semanais.

Levantou-se então um burburinho e os trabalhadores e sindicalistas, muitos deles envergando t-shirts brancas com a inscrição «40 horas já», levantaram-se, gritaram palavras de ordem e vaiaram os deputados do PSD. Depois de evacuadas as galerias, os activistas sindicais concentraram-se no largo fronteiro a São Bento.

Para a CGTP, «a preceituação das 40 horas, sendo uma reivin-

dicação justa e exequível, não pode ficar dependente de novas concessões por parte dos trabalhadores, nem ficar à espera de nova legislatura», como sublinhava o comunicado de imprensa divulgado pela central a anunciar a presença na AR de dirigentes da central e de outros sindicalistas e activistas das estruturas regionais e sectoriais.

Promessas repetidas

O programa das «Iniciativas de Desenvolvimento Local», anunciado com grande pompa pelo Governo na segunda-feira, «mais não é do que a repetição daquilo que já está previsto no decreto-lei nº 34/95, de 11 de Fevereiro, e que não teve até este momento qualquer execução prática», «mais não é do que a proposta que o Governo apresentou, em Outubro do ano passado, aos parceiros sociais no



processo negocial com vista a um Acordo Económico e Social», afirma a CGTP, recordando que «nessa altura, o Governo falava em criar, com esses fundos, 32 mil postos de trabalho durante a vigência do programa (1995-99)».

Daqui se conclui que «o Governo, em vez de promover medidas concretas, apenas renova promessas», comenta a central. No espaço de um ano, o Governo apresentou em quatro ocasiões diferentes exactamente

a mesma proposta que levou a Corfu em Junho do ano passado.

A CGTP defende que «a promoção de iniciativas de desenvolvimento local pode ser uma alternativa para a criação de emprego e a fixação de populações». Critica contudo «os malabarismos a que o Governo sistematicamente recorre» e sublinha que «o problema é demasiado sério para ser objecto de manipulações e proclamações demagógicas de cariz eleitoralista».



ORTs alertam para os perigos da venda a privados

Firmes na defesa dos direitos e dos Estaleiros de Viana

Os organismos representativos dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo vão continuar a opor-se à linha privatizadora de que o Governo não desiste, «mas, acima de tudo, vão ser de uma total intransigência na manutenção dos mais elementares direitos de quem aqui trabalha e na defesa desta importante unidade industrial» - afirma-se num comunicado emitido pelos ORTs logo que foi confirmada pela administração a possibilidade de cerca de 80 por cento do capital ser cedido a um grupo alemão. Pelo que foi dito à Comissão de Trabalhadores dos estaleiros, o Estado ficaria com 15 por cento e restariam 5 por cento para pequenos accionistas (nestes se incluindo o pessoal dos ENVC).

Os ORTs recordam que sempre discordaram da entrega da

empresa a entidades privadas, pois «os ENVC, inseridos num sector de crise profunda, obrigam a um acompanhamento e tratamento especial, não podendo ser alvo da mira de um qualquer grupo económico que não perspectiva outro objectivo que não seja o lucro a qualquer preço». A compreensão deste problema «levou a que os trabalhadores sempre tenham adoptado um comportamento firme, mas, por outro lado, conciliatório e mesmo tolerante, quer no tocante a acordos de ordem salarial, quer na introdução de medidas, por vezes duvidosas, no sentido de uma maior operacionalidade da empresa».

Para discutir a perspectiva da privatização e suas consequências, foi pedida uma audiência ao secretário de Estado da Indústria, informam os ORTs, reafir-

mando que «tudo faremos para manter a estabilidade devida na nossa empresa». No comunicado, sublinha-se que «os trabalhadores, pela sua postura perante a empresa e pelo comportamento colectivo assumido ao longo do tempo, dispõem da força moral suficiente para se baterem contra qualquer prática desestabilizadora que aqui se pretenda implementar».

Expressam ainda a sua «preocupação pelas dificuldades que a empresa apresenta para recuperar dos maus resultados financeiros que se verificam há já algum tempo». Este ano, por exemplo, o volume de encomendas tem obrigado a uma sobrecarga de trabalho, o que perspectivava resultados equilibrados que, no entanto, «dia a dia parecem mais difíceis de conseguir». «O tomar de medidas acertadas, onde e quando são

necessárias e reconhecidas, para além de um acto de coragem, revelaria um bom acto de gestão» - concluem os organismos representativos dos trabalhadores.

Actualmente, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm cerca de 1200 trabalhadores, o que faz com que sejam o maior empregador do Alto Minho.

Num comunicado recente em que criticava a coincidência da posição do PS (pela voz de António Guterres) com a política do PSD para os ENVC, a direcção regional do PCP sublinhava que os Estaleiros de Viana «não precisam de um parceiro estratégico, precisam é de gestores competentes e de uma política para o sector que mantenha o nível actual da carteira de encomendas, tornando-a rentável como foi até à passagem a sociedade anónima».

Lei-Quadro de Ordenamento do Território Mais uma peça burocratizante e centralizadora

A Assembleia da República apreciou na semana transacta uma proposta de autorização legislativa relativa à lei-quadro sobre o Ordenamento do Território. Para o ministro Valente de Oliveira, que defendeu o diploma em nome do Governo, a sua aprovação constitui a "pedra de fecho" de legislação em matéria de ordenamento, no caso vertente com a definição dos seus princípios, objectivos e instrumentos, o regime geral da ocupação, uso e transformação do solo para fins urbanísticos, bem como o regime do planeamento territorial e sua execução. Opinião diversa quanto aos méritos da iniciativa tiveram os partidos da oposição, nomeadamente o PCP e o PS, ambos muito críticos quanto ao facto de o Governo pedir esta autorização legislativa praticamente em cima do final da Legislatura.

Verberado pelo deputado comunista José Manuel Maia, desde logo, foi o facto de o Governo só no final da Legislatura ter "descoberto" que era preciso legislar, não lhe escapando, por outro lado, numa referência aos aspectos formais da iniciativa, que o Exe-

cutivo tenha apresentado um pedido de autorização legislativa - o que considerou "politicamente inadmissível" - e não uma proposta de lei material definindo as suas propostas concretas a ser submetida ao Plenário da Assembleia da República.

Não menos duras foram as críticas dirigidas aos aspectos substantivos da iniciativa do Governo. Assinalados por José Manuel Maia foram em primeiro lugar os aspectos da autorização legislativa que considerou ao "arrepio da Lei Fundamental", como sejam, a não definição com suficiente clareza do seu "sentido" e "extensão" e a possibilidade aberta de virem a ser impostas "medidas restritivas da autonomia municipal e de pendor recentralizador". A este propósito inquiriu mesmo se esta não será "mais uma peça governamental burocratizante e centralizadora que não respeita as potencialidades do poder local e o princípio constitucional da autonomia e descentralização administrativa".

A resposta deu-a ainda o deputado comunista ao elencar vários aspectos respigados do articulado da proposta de lei, os quais, do seu ponto de

vista, evidenciam claramente "tendências para a governamentalização do planeamento" ou para a "ingerência na vida e competência dos municípios".

São disso testemunho, exemplificou, as medidas que limitam as operações de loteamento e as correspondentes obras de urbanização às áreas abrangidas por plano de urbanização ou plano de pormenor, bem como a disposição que retira competências às assembleias municipais (ao negar-lhes, por exemplo, a intervenção no processo de delimitação de unidades de execução dos planos municipais, ou vedar-lhes a intervenção na delegação pelas câmaras municipais de competência para aprovação dos projectos de obras de urbanização na direcção das associações dos municípios com os particulares).

A consagração da obrigato-

riedade de expropriação de prédios que, de acordo com os planos de pormenor, figurem afectos a fins de interesse público (medida que provocará estrangulamentos gravíssimos quer ao nível financeiro, quer ao nível da qualificação do meio urbano), constitui

outra medida profundamente negativa, no entender de José Manuel Maia, que referiu ainda a necessidade - quanto às isenções tributárias, inclusive as taxas municipais - de esclarecer e acautelar as compensações que, de direito, são devidas aos municípios.

Protesto contra a violência racista

Foi com palavras de consternação e de vivo repúdio e condenação que todos os partidos com assento parlamentar se referiram à bárbara agressão que vitimou Alcindo Monteiro, guardando na passada semana um minuto "de silêncio, de protesto e meditação" em memória do jovem assassinado no Bairro Alto às mãos de um grupo racista e neofascista. Aprovados foram ainda dois votos de pesar, subscritos pelo PS (unanimidade) e pelo PCP (maioria, com a abstenção do CDS-PP).

Tendo como signatários os deputados Octávio Teixeira, António Filipe e Lino de Carvalho, o voto apresentado pelo Grupo comunista salienta a preocupação do Parlamento pelo surgimento cada vez mais frequente de comportamentos e fenómenos de cariz racista e xenófobo, os quais, sublinha-se, não são alheios à "profunda crise económica e social por que passa o nosso país", à "insuficiência das medidas de integração plena dos cidadãos imigrantes na sociedade portuguesa", e à "impunidade com que os bandos racistas e neofascistas se organizam, exprimem, manifestam e actuam".

Expressa no voto é ainda a consideração de que todos os órgãos de soberania, no âmbito das suas competências próprias, devem empenhar-se para "impedir a existência de movimentos e organizações que perfilhem a ideologia fascista e efectivar a sua interdição nos termos constitucionais".

O mesmo apelo, no debate realizado em torno dos incidentes, seria feito pelo deputado comunista Lino de Carvalho, ao sublinhar que a questão de fundo em relação a este problema passa por "interditar e proibir a existência dos grupos e organizações que perfilham a ideologia fascista, tal como a Constituição prevê, e não criar um sentimento de desculpabilização, desviando a questão para a imigração, como temos ouvido ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva e ao ministro Dias Loureiro".

Entendendo que este caso de que resultou a morte do jovem português de origem cabo-verdiana é também "um problema de ordem pública e segurança", Lino de Carvalho exigiu igualmente que para além do apuramento de responsabilidades e da punição exemplar dos criminosos, sejam apuradas as razões para a "lenta reacção policial", que, lembrou, veio de novo colocar na ordem do dia a "ineficácia e o fracasso da nova política de segurança do Governo e do PSD".

Sobre esta acção organizada de um bando de skins, a fazer lembrar as nunca esquecidas «noites de cristal», como referiu Lino de Carvalho, pronunciou-se também o deputado Manuel Alegre, afirmando que "é, sobretudo, um problema moral e cultural", enquanto que Adriano Moreira, do CDS-PP, para quem os portugueses "não são racistas", classificou os incidentes de "extrema gravidade" e recomendou prudência na análise do fenómeno do racismo, uma "grave questão ética e moral".

Apoio aos agricultores PCP exige cumprimento das promessas

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu que o Governo cumpra as suas promessas e concretize de imediato um programa de apoio aos agricultores e às regiões vítimas das secas e das geadas. Anunciada pelo deputado comunista Lino de Carvalho, em declaração política proferida na semana transacta, esta exigência resulta do facto de o Governo, quase dois meses depois de se ter comprometido a disponibilizar 30 milhões de contos - na altura, recorde-se, o PCP apresentou dois projectos de resolução reclamando medidas urgentes -, não ter mexido uma palha para minorar os graves prejuízos sofridos pelos agricultores portugueses.

Lino de Carvalho foi mesmo mais longe e, desmontando o argumento da eventual inexistência de dinheiro no Orçamento, desafiou o PSD e o PS a não entregarem os 60 milhões de contos aos grandes agrários do Alentejo por «lucros cessantes» do período da Reforma Agrária - Alentejo, registe-se, onde se assiste à maior concentração fundiária de toda a União Europeia - e afectarem essa verba nos apoios aos agricultores e regiões atingidas pela seca e pelas geadas.

Acidentes climáticos que, como assinalou o parlamentar comunista, foram a gota de água que fez transbordar a paciência de quantos, vivendo da agricultura, nunca, como agora, estiveram "mais deses-

perançados em relação ao futuro".

Para Lino de Carvalho não restam dúvidas: "nunca a agricultura portuguesa esteve tão mal como agora no final destes quatro anos de Governo PSD". Fundamentando a sua afirmação, lembrou, a título de exemplo, por um lado, as 109.732 explorações que, segundo o INE, desapareceram entre 1990 e 1994 (na sua grande maioria explorações que não ultrapassam os cinco hectares), e, por outro, o aumento acentuado da área de pousio, a única área da superfície agrícola que, ainda de acordo com os dados do INE, "registou uma variação relativa positiva e assinalável".

Esclarecedor do estado a que as coisas chegaram são

ainda alguns dados elencados por Lino de Carvalho, como sejam, a quebra do rendimento real dos pequenos agricultores em 15 por cento desde 1991, bem como a quebra do valor bruto da produção do sector agrícola em cerca de nove por cento.

"O resto - as palavras são de Lino de Carvalho - é o abandono dos campos, a desertificação e o envelhecimento, a ausência de uma apolítica nacional que oriente e mobilize quem trabalha na terra, a falência e a crise que têm levado à ruína, ao abandono e à aflição de milhares e milhares de pequenos agricultores".

"O resto - prosseguiu o parlamentar do PCP - é o fracasso da Rede Nacional de Abate com a falência dos megamatadouros; são as crescentes dificuldades do sector leiteiro; são as cedências na política vinícola (acompanhada pelo PS no Parlamento Europeu); é a gravíssima crise do sector cooperativo e são as perigosas políticas de desorganização da estrutura institucional da Região Demarcada do Douro; é o desmantelamento do aparelho do Ministério da Agricultura e a sua privatização e entrega em regime de mono-

pólio à CAP; é a marginalização da agricultura familiar e da sua representante - a CNA".

Críticas, muito duras, noutra plano, dirigiu-as ainda Lino de Carvalho ao Governo pelo que considerou ser o seu comportamento escandaloso de entrave e bloqueio à concretização de potenciais investimentos captados pelas autarquias locais no Alentejo. Em causa, concretamente, entre outros, a instalação em Évora e Beja, respectivamente, de uma unidade de produção de autogiros (mini-helicópteros) e de uma estação de lançamento de satélites para telecomunicações, investimento na ordem dos 260 milhões de contos que prevê a criação de cerca de dois mil postos de trabalho.

"As autarquias, designadamente de gestão do PCP, mobilizam investimento para o Alentejo, e o PSD dificulta, boicota, intimida, faz desistir os investidores para depois vir dizer que são os comunistas que não promovem o desenvolvimento da região", concluiu Lino de Carvalho, para quem uma tal postura é reveladora de "quem nunca se afeiçoou à democracia e à vida política plena".

PSD impede redução do horário de trabalho

Confrontado com a possibilidade de honrar - ainda que tardiamente - os seus compromissos eleitorais, o PSD voltou a evidenciar terça-feira o completo desprezo que um tal valor lhe merece, recusando ir ao encontro de um objectivo pelo qual lutam centenas de milhar de trabalhadores. Em causa, no que foi sem dúvida um dos debates política e socialmente mais importantes deste final de Legislatura, estava o projecto de lei do PCP estipulando a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas, diploma que acabou por ser chumbado ontem com os votos contra do PSD e a abstenção do CDS.

Invocados pela maioria governamental, reproduzindo estafados argumentos aduzidos pelo grande patronato, foram, por um lado, o estado geral da economia alegadamente incapaz de suportar uma tal

medida, e, por outro, a ideia de que a única via para implementar a redução do horário é a negociação colectiva (entenda-se, neste caso, a flexibilização laboral e outras cedências e contrapartidas dos trabalhadores).

Arménio Santos, em nome do PSD, acabou mesmo por ir mais longe na postura de afronta, chegando a afirmar, depois do arrazoado, que a sua bancada tomara a iniciativa de assumir a luta pelas 40 horas, caso este objectivo não venha a ser aplicado até ao dia 1 de Janeiro de 1996.

Entendida - e bem - como uma provocação, a reacção a estas palavras não se fez esperar e as muitas centenas de trabalhadores que assistiram aos trabalhos das galerias do hemiciclo fizeram ouvir alto e bom som a expressão do seu descontentamento, facto que levaria a uma

intervenção da Mesa no sentido da evacuação dos presentes.

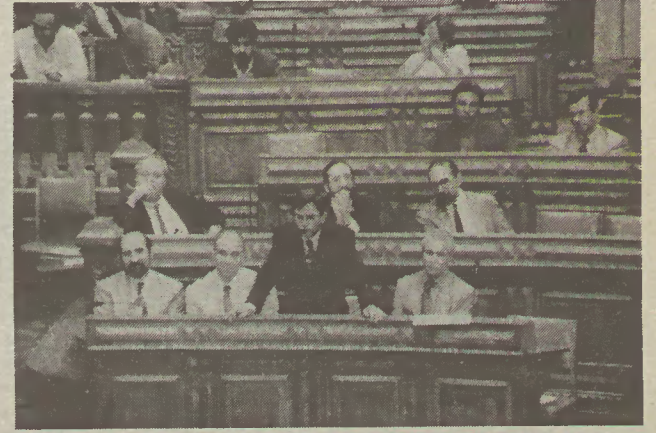
Coube a Octávio Teixeira, líder da formação comunista, expor as razões que levaram o PCP a subverter esta inicitiva legislativa, a primeira das quais, enfatizou, tem a ver com a justiça de um objectivo que mobiliza milhares de trabalhadores, sendo que esta redução do horário de trabalho corresponde ainda a várias convenções e recomendações da OIT, constitui uma medida eficaz de combate ao desemprego e é uma possibilidade economicamente garantida pela "permanente evolução técnica e tecnológica sem pôr em causa a viabilidade das empresas".

Uma segunda ordem de razões - ainda de acordo com as palavras de Octávio Teixeira - prende-se com a circunstância de Portugal ser o único país comunitário em que o horário de

trabalho máximo legal é superior a 40 horas semanais, o que considerou uma "situação socialmente injusta e politicamente inaceitável".

Quando tanto se fala de transparência e de ética na vida política - e esta foi a terceira razão para a qual Octávio Teixeira chamou a atenção -, a questão da seriedade das promessas que se fazem em períodos eleitorais não pode ser dissociada deste aspecto central do regime democrático.

Daí que que tenha sido lembrado pelo presidente da formação comunista, dirigindo-se à bancada laranja, que é "política e socialmente inaceitável que a consagração na lei e a concretização na prática do horário das 40 horas fiquem dependentes de novas negociações, quer elas sejam com as confederações patronais, com o futuro governo ou com os partidos políticos".



Octávio Teixeira lembra as promessas que o PSD renegou

Justiça Militar As pressas do Governo...

Críticas quanto à "inoportunidade" do agendamento da proposta de lei de bases da Justiça Militar e da Disciplina das Forças Armadas marcaram a apresentação do diploma pelo Ministro da Defesa, Figueiredo Lopes. Tal como tem sucedido nas últimas semanas com outras iniciativas legislativas, também esta foi agendada sob o efeito do súbito frenesim que se apossou do Governo PSD, num ritmo de mata-cavalos que levou o deputado comunista a comentar que "ou é uma bridadeira de mau gosto ou é uma tentativa de atropelar a seriedade do trabalho da Assembleia com o rolo compressor da maioria PSD".

Gorados foram pois os "apelos" quer de João Amaral quer de Miranda Calha (PS) para que o ministro retirasse a proposta, insistindo este que a sua aprovação dará condições para "rapidamente corrigir algumas anomalias" actualmente existentes.

Ora a verdade é que esta pressa - e este foi o ponto de vista defendido por João Amaral - não tem nenhum sentido ou utilidade, uma vez que, observou, "esta lei exige outras leis da Assembleia, complementares, sem as quais não pode vigorar", a que acresce o facto de a votação na especialidade não poder ser feita em Comissão.

Quanto à natureza das medidas e concepções que enformam o diploma, João Amaral citou a propósito as opiniões expostas num colóquio parlamentar realizado há um ano, no qual participaram reconhecidos especialistas, opiniões essas que, referiu, "abalaram definitivamente" os alicerces da proposta de lei.

Exemplificando, o deputado comunista citou, entre outros aspectos que mereceram duras críticas no decorrer do Colóquio, o caso da concepção do direito penal militar a partir de uma «estrutura de sentido axiológico», a concepção doutrinal da «hierarquia de valores», o "uso da possibilidade de equiparação de outros crimes dolosos a crimes essencialmente militares em tempo de paz".

Em questões mais técnicas, Miranda Calha citou várias "dúvidas" quanto à organização e composição dos tribunais militares, nomeadamente por poderem não ser compostos por juizes "ou compostos predominantemente por pessoas que não são juizes nem sequer têm formação jurídica".

Privatizações O esbulho do património público

"Um acto de autêntica pirataria ao património público do povo português", assim classificou o deputado comunista Alexandrino Saldanha os mais recentes desenvolvimentos relacionados com as pretendidas alterações governamentais aos anteriores mecanismos legais de privatização da Petrogal.

Em causa estão as alterações propostas pelo Governo em decreto-lei - neste momento dependente da assinatura do Presidente da República -, as quais, no entender de Alexandrino Saldanha, "têm o exclusivo intento de favorecer os grandes grupos capitalistas ligados aos accionistas da Petrocontol".

Trata-se, concretamente, de uma "operação de engenharia financeira - as palavras são do deputado do PCP -, em que o Estado procede a uma redução de 70 milhões de contos do capital da empresa, com o que abdicaria de cerca de 55 por cento da sua posição, e permitindo assim a compra das acções por um valor ainda mais irrisório".

Este não é, aliás, o único diploma "feito à medida dos interesses do grande capital", como assinalou Alexandrino Saldanha, que recordou a propósito o caso da compra do BTA pelo grupo Champalimaud, em que foi dispensada pelo Governo a oferta pública de aquisição.

Elucidativo do procedimento do Governo é ainda o facto de os trabalhadores da Petrogal, neste como em outros casos anteriores, terem sido arredados de todo o processo, o que explica os seus fundados motivos de preocupação quanto ao futuro e levou já a sua estrutura representativa a tomar uma posição pública na qual afirma que o projecto de diploma do Governo "procura

escamotear o fiasco da privatização da Petrogal", exigindo simultaneamente medidas que garantam o desenvolvimento da empresa e satisfaçam os compromissos com os trabalhadores.

Citado por Alexandrino no decorrer da sua intervenção produzida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana foi ainda o caso relativo à primeira fase de privatização da Telecom Portugal - outro "exemplo de esbulho do património público", observou - em que a empresa está a ser vendida por cerca de metade do valor inicialmente apontado, a que acresce o escândalo de a avaliação ter sido feita por um consórcio liderado pelo Banco ESSI, do grupo Espírito Santo, "que é simultaneamente colocador das acções e parte interessada na sua compra".

Também nesta empresa - foi ainda o deputado do PCP a chamar a atenção para o facto -, em paralelo com a preparação da pri-

vatização, desenvolve-se um "brutal ataque aos direitos dos trabalhadores, violando imperativos constitucionais, perseguindo e discriminando trabalhadores", uma prática que na opinião de Alexandrino Saldanha está a generalizar-se, sobretudo nas empresas tuteladas pelo Governo, como sucede, por exemplo, na TAP.

Salientado pelo parlamentar comunista como exemplo de tentativa de venda de uma empresa vital para a economia nacional foi ainda o caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, tendo a este respeito considerado particularmente grave que o secretário-geral do PS - sabendo-se da estreita relação entre privatizações e o aumento do desemprego - tenha afirmado, em Viana do Castelo, que a privatização dos Estaleiros «é um processo correcto» e referido a «urgência de se encontrar um parceiro estratégico que lhes garanta a sobrevivência".

Bairros clandestinos Iniciativa do PCP abre caminho a simplificação do processo de legalização

Apreciado em plenário no final da semana transacta, foi ontem aprovado em votação final o projecto de lei subscrito conjuntamente pelo PCP, PS e PSD respeitante ao processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal. Elaborado a partir de soluções preconizadas em projectos de lei apresentados sobre esta matéria pelo PCP, bem como da intervenção de autarquias e de moradores, o diploma agora aprovado constitui um importante contributo no sentido de ajudar a resolver um dos problemas mais graves da Área Metropolitana de Lisboa.

Recorde-se que esta iniciativa legislativa no domínio dos loteamentos ilegais, visando facilitar sobretudo o processo de legalização, inicialmente apre-

sentada pelo Grupo comunista, fora já objecto de agendamento no passado dia 5 de Maio, tendo na ocasião o PS, com o apoio do PSD, recorrido a um expediente

dilatatório - a proposta de uma audição parlamentar - para adiar então o debate na generalidade.

Com esta atitude, como salientou em declarações ao "Avante!" o deputado Luís Sá, aqueles partidos revelaram simultaneamente a necessidade por si sentida de apurarem e perceberem a dimensão do problema - com isso reconhecendo implicitamente a sua ignorância na matéria.

O mesmo não aconteceu com a formação comunista, para quem o assunto não constituía novidade, uma vez que os projectos por si elaborados foram o resultado de um traba-

lho conjunto que envolveu técnicos autárquicos, eleitos e moradores, passando inclusivamente por diversas visitas a bairros e por uma audição realizada na Sala do Senado do Parlamento.

Testemunho do alcance e importância da iniciativa legislativa do PCP e da correcção das soluções por ele preconizadas é ainda o facto de no decorrer da audição parlamentar entretanto realizada todas as entidades ouvidas terem sublinhado a necessidade de legislar neste campo e terem apoiado o conteúdo do projecto de lei.

"Acabou por predominar a

consciência, sobretudo em período eleitoral, de que não era suportável deixar algumas dezenas de milhar de moradores à espera de medidas indispensáveis para resolver os seus problemas", sublinhou Luís Sá.

Quanto às medidas agora propostas, ainda de acordo com as palavras do deputado comunista, importa referir que o projecto caracteriza-se por uma grande simplificação das formalidades burocráticas para legalizar os bairros e por estimular a participação organizada dos moradores em todas as operações de recuperação.

Definido é igualmente o

princípio de que, para além dos proprietários e do esforço financeiro das autarquias, urge também envolver a Administração Central neste trabalho de recuperação, muito embora se trate de um princípio que é remetido para regulamentação ulterior.

Nota de realce merece por último o facto de que foi o PCP o único a apresentar uma iniciativa legislativa nesta matéria e que o diploma agora aprovado, embora resultando nesta fase de um trabalho conjunto, seria impensável sem a iniciativa, o esforço e a perseverança dos parlamentares comunistas.

Nuclear

A Austrália anunciou que recusará prestar assistência aos aviões e navios franceses que transportem material destinado ao recomeço dos ensaios nucleares no Pacífico Sul. "Qualquer navio ou avião que entre nas águas territoriais ou no espaço aéreo australianos deverá garantir-nos, previamente, que não tem qualquer relação com os ensaios nucleares ou com o transporte de material destinado a esses ensaios", declarou o ministro do Comércio australiano, Bob McMullan. "No caso contrário, não serão autorizados a abastecer-se na Austrália nem a receber qualquer assistência", advertiu McMullan. Esta decisão surge na sequência dos protestos da Austrália, da Nova Zelândia e dos países do Pacífico Sul pela decisão do presidente francês, Jacques Chirac, de levar a cabo uma série de oito ensaios nucleares no atol de Mururoa a partir de Setembro.

Boicote

A organização pacifista britânica "Campaign for nuclear disarmament", CND, apelou ao boicote dos produtos franceses, em particular dos vinhos, em resposta à decisão de Paris de recomeçar os ensaios nucleares no Pacífico. "Numa altura em que o 'Rainbow Warrior II' (o navio da Greenpeace) navega para o Pacífico Sul para se interpor fisicamente e evitar novos ensaios nucleares, os consumidores do mundo inteiro vão fazer pressão sobre a França no plano económico", afirma a CND num comunicado divulgado em Londres.

China

O governo chinês suspendeu a construção de novos campos de golfe, hotéis de cinco estrelas e outros projectos de luxo para "assegurar um equilíbrio e saudável desenvolvimento do sector imobiliário", disse o jornal "China Daily". Em algumas cidades da China - comentou o jornal - "não se constroem casas de habitação porque os fundos estão a ser desviados para a construção de mais luxuosos edifícios de escritórios do que o mercado pode comportar". De acordo com uma nova legislação, a partir de agora, os projectos imobiliários que envolvam um investimento superior a cem milhões de dólares têm de ser autorizados pelo governo central. Por outro lado, o governo proibiu o investimento de fundos públicos na construção de projectos imobiliários considerados de luxo.

Dia da Criança Africana

No Dia da Criança Africana, a UNICEF realçou, em comunicado divulgado em Luanda, o facto de este dia estar a ser comemorado "numa altura em que se vislumbra o advento de uma nova Angola, pacificada, para todos os angolanos".

"Esta jornada força-nos a renovar as atenções em relação ao futuro deste país, pois ela é uma ocasião que permite ao Governo, às ONG, às Igrejas e ao sector privado retomarem os seus compromissos em relação à sobrevivência, à protecção e ao desenvolvimento das crianças", afirma o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A UNICEF recorda que Angola adoptou, em 1992, a Declaração e o Plano de Acção resultantes da Cimeira Mundial pela Infância, "um encontro histórico que fixou os objectivos essenciais a atingir no tocante à Saúde, Educação e Bem-Estar da criança até ao ano 2000".

E acrescenta que Angola "é um dos países abrangidos pelo interesse próprio de utilizar essa ocasião para reafirmar o seu apoio a esses documentos importantes para a salvaguarda do seu futuro, as crianças".

A UNICEF recorda que "continua vigente" o lema da "Prioridade

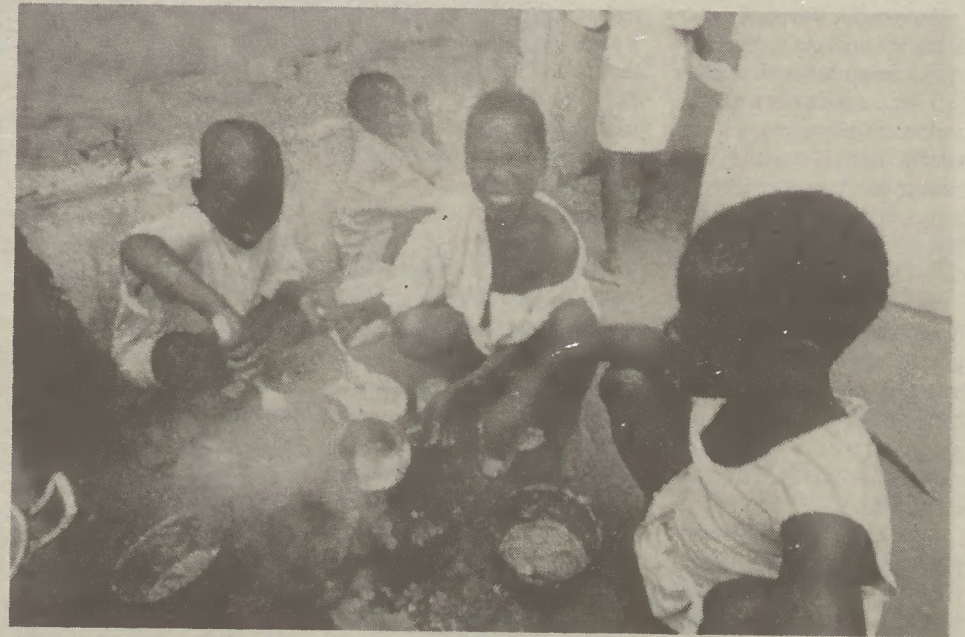
de Imediata à Criança", apelando, "mais uma vez", "à unidade de esforços, desde o nível da família ao do Governo, das ONG até às Igrejas, para formar uma "Aliança pela Vida".

O projecto "Aliança pela Vida" inclui oito acções prioritárias, que "retratam as necessidades fundamentais da criança e da mulher, para além de terem um alto impacto na redução da vulnerabilidade, morbilidade e mortalidade das crianças".

As acções são as seguintes: estratégia do sarampo plus, saúde materna melhorada, acesso à educação primária, controlo da malária, controlo das doenças por deficiência de iodo, controlo das doenças diarreicas, alerta para o perigo e prevenção contra as minas e cuidado com os traumas psico-sociais.

"Crianças na Guerra" é o tema geral das celebrações deste Dia da Criança Africana, 19 anos depois do massacre que vitimou crianças negras do Soweto em protesto contra o decreto governamental que declarava o Afrikaans língua oficial do ensino.

No quadro destas celebrações, a directora do Fundo das Nações Unidas para a Infância visitou, na Libéria, a região de Buchanan (90 quilómetros a Sudeste de Monró-



Crianças da rua, em Luanda. Uma das faces da guerra

via), onde cerca de 150.000 crianças e mulheres - 60 por cento com menos de 15 anos - estão refugiadas em 14 campos.

A UNICEF avaliou em 6.000 o número dos menores de 15 anos directamente comprometidos, por iniciativa própria ou à força, nos combates que sete facções armadas travam no país.

Centenas de milhar de outras crianças e jovens ficaram órfãos ou deficientes físicos ou

vagueiam de terra em terra, a tentar escapar à barbárie.

A Coordenadora da UNICEF em Monróvia, Ester Guluma, explica que "as mulheres e crianças têm mais facilidade em furar as linhas (de combate) e passar de território em território".

Isto, porém, com alto risco: milhares de mulheres, talvez dezenas de milhar, foram violadas por combatentes, no êxodo - estima a especialista da UNICEF.

No campo de "Four Houses", visitado pela directora da UNICEF, foram criados centros especializados no apoio às vítimas da guerra e funcionam unidades de produção de sabão e bonecas, para as mulheres, e escolas primárias para as crianças.

Deflagrada em Dezembro de 1989, a guerra civil na Libéria fez já 150.000 mortos e obrigou 80 por cento dos seus 2,4 milhões de habitantes a por-se a caminho do êxodo ou do exílio.

África em notícias

Angola

"Fase decisiva" titula em manchete o "Jornal de Angola", referindo-se ao "acantonamento" das tropas da Unita a iniciar em finais de Junho, segundo anúncio do presidente em exercício da Comissão conjunta, Khaleb Yassir.

O Comité Central do MPLA reuniu em Luanda em sessão extraordinária para analisar o grau de cumprimento do Protocolo de Paz assinado em Lusaca dia 20 de Novembro último.

A questão da criação de duas Vice-Presidências da República, uma a ser atribuída ao líder da Unita, Jonas Savimbi, foi um dos pontos debatidos pelo CC do partido maioritário no Governo.

A direcção do MPLA admite "como possível o cargo de vice-presidente para o líder da Unita uma vez que estejam resolvidas as questões militares que se prendem essencialmente com a desmilitarização daquele partido".

Na abertura da reunião, o presidente do MPLA disse que o encontro tido em Lusaca com o líder da Unita e as duas mensagens enviadas por Jonas Savimbi "criaram novos factos cuja importância política e significado importa analisar".

Estes factos, referiu José Eduardo dos Santos, abarcam "assuntos dos domínios político, militar, constitucional e eleitoral e podem acelerar o processo de paz".

Em causa estão assuntos de natureza política, militar, constitucional e eleitoral decisivos para fazer acelerar o processo de paz, "se forem tomadas decisões cruciais e audaciosas, no momento adequado", disse José Eduardo dos Santos.

Trata-se, por um lado, da desmilitarização da Unita, da extensão da administração do Estado a todo o território nacional e da constituição de um governo de unidade e reconciliação nacional - questões previstas no Acordo de Lusaca e que, segundo o chefe de Estado angolano, é imperioso aplicar.

Em causa está, igualmente, a necessidade de definir o lugar e papel a reservar no futu-

ro a Jonas Savimbi, líder da Unita, além da definição da fórmula para efectuar a segunda volta das eleições presidenciais e as próximas eleições legislativas.

Segundo Eduardo dos Santos, não está em causa uma atitude para acentuar a bipolarização da vida política do país, tendo apenas por objectivo "aceitar os factos históricos que resultaram das eleições de 1992".

"Todos os partidos que adquiriram legitimidade política para intervir e decidir sobre os assuntos do Estado na Assembleia Nacional têm possibilidade de dar a sua contribuição ao processo de reconciliação nacio-



Um jovem, vítima da explosão de uma mina. A prevenção, neste domínio, é uma das prioridades da UNICEF em África

nal, mas a palavra cabe, em primeiro lugar, ao partido maioritário", acentuou Eduardo dos Santos.

Apelo

Angola e Moçambique e mais sete países membros da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) pediram, em Genebra, donativos de 270 milhões de dólares a países ocidentais, para combater os efeitos da seca.

O pedido é justificado por a seca provocar este ano em Angola, Botsuana, Lesoto,

Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue uma redução de 35 por cento na normal produção alimentar.

A África do Sul, que informou ter reservas suficientes, e a Tanzânia, que registou boas chuvas, não integram o grupo de apelo.

Aos países doadores serão solicitadas 320 mil toneladas de cereais, orçados em 91 milhões de dólares, para combate directo à fome, mas parte importante do apelo destina-se a ajudar a região a lutar por si própria e a libertar-se da dependência de ajuda externa.

O apelo discrimina: 82 milhões de dólares em sementes, fertilizantes, instrumentos agrícolas e gado, 26 milhões de dólares para abastecimento de água e instalações sanitárias e 45 milhões de dólares para compra e redistribuição de diversos artigos alimentares, como óleo e feijões.

Solicitados são também 15 milhões de dólares para projectos de saúde, principalmente abastecimento de medicamentos para clínicas e cerca de outros 12 milhões de dólares para distribuição dos produtos de auxílio e outras medidas de apoio.

O último apelo regional pela SADC ocorreu após a seca catastrófica de 1991/92.

África do Sul

Milhares de habitantes do Soweto, cidade negra satélite de Joanesburgo, concentraram-se no Dia da Criança Africana, em estádios, cemitérios e escolas, em memória dos jovens mártires da luta contra o apartheid.

O dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), Walter Sisulu, depositou uma coroa de flores no monumento de homenagem a Hector Peterson, um rapaz de 12 anos recordado como a primeira vítima mortal da manifestação estudantil de 16 de Junho de 1976, no Soweto.

Centenas de jovens morreram no decurso da repressão policial exercida durante e depois do protesto, convocado para contestar a decisão governamental de instituir o Afrikaans como língua oficial de ensino na África do Sul.

As cerimónias alusivas ao Dia da Criança Africana, Dia da Juventude na África do Sul, proclamado feriado nacional pelo regime pós-apartheid, realizaram-se um pouco por todo o país.

Em Ezakheni, na província do Kwazulu-Natal, o presidente Nelson Mandela discursou perante cerca de 25.000 jovens, tendo apelado para a paz e exortado a juventude sul-africana a ajudar o seu governo no combate à criminalidade.

Evocando os nomes de heróis zulus, desde Chaka, o guerreiro que fundou a nação zulu, até Cetshwayo, autor da maior derrota do exército britânico na era colonial, Mandela exortou os zulus a fazer a paz e a apoiar o seu governo.

"A morte de zulus por zulus tem de parar", disse. "A morte de sul-africanos por sul-africanos tem de parar. A violência deve acabar."

Invertendo o recente apelo do líder zulu e ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, para que os militantes do seu partido Inkatha (IFP) se "levantem e resistam" ao governo central, Mandela exortou os militantes do ANC e do Inkatha no Kwazulu-Natal "a erguer-se e lutar pela paz". "Está nas nossas mãos terminar esta tragédia", afirmou.

França

Crise social reforça direita

A segunda volta das eleições municipais francesas confirmou os receios quanto à implantação da extrema direita - a Frente Nacional (FN) de Le Pen -, em particular no sudeste do país. A extrema-direita confirmou assim os resultados da primeira volta, enquanto a direita tradicional, no poder, registou uma perda assinalável, em Paris, de seis bairros, que passaram para os socialistas. Os comunistas mantiveram, em geral, as suas posições. Um dado importante a salientar - uma taxa de abstenção recorde que se elevou a mais de 30 por cento.

As posições agora alcançadas pela FN colocam desde já problemas graves, em particular em relação às comunidades estrangeiras. A extrema-direita france-

sa defende teses como a preferência nacional em termos de ensino, trabalho, alojamento e saúde, pondo assim em causa direitos humanos fundamentais.

A análise do voto na direita reflecte o peso e a gravidade dos problemas sociais que de forma crescente se fazem sentir no país. Poucos dias antes desta segunda volta das municipais, Hervé Le Bras, director de laboratório na Escola dos altos estudos em ciências sociais, afirmava nas páginas do "Libération" que "a FN se infiltra onde a sociedade funciona mal (...) se analisarmos a evolução do voto na Frente Nacional entre 1988 e 1995, nota-se que há uma estagnação ou recuo no centro das cidades, socialmente melhor estruturado,

e que se registam progressos tanto maiores quanto maior é o afastamento do centro".

A gravidade dos problemas sociais ressalta no relatório anual sobre "o estado da França", publicado estes dias pelo Centro de investigação, estudo e observação das condições de vida (CREDOC).

O relatório assinala três traços mais salientes da evolução em curso. Antes do mais, o fim de uma tendência de regular redução da pobreza, iniciada nos anos 50. Em seguida, o fim da ideia de uma "crise forte mas limitada". E por último, o aparecimento de novas rupturas sociais, apesar dos mecanismos de protecção social.

Uma realidade de regressão social que nada tem a ver com questões de ordem mais estritamente económica - o volume de riqueza nacional mais que duplicou entre 1981 e 1994.

Neste momento, há 13 milhões de franceses a sobreviver com subsídios sociais. Sete em cada dez pessoas vê-se forçada a restringir as suas necessidades. Cerca de "20% da população activa" anda entre o trabalho temporário, os contratos de tempo limitado, os estágios, o tempo parcial e os pequenos expedientes. A situação dos jovens é claramente mais difícil que a das gerações anteriores.



Mais de 20.000 pessoas manifestaram-se em Paris por uma verdadeira política de emprego

O desemprego é um factor determinante na degradação da situação social e no agravamento das desigualdades, gerando uma situação em que a perda de rendimentos se vem somar a da habitação e menores possibilidades de acesso à saúde e ao ensino - o que acaba por alimentar um círculo vicioso da pobreza, que atinge em particular as pessoas com menos estudos, os mais velhos, os operários e os imigrantes. Imigrantes que tenderão a ser ainda mais penalizados onde a vitória da FN der lugar à

implementação de políticas abertamente racistas.

Um elemento positivo é entretanto sublinhado no relatório do CREDOC: "existe hoje em França uma verdadeira aspiração à redescoberta do vínculo social".

Uma aspiração que, tal como a luta dos trabalhadores, que na véspera da segunda volta das municipais uma vez mais saíram à rua em dezenas de cidades, por uma verdadeira política de emprego, poderá abrir caminho a uma alternativa política de esquerda.

Shell

A Shell britânica recuou na sua decisão de afundar a plataforma petrolífera Brent Spar, no Atlântico, a uma profundidade de dois mil metros, face às múltiplas críticas e à ocupação temporária da plataforma por activistas da Greenpeace.

Uma sondagem levada a cabo na Alemanha para esta organização de defesa do ambiente indicou que 85 por cento dos automobilistas alemães estavam dispostos a apoiar um boicote de 1700 estações de serviço da Shell na Alemanha, que já registaram uma baixa de 20 por cento nas vendas de combustível. Há 220 plataformas de petróleo no Mar do Norte que a pouco e pouco se tornarão supérfluas. Na sua maioria foram usadas para perfurações e não oferecem os perigos da Brent Star que era simplesmente usada para armazenagem de petróleo.

Índia

Uma doença, que se supõe ser encefalite, causou numa semana 150 mortes, na sua maioria crianças, no estado de Bihar no noroeste da Índia.

Os hospitais do distrito de Muzaffarpur, norte do Estado, encontram-se repletos de doentes em estado grave, na maioria crianças, declarou um autarca do Bihar, Hindkesari Yadav. Yadav apelou às autoridades federais para tomarem medidas urgentes a fim de combater a epidemia. Em 1993, uma epidemia de encefalite matou 70 pessoas no Bihar.

Racismo

A Comissão Europeia defenderá a introdução, no novo tratado da União, de directivas específicas para lutar contra a discriminação racial, a xenofobia e o anti-semitismo, anunciou o comissário dos assuntos sociais, Pdraig Flynn.

Está igualmente nos planos do comissário propor ao conselho de ministros da União Europeia que declare 1997 "Ano europeu contra o racismo" e tentar mobilizar parte dos fundos estruturais para a luta contra os efeitos do racismo sobre o mercado de trabalho. Ainda de acordo com fontes comunitárias, uma comissão especialmente criada pelo executivo da comunidade apresentou um relatório sobre o racismo na Europa no qual se exprime "claramente a vontade real da União Europeia de lutar, e não apenas protestar, contra a escalada do racismo e da xenofobia".



A decisão da França de proceder a novos ensaios nucleares desencadeou, a nível interno e internacional, uma onda de protestos. O Movimento da paz sublinha, em particular, a contradição entre a grave opção assumida por Paris e os compromissos assumidos pelas potências nucleares - na Conferência de Nova Iorque, em 12 de Maio passado - de avançar para o desarmamento. Entretanto, o Pentágono estuda a possibilidade de os Estados Unidos recomencem igualmente os ensaios nucleares

Tchetchénia
Negociações políticas

Uma grande incerteza marca a actual situação na Tchetchénia, num momento em que, entretanto, a crise desencadeada pela ocupação de um hospital em Budennovsk, no sul da Rússia, por um comando techetcheno, foi ultrapassada, na sequência da libertação dos reféns e de promessas por parte de Moscovo de negociações para uma solução pacífica

A suspensão das hostilidades na Tchetchénia e o início de negociações políticas - a principal concessão de Moscovo - tiveram um custo excessivamente elevado. O saldo da crise é de 130 mortos, resultantes de uma tentativa dos soldados russos de entrar no hospital. Até hoje, a guerra, que se arrasta há seis meses, já terá feito entre 15 mil e 30 mil mortos.

Serguei Kovalev, conselheiro do presidente russo para os direitos humanos e um firme adversário da guerra na Tchetchénia, é uma das cerca de 150 pessoas que acompanharam voluntariamente, como reféns, o comando tchetchéno no regresso à Tchetchénia.

Kovalev foi para Budennovsk na passada sexta-feira, dois dias depois de o comando tchetchéno ter ocupado o hospital da localidade.

Na sua opinião, a Rússia é "parcialmente" responsável pela acção do comando.

O comando tchetcheno libertou os últimos 800 reféns dos mais de dois mil que mantivera sequestrados no hospital de Budennovsk, após um acordo com as autoridades russas para um cessar-fogo na Tchetchénia e uma solução política para a crise na república independentista.

As conversações de paz na capital tchetchena de Grozny revelaram-se entretanto inconclusivas.

As conversações a alto nível pararam para dar lugar a negociações destinadas a pôr fim a seis dias de cerco ao hospital de Budennovsk, ocupado por guerrilheiros tchetchenos.

Shandor Messarosh, que lidera a missão de Grozny da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE), qualificou as conversações de "positivas", apesar de não terem sido tomadas decisões importantes.

Uma guerra reveladora dos confrontos internos no Kremlin pela partilha de poderes no seio da federação e pelo controlo da antiga propriedade de Estado. E de que uma vez mais são vítimas tanto as populações da Tchetchénia como as rusas.

**CRIANÇAS
EMERGEM
DA SOMBRA**

Contos da Clandestinidade

Maria Luisa Costa Dias

COLEÇÃO "RESISTÊNCIA"



edições
Avante!

Entrevista com Álvaro Cunhal

Bento Caraça insigne intelectual comunista

Bento de Jesus Caraça foi uma figura ímpar da vida cultural e política portuguesa. Em que circunstâncias o conheceu?

Conheci-o nos anos 30. Primeiro na Universidade Popular Portuguesa onde assisti a várias das suas conferências e tive ocasião de falar com ele no quadro de um relacionamento com outros conferencistas. Depois, ainda nessa época, em encontros fortuitos. Eu era jovem, mas já então era militante do PCP, da direcção da Juventude Comunista e com intensa actividade no movimento associativo dos estudantes. Apenas para melhor se compreender o meu relacionamento com Bento de Jesus Caraça, lembro que em 1935 passei à clandestinidade e fui a Moscovo, e em 1937 fui preso e estive cerca de um ano na prisão. A relação com B. Caraça teve logo à partida presentes dois pressupostos. Eu via nele um intelectual conhecido e de grande valor considerado como comunista embora então não soubesse se era ou não membro do Partido. E ele via em mim um jovem conhecido como militante comunista já então com certa responsabilidade.

De que falavam então?

Da luta contra a ditadura, do fascismo alemão e italiano, da situação mundial, da URSS e seu papel, de leituras, da luta contra a guerra, das actividades culturais, e de tudo um pouco.

Uma das vertentes mais conhecidas da sua intervenção cultural foi o papel que desempenhou na fundação e funcionamento da Universidade Popular...

Sim, com a influência qualificada de B. Caraça, tratou-se de uma actividade cultural de grande projecção. O grupo de conferencistas incluía pessoas de valor como Dias Amado, Mário de Castro. Também de meu pai, Avelino Cunhal. Eram pessoas com diferenciadas personalidades individuais mas identificadas no fundamental das suas opções sociopolíticas. B. Caraça, cientista, professor, pedagogo, homem de cultura, pronunciava-se contra a cultura como monopólio de uma elite. Explicitava que um sábio pode não ser um homem culto e um homem culto pode não ser sábio. A cultura deveria ser um valor e um bem do povo. Daí a defesa da democratização da cultura como elemento de liberdade do ser humano e da democracia política. A cultura exige conhecimento e o povo deve ter acesso à aquisição do conhecimento. É de lembrar a ideia sublinhada por B. Caraça de que, para tal, o problema económico é aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar. A actividade cultural de B. Caraça, como professor, como conferencista, como ensaísta, como orientador de actividades editoriais, é inseparável das suas concepções acerca da sociedade existente, da cultura, da democracia, dos valores político-éticos, do ideal de uma transformação profunda da sociedade de assumido conteúdo humanista.

E quanto à fundação da Editorial Cosmos? Qual foi a contribuição de Bento de Jesus Caraça? Queres recordar-nos alguns exemplos?

Ele foi o grande orientador, animador e dinamizador de uma valiosa série de obras editadas pela Cosmos. Tive ocasião de falar numerosas vezes com ele a este respeito. Posso mesmo dar um testemunho directo. Propôs-me que escrevesse um volume sobre "A descoberta da Terra", ou seja o avanço histórico do conhecimento pelo ser humano do nosso planeta. Ainda há dias, arrumando papéis, encontrei muitas centenas, para não dizer milhares, de folhas com notas de leitura, apontamentos, capítulos já redigidos, ilustrações para esse trabalho. Não teve seguimento porque em 1941, pouco depois de libertado após uma segunda prisão, passei de novo à clandestinidade. Cito este caso para melhor caracterizar o relacionamento com B. Caraça e o conhecimento da sua personalidade e actividade, neste caso de divulgação cultural.

Aos falsificadores da história não convém que o povo português saiba que eram comunistas homens a quem tanto devem o povo, o país, a cultura, a conquista da liberdade e da democracia

Bento Caraça influenciou fortemente a juventude da tua geração. Queres falar-nos do seu relacionamento com os jovens?

Da minha geração e de gerações ainda mais jovens. Ele dava valor ao valor dos jovens. Tinha a sua própria experiência: professor universitário aos 25 anos, professor catedrático antes dos 30. Criava nos alunos o gosto pelo estudo, pela ciência e pela cultura, estabelecendo ao mesmo tempo com muitos deles um relacionamento amigável, de convívio e de liberdade. Ele era e gostava de afirmar-se um homem simples. Andava a pé na cidade em cabelo quando na sua época praticamente toda a gente usava chapéu. Vestia a sua samarã alentejana. Falava com os mais novos e os mais novos falavam com ele como se tivessem todos a mesma idade. Sentia-se bem com os jovens e os jovens sentiam-se bem convivendo com ele. No estudo, em iniciativas culturais, em conversas sobre os mais variados temas, em passeios, em fins-de-semana passados na praia. De sublinhar que, nesses colectivos, estavam sempre presentes, surgindo com uma espontaneidade correspondente ao pensamento e ao sentir de cada qual, os problemas da época. O sentido ético e humanista do seu pensamento traduzia-se, entre muitas outras coisas, pela valorização da coragem na afirmação da verdade científica (Galileu Galilei) ou das grandes figuras da Índia como Tagore e Gandhi. Tinha particular preferência literária por Romain Rolland e aconselhava a muitos jovens a leitura de "Jean-Christophe". Não menosprezava porém a influência política directa. Numa época em que havia a censura à imprensa e a proibição da importação de publicações comunistas, ele conseguia receber e facilitava a leitura aos jovens de "Le Monde", semanário dos conhecidos intelectuais comunistas franceses Henri Barbusse e Romain Rolland, intelectuais aos quais estava também muito directamente ligado como responsável e animador em Portugal do Movimento pela Paz Amsterdam-Peyel dirigido por esses dois intelectuais franceses.

E como se dá, mais tarde, o vosso conhecimento partidário? O teu testemunho tem particular interesse, dado que já não estás vivos outros camaradas que no Partido directamente o conheceram.

O relacionamento que acabo de referir com B. Caraça tinha como adquirido que B. Caraça era comunista. Mas nas condições de clandestinidade a organização e os contactos no Partido eram compartimentados e nenhum membro do Partido se afirmava como tal, a não ser na sua ligação orgânica. De mim para mim, tinha por certo que B. Caraça era membro do Partido, mas não o poderia afirmar. O relacionamento partidário directo deu-se em 1943. Em 1941-42, época da reorganização do PCP, eu tinha de novo passado à clandestinidade e sido enviado como funcionário do Partido para o Norte do País. Em Outubro de 1942, tendo sido presos vários dirigentes do Partido, fui chamado de novo para Lisboa, a fim de integrar o Secretariado desfalcado com a prisão de Júlio Fogaça. Ora era precisamente Júlio Fogaça que assegurava na época a ligação partidária com B. Caraça. Fui eu encarregado de restabelecê-la, o que sucedeu em 1943. No mundo então envolvido na 2ª Guerra Mundial, 1943 foi um ano marcado em Portugal pelo impetuoso ascenso do movimento operário, a afirmação do PCP como um grande partido nacional e o empreendimento pelo Partido da unidade antifascista na luta pela liberdade e a democracia. B. Caraça deu nessa conjuntura uma contribuição em alguns aspectos determinante para alcançarmos com êxito tal objectivo.

É sabido que ambos fizeram parte do Conselho Nacional do MUNAF. Como foi decidida essa participação?

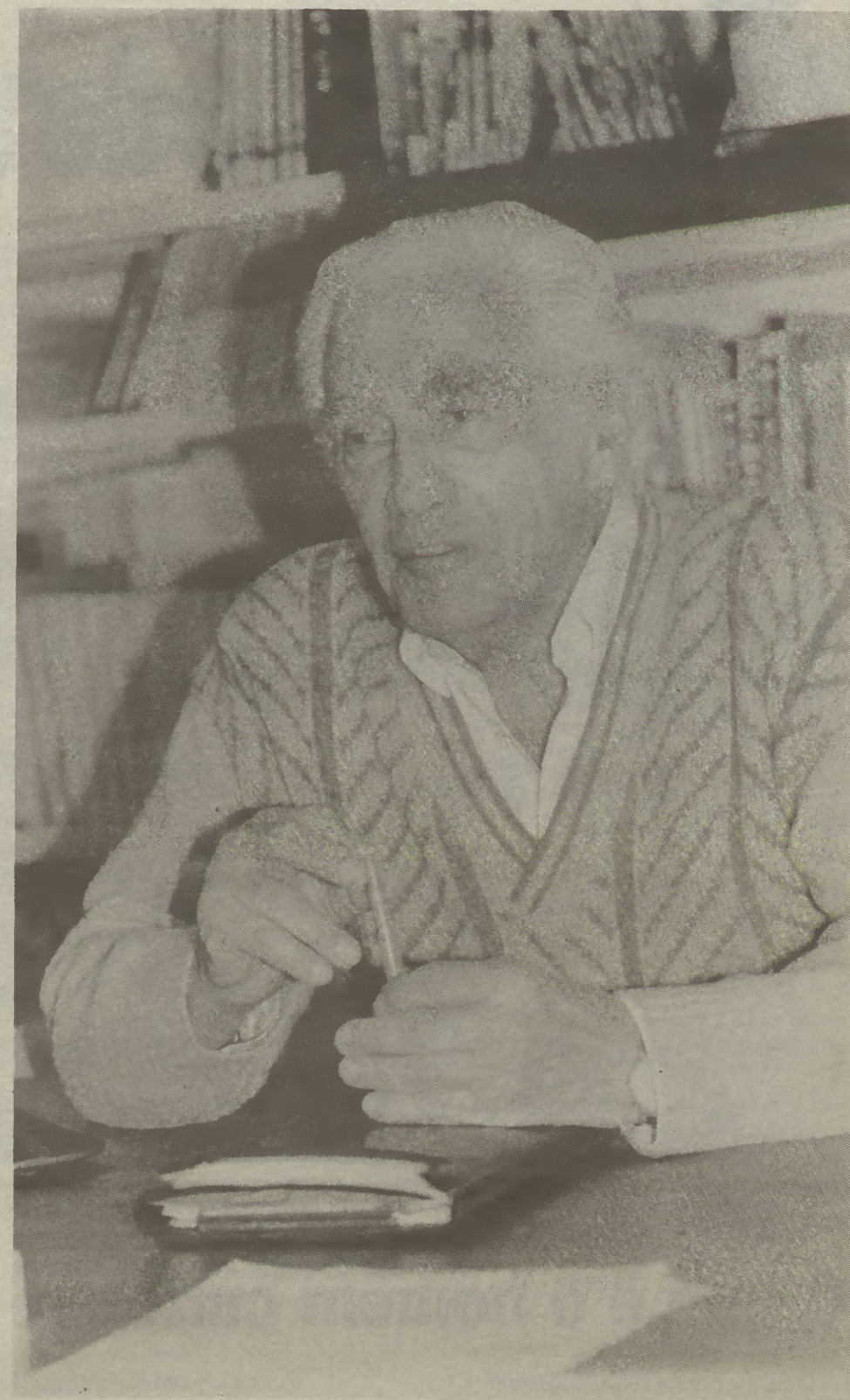
Lembro que o III Congresso do PCP (primeiro realizado na clandestinidade), noticiado no "Avante!" de Novembro de 1943, anunciava a criação do Movimento de Unidade Nacional Antifascista, e o "Avante!" de Janeiro de 1944 noticiava a formação do

Conselho Nacional, órgão supremo do MUNAF.

O êxito deveu-se em grande parte à acção de B. Caraça, como militante do Partido, graças à sua influência nos meios intelectuais e entre os antifascistas. Acompanhei muito de perto toda essa acção. Foram abordadas numerosas personalidades que aceitaram participar na organização do movimento e constituir um organismo dirigente. Foi formada uma Comissão operacional tendo como principais componentes José Magalhães Godinho, o comandante Moreira de Campos e Fernando Piteira Santos, também então membro do PCP. O "Avante!" de Janeiro de 1944, confirmando a criação do MUNAF, anunciava a formação do Conselho Nacional em que inicialmente entrámos, como representantes do PCP, B. Caraça e eu próprio. Depois o Conselho Nacional ampliou-se e veio a ter como Presidente o general Norton de Matos, como vice-presidente o prof. Barbosa de Magalhães e a participação de numerosos antifascistas da mais variadas tendências políticas, chegando a ter cerca de 40 membros. O número de comunistas no Conselho aumentou. Foi porém sempre reduzido embora muito influente, além do mais porque era o PCP que dava a principal contribuição política e os principais apoios técnicos, logísticos e orgânicos para a acção do MUNAF - acção clandestina, como se sabe.

Qual foi o papel de Bento Caraça na unidade antifascista e no movimento democrático na legalidade? Estamos a referir-nos ao MUD...

O MUD (Movimento de Unidade Democrática) foi formado e desenvolveu-se como uma realização e expressão do MUNAF, aparecendo à luz do dia como um novo movimento e invocando o direito à legalidade. É de lembrar que o MUD aparece quando, ante a derrota na 2ª Guerra Mundial da Alemanha hitleriana e da Itália fascista (Maio de 1945), Salazar, procurando salvar a ditadura, lançou uma grande manobra demagógica. Proclamou que eles, os fascistas, eram "os verdadeiros democratas" e anunciou a realização de "eleições livres". O movimento antifascista, possuidor de uma séria experiência na utilização de possibilidades legais e semilegais, pegou-lhe nas palavras, criou e lançou o MUD e anunciou a sua determinação de concorrer às eleições. De lembrar a Comissão Central do MUD (1946), que é de interesse citar, que contou na sua composição com Azevedo Gomes, Bento Caraça, Hélder Ribeiro, Maria Isabel Aboim Inglês, Fernando Mayer Garção, Manuel Mendes, Lobo Vilela, Alberto Dias, Manuel Tito de Morais, Demétrio Duarte, Luciano Serrão de Moura e Mário Soares. O MUD, assim como o MUD Juvenil, formado no seu desenvolvimento, foi perseguido e reprimido. B. Caraça foi demitido de professor, na vaga de demissões que atingiu também outros destacados antifascistas, alguns dos quais comunistas. Mas o MUD ficou assinalado na luta contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia, como um poderoso movimento unitário ao qual está indissolivelmente ligada a intervenção militante e a influência pessoal de B. Caraça.



Hoje procura-se apagar a ligação de Bento Caraça ao PCP. Que razões vês para essa atitude?

Essa atitude insere-se na gigantesca operação de falsificação da história a que assistimos actualmente. Escrevem-se volumes, artigos e conferências e pronunciam-se discursos e declarações tentando branquear a ditadura, a sua natureza fascista, a sua natureza de classe, e todos os seus crimes. Falsa-se a história da heróica resistência antifascista, da luta pela liberdade e a democracia. Insulta-se a revolução de Abril, que a reacção acusa de ter sido causadora da situação desastrosa actual a que nos conduziu a política e governos de direita. Falsa-se a história do levantamento militar, do levantamento popular, das realizações e conquistas da revolução democrática. Falsa-se a história das actividades e do processo contra-revolucionário que conduziu à situação de desastre nacional em que actualmente o país se encontra. E em toda esta operação de falsificação da história, é linha de força o apagamento, o silêncio ou a grosseira deturpação e a calúnia contra o PCP. Aos falsificadores da história não convém que o povo português saiba que eram comunistas homens a quem tanto devem o povo, o país, a cultura, a conquista da liberdade e da democracia.

Está a preparar-se uma homenagem a Bento de Jesus Caraça, anunciada para o próximo dia 27. Queres dar-nos a tua opinião sobre o significado e a oportunidade do acontecimento?

Sabe-se que a homenagem surge por ocasião da transladação dos restos mortais de B. Caraça. Não se pode negar a oportunidade de uma homenagem num tal momento. O que muito legitimamente é contestável e contestamos é a homenagem com os previstos discursos nessa ocasião de Mário Soares e Jorge Sampaio e de nenhum comunista. Não por descuido, mas por decisão. Não é exagero dizer que se trata de uma tentativa de deturpação da história, no caso concreto de deturpação da memória de alguém que no seu tempo teve destacado papel na história do nosso país. É evidente que se pretende negar ou minimizar, ou fazer esquecer que a vida e a obra de B. Caraça são inseparáveis do seu ideal político. A verdade é porém mais forte que a sua intencional ocultação. Objectivamente considerada é no fim de contas uma homenagem a um insigne intelectual comunista, para o qual o ser comunista foi um motivo inspirador de tudo o que de essencial fez na sua vida.



Bento de Jesus Caraça e os



Foto dos "passelos no Tejo" a bordo do barco «Liberdade», de Jerónimo Tarrinca, em que participaram numerosos intelectuais antifascistas ligados ao movimento neo-realista. Destacam-se Alves Redol, de bóina, Lopes-Graça, à esquerda, e Bento de Jesus Caraça, de chapéu (foto cedida pelo Museu do Neo-Realismo)

O que é o homem culto

O que é o homem culto? É aquele que:

1º - Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;

2º - Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;

3º - Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida.

Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas.

A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do

quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da *liberdade*.

E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga da ladeira.

Condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura - que ele seja economicamente independente. Consequência - o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar. Tudo aquilo que for empreendido sem a resolução prévia, radical e séria, desse problema, não passará, ou duma tentativa ingénua, com vaga tinta filantrópica, destinada a perder-se na impotência, ou de uma mão-cheia de pó, atirada aos olhos dos incautos.

Bento de Jesus Caraça in «A Cultura Integral do Indivíduo».

Cultura de elite e cultura popular

Não há fatalidade em história. *O que acontecerá...* é sempre determinado pelo jogo dos elementos em presença. Em cada momento, o homem age sobre o meio que o cerca e o meio age sobre o homem - o que sai dessa acção recíproca é o que ela determinar e não o que, em obediência a um obscuro misticismo fatalista, se considera como *aquilo que tem de ser*. Aquilo que tem de ser não é ainda, e, como tal, pode vir a não ser. Quando muito, pode falar-se duma tendência do movimento de marcha, mas essa tendência não tem aqui maior âmbito e valor do que tem o princípio da inércia nos movimentos reais do mundo físico - é preciso, a cada momento, vencer a resistência das forças de atrito para que o movimento perdure. Não, o fatalismo em história não é mais do que um reles biombo de papel atrás do qual se abrigam, julgam abrigar-se, os ineptos e os preguiçosos.

Das considerações que acabo de fazer, resultam, entre outras, duas consequências imediatas, que importa fixar.

Primeira. Desaparece a oposição habitual entre *cultura de elite* e *cultura popular*. O património cultural comum é uno, a humanidade é una; não há, portanto, lugar para distinções artificiosas e geradoras de confusão. Substituiremos, por isso, a expressão cultura popular pela expressão, mais própria e mais geral, de *cultura humana*.

Segunda. Por isso mesmo, toda a acção progressiva, ou se faz num sentido de *extensão* do património ou no de aumento de *condições* ou *capacidade de apropriação* dele, por parte dos homens.

Bento de Jesus Caraça in «A Arte e a Cultura Popular»

Fac simile da capa da 1ª edição de «A Cultura Integral do Indivíduo, Problema Central do Nosso Tempo». A edição mais conhecida viria a ser a posteriormente lançada pela Seara Nova. Esta primeira edição integrava-se na acção da organização «Mocidade Livre», com sede em Lisboa, no Largo dos Prazeres, 7, e que promoveu em 25 de Maio de 1933 a realização da conferência de Bento de Jesus Caraça que daria origem ao livro (original cedido pelo Museu do Neo-Realismo)

Cadernos de Cultura Vanguardista

N.º 1

A Cultura Integral do Indivíduo

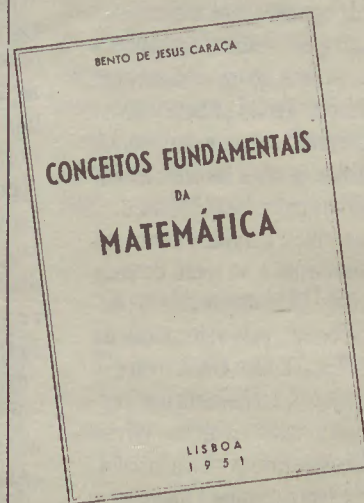
problema central do nosso tempo

por

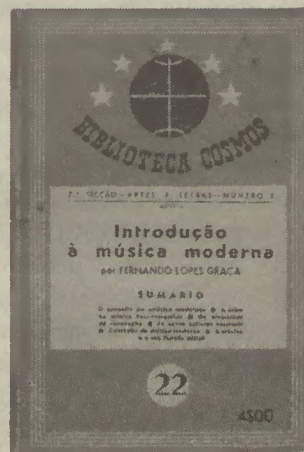
BENTO DE JESUS CARAÇA

MOCIDADE LIVRE

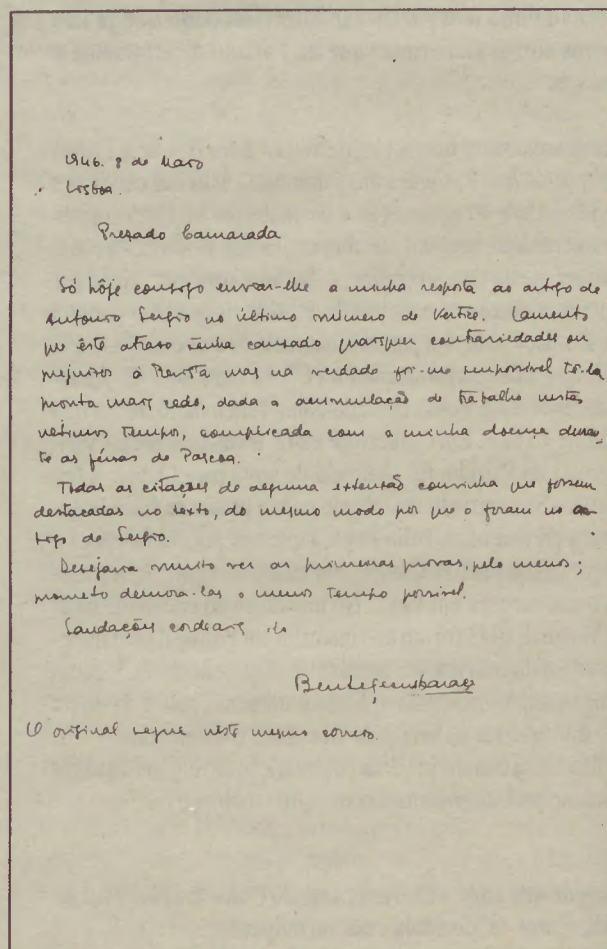
LISBOA



Fac simile da capa da edição integral de «Conceitos Fundamentais da Matemática» publicada em 1951. Esta edição inclui as duas primeiras partes editadas pela Biblioteca Cosmos e a terceira que se encontrava inédita (original cedido pelo Museu do Neo-Realismo)



Fac simile do nº 22 - «Introdução à Música Moderna», de Fernando Lopes-Graça - da Biblioteca Cosmos criada por Bento Jesus Caraça



Fac simile de uma carta de 8 de Maio de 1946 de Bento de Jesus Caraça à Redacção da revista «Vértice» acompanhando o texto de um dos artigos da polémica que nesse período manteve com António Sérgio (original cedido pelo Museu do Neo-Realismo)

seus contemporâneos

Depoimentos

Carlos Aboim Inglês

Queria apenas dizer algumas palavras simples, como simples foi o grande homem que desejaria hoje aqui evocar. Esse homem é Bento de Jesus Caraça, sobre cujo nascimento passa hoje mais um aniversário. Há trinta anos que ele morreu e muitos dos que fizeram o 25 de Abril não o conheceram pessoalmente. Mas creio que a juventude do meu tempo, aquela que tem hoje perto de 50 anos, e aqueles que com mais de 50 anos foram companheiros de Bento Caraça me acompanharão numa simples palavras de evocação dessa grande figura de cidadão íntegro e de democrata exemplar pela sua coragem, pela sua constância, pelo seu largo espírito unitário, que não excluía uma forte personalidade e opções partidárias claras. Acompanhar-me-ão numa homenagem simples que desejava aqui, na Assembleia da República, prestar a esse intelectual humanista que saiu do povo mas que nunca voltou costas à classe onde se tinha gerado. Antes pelo contrário, toda a sua vida e toda a sua obra esteve virada e ligada para a elevação e promoção desse povo a que pertencia. Acompanhar-me-ão na evocação do pedagogo sem par que ele foi, do cientista, do matemático, do economista que abriu novos rumos à aplicação e ao desenvolvimento da ciência matemática em Portugal, o grande e elevado divulgador da ciência e da cultura que ele foi - e basta recordar essa obra ímpar ainda hoje em Portugal que foi a Biblioteca Cosmos ou a Universidade Popular. Acompanhar-me-ão os democratas e antifascistas que aqui se encontram nesta Câmara ao evocar a figura do democrata, do antifascista, do homem de progresso que foi Bento Caraça, do membro do Conselho Nacional do MUNAF, lutando na clandestinidade, do membro da Comissão Central do MUD - Movimento de Unidade Democrática -, que marcou uma época nova no

Mário Sacramento

Bento de Jesus Caraça representa, na nossa memória, uma época em que foi possível a uma elite saída do povo manter-se fiel às suas origens. Recordo-o apenas do MUD, onde a sua capacidade de ouvir, conjugar, decidir, soube manter o sentido de objectividade conjuntural, indispensável ao planeamento de uma política cientificamente elaborada e conduzida. A cabeleira grisalha e ondulante, a presença serena e desenfaturada, a palavra prudente e curta de quem não acredita em retóricas miríficas foram uma presença e uma lição que a poucos aproveitaram, afinal. Revê-las é remontar a um precursor do que não seremos tão cedo, marcusiados que muitos andam ou parecem...

Dói ver tanto esforço perdido, sem que um balanço encaminhador saia, sequer, das cinzas do passado! Há mortos que rangem, nas

Mário Dionísio

Evocar Bento Caraça é evocar todo um passado de opressão e de glória. Porque nunca essa opressão, mais evidente ou mais dissimulada, na vida colectiva e no terror ou apatia longamente instalados na vida de cada um, conseguiu evitar, pela simples recusa ou pela acção organizada, a luta contra ela.

Evocar Bento Caraça é evocar uma série interminável de amigos conhecidos e desconhecidos, grandes figuras da Resistência portuguesa, de sectores e tendências bem diferentes: Pulido Valente, Manuel Mendes, Mário de Azevedo Gomes, Alberto Emílio de Araújo, tantos outros - expulsos uns das funções que exemplarmente exerciam, exilados outros ou aniquilados no Tarrafal, como Bento Gonçalves ou Mário Castelhana, outros ainda desaparecidos na bruma da clandestinidade, mortos na tortura dos interrogatórios ou em plena rua, a tiro, como o jovem escultor Dias Coelho.

(...)

Que rótulo melhor lhe caberá então do que o de *antifascista*, nessa época, já um tanto longínqua, em que esta palavra significava realmente *ser contra o fascismo* e, por isso mesmo, as autoridades a identificavam com crime de lesa-Pátria?

Antifascista, pois, de princípio a fim, sob o fascismo e quando - não esquecer nunca! - ninguém poderia imaginar quando este acabaria. Antifascista em todos os momentos da sua vida e da sua obra.

Mas, sobretudo num caso como o dele, o rótulo exige alguns momentos de reflexão. Até porque, no compreensível entusiasmo com que dele se fala, só às vezes se vê nele o político - um político -, outras se chega a chamar-lhe o maior ou dos maiores matemáticos portugueses.

desenvolvimento da luta pela democracia e pela liberdade em Portugal, que veio, afinal, a desembocar no 25 de Abril.

Não queria deixar também de referir a figura humana que Bento Caraça foi e que nos deve servir a todos nós de lição, de homem bom, de homem simples que deu exemplo de toda a estatura humana, do homem humilde perante o povo de que era filho, mas ao mesmo tempo de intransigência e de coragem exemplar perante os poderosos e os carrascos do seu povo, que soube afrontar a cadeia, e mais do que, a cadeia, a repressão económica e intelectual que se abateu sobre todos os intelectuais portugueses durante a longa noite fascista.

Bento Caraça é, sem dúvida, uma figura ímpar, mas sendo ímpar é exemplar de milhares de outros portugueses que, na longa noite fascista, combateram para que viesse o 25 de Abril. É precursor do 25 de Abril e é como tal que também deve ser lembrado.

Estou certo de que a Assembleia da República não deixará de se associar a uma homenagem nacional ao exemplar português que foi o Prof. Bento de Jesus Caraça, porque homenagear o Prof. Caraça não é apenas pagar uma dívida de gratidão e de saudade, mas é manter vivo o património humano e cultural do antifascismo, da democracia, que é o melhor património e riqueza do povo português, garantia da construção daquele futuro livre, humano, fraterno e sem exploração do homem pelo homem por que ele lutou e deu toda a sua vida e obra.

Intervenção na Assembleia da República em 13 de Abril de 1978 in «Pequeno Guia Parlamentar» - Edições «Avante!». Lisboa, 1978

trevas, sacrifícios esquecidos. Viver a verdade própria é, em qualquer caso, um alto destino, só na aparência gorado. E disso ninguém poderá despojar Bento Caraça. Consciencializou alienação como quem desaterra um burgo sepultado. Apontou o caminho da cultura integral, que falsas revoluções por vezes negam. Face aos alunos, na cátedra, aos políticos, no MUD, ao povo, na UP, entrelaçou as malhas do devir. Queixemo-nos da lâ que lhe demos, não do artífice que foi. Modesto, apagou-se por detrás do que semeou, bom alentejano que era. E, se grãos houve que apodreceram, algures sobreviverá um - quem sabe? que espigará, quando menos se espere!

Introdução ao número especial da «Vértice» dedicado a Bento Jesus Caraça. Novembro de 1978

Sempre interessado pela vida política e nela participando - legalmente, como no MUD, ilegalmente, como no MUNAF -, foi contudo Caraça o que se chama um político? Professor e autor de livros sobre matemática, e um dos fundadores do Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia ou da *Gazeta de Matemática*, e Presidente, durante dois anos, da Sociedade Portuguesa de Matemática, foi na verdade Caraça um matemático, na acepção de investigador ou criador, que o termo nos nossos dias tem?

(...)

A reivindicação da cultura para a sociedade inteira, eis o seu campo de acção e criação, a sua *opção*. E isso explica decerto que as suas excepcionais capacidades de inteligência, de sensibilidade, de dádiva, de persistência, de sacrifício também, as tenha ele investido quase todas nessa obra imensa, nessa obra pedagógica por excelência, de divulgar a cultura num País intencionalmente privado dela e por isso da consciência de si próprio. Porque, como pensava, «em todos os homens existe a mesma parcela de dignidade, simplesmente nalguns está de tal modo adormecida que chegam a dar a impressão de seres inferiores, gerando os sentimentos da humilhação». E, em sua (e nossa) opinião «a humilhação do homem perante o homem é imoral».

Era urgente acordar - palavras suas - «o que há de melhor no homem». E, como viria a dizer noutra ocasião, «para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há cansaça que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga da ladeira».

in número especial da «Vértice» dedicado a Bento Jesus Caraça. Novembro de 1978



Bento de Jesus Caraça

Bento de Jesus Caraça, desenho de João Abel Manta criado para a capa do número 412/413/414 da revista «Vértice» de Setembro/Octubre/Novembro de 1978

Biografia

Bento de Jesus Caraça nasceu em Vila Viçosa, em 18 de Abril de 1901, filho de João António Caraça e de Domingas da Conceição Espadinha, trabalhadores rurais.

Terminou os estudos primários em 1911 e o curso liceal em 1918. Frequentou o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (I.S.C.E.F.) de 1918 a 1923, ano em que se licenciou.

Foi nomeado 2º assistente do 1º grupo de cadeiras de I.S.C.E.F. em 1 de Novembro de 1919, 1º assistente em 13 de Dezembro de 1924, professor extraordinário em 14 de Outubro de 1927 e professor catedrático da 1ª cadeira (Matemáticas Superiores - Álgebra Superior. Princípios de Análise Infinitesimal. Geometria Analítica) em 28 de Dezembro de 1929.

Regeu no ano lectivo de 1924-25 a 2ª cadeira (Matemáticas Superiores - Análise Infinitesimal. Cálculo das Probabilidades e suas Aplicações) e de 1925 a 1946 a 1ª cadeira.

Em 7 de Outubro de 1946, foi demitido do cargo de professor catedrático, mediante processo disciplinar de cuja decisão recorreu.

Foi eleito Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Matemática para o biénio 1943-44 e Delegado da Sociedade aos Congressos da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências de 1942 a 1944 e de 1946 a 1948.

Em 1938, propôs, com os professores A. de Mira Fernandes e C. M. Beirão da Veiga, ao Conselho Escolar do I. S. C. E. F. a fundação do Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia de que foi Director até Outubro de 1946.

Teve uma notável actuação na Universidade Popular Portuguesa de que foi Presidente da Direcção durante muitos anos consecutivos.

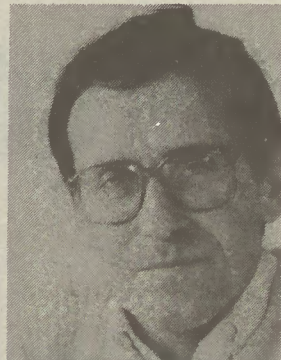
Em 1940, fundou, com os professores António Monteiro, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo e Manuel Zalar, a «Gazeta de Matemática».

Em 1941, fundou a «Biblioteca Cosmos» de que foi o único director.

Além das coligidas neste volume, Bento de Jesus Caraça publicou as seguintes obras: Interpolação e Integração Numérica, Lições de Álgebra e Análise, Cálculo Vectorial e Conceitos Fundamentais da Matemática. Colaborou ainda na «Revista do Instituto Superior de Comércio», «Revista de Economia», «Técnica», «Seara Nova», «Vértice», no quinzenário «O Globo», e nos semanários «O Diabo» e «A Liberdade».

Biografia extraída do livro «Bento de Jesus Caraça - Conferência e Outros Escritos» publicado em Lisboa em 1970 por altura do 20º aniversário da morte do autor

Por Alqueva — a luta continua



JOSÉ SOEIRO
Membro
da Comissão Política

DEPOIS de anos e anos de luta pela concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, contra a sistemática oposição, o desinteresse e as manobras dilatórias desenvolvidas por sucessivos governos do PS, do PS/CDS, do PSD/CDS, do PS/PSD e do PSD, o Alentejo e o País alcançaram uma importantíssima vitória ao conseguir obrigar o Governo a decidir-se, ainda que tardiamente, pela realização deste estruturante projecto e pela sua inclusão, para efeitos de financiamento como projecto de interesse nacional, no II Quadro Comunitário de Apoio/PDR 94-99.

Foi a vitória de todos aqueles que, como o PCP, se bateram de forma firme, determinada e coerente pelo avanço deste importante empreendimento cujo aproveitamento integrado e integral se revela cada vez mais como factor essencial ao desenvolvimento do Alentejo.

A seca prolongada que se faz sentir no Alentejo, revelando e acentuando a fragilidade em que assenta a economia regional, designadamente a agricultura, põe em evidência ainda maior a importância de Alqueva como grande reserva estratégica de água do sul do País e responsabiliza ainda mais todos aqueles que, passando pelo poder ao longo dos últimos 19 anos, tudo fizeram para que a água do «Grande Rio do Sul» continuasse a desperdiçar-se no oceano, sem proveito para ninguém, em vez de ser apesada e criar o grande lago que podia e devia estar já a mitigar a sede ao ressequido Alentejo em anos de seca como este que vivemos.

Responsabiliza igualmente os que, invocando os mais absurdos argumentos contra o empreendimento, intervêm objectivamente, em defesa dos interesses dos grandes proprietários da terra, desde sempre inimigos de Alqueva, outra coisa não fazendo que dar aos sucessivos governos, pouco interessados em resolver os problemas do Alentejo, os pretextos para não arrancar com as obras e arrastar todo o processo através do interminável recurso a estudos e mais estudos enquanto o Alentejo é atirado para uma das mais profundas crises, económica e social, de que são traços mais evidentes o desemprego de mais de 40 mil trabalhadores, cerca de 20% da população activa, dos quais 28 mil não recebe sequer o subsídio de desemprego, a saída para a migração e emigração de outros 40 mil só nos últimos 10 anos de Cavaquismo/Nogueirismo, a estagnação da economia, a desertificação e o envelhecimento da região.

Ainda hoje, 2 anos e 4 meses depois de anunciada a decisão de recomeçar as obras e embora se repitam os discursos nesse sentido, estas continuam significativamente paradas, subordinadas a objectivos e calendários claramente eleitorais, apesar do empreendimento de Alqueva ser seguramente aquele que dispõe de maior número de estudos feitos, de todos eles apontarem inequivocamente para a sua importância e viabilidade e de ser inequívoco o apoio que o mesmo merece por parte das forças e sectores representativos do Alentejo.

É preocupante e pouco tranquilizador que assim seja. Como é preocupante que as mesmas vozes de sempre, que nada representam no Alentejo, continuem a desenvolver, com a cobertura de alguma comunicação social, orquestradas campanhas contra o Empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo de que o mesmo é importante suporte. Tanto mais preocupante quanto estas mesmas campanhas parecem encontrar algum eco no discurso dúbio do Partido Socialista que, através do seu dirigente e deputado Capoula Santos, afirma «que a construção de Alqueva tem que ser repensada» e, mais grave ainda, através do seu secretário-geral António Guterres, que Alqueva é uma questão em aberto.

Entre o arsenal utilizado contra Alqueva destaca-se a ideia das pequenas barragens associadas a pequenos regadios como alternativa o grande lago, a de que os caudais disponíveis não garantem o enchimento ou funcionamento pleno do empreendimento, os condicionalismos da PAC, o facto dos perímetros de rega existentes estarem a ser aproveitados a 50% e de Alqueva ir beneficiar apenas cerca de 200 proprietários em prejuízo do Alentejo no seu todo.

Com as pequenas barragens garantir-se-ia uma outra cobertura do território e, através de pequenos regadios, um melhor aproveitamento de manchas dispersas de solo de melhor qualidade.

Ora o que nos prova a seca que atravessamos é precisamente o contrário já que as cerca de 200 charcas, albufeiras,

pequenas e médias barragens existentes no Alentejo se encontram na generalidade secas, estando comprometido não só o regadio e o abeberamento dos gados como, em muitos casos, o próprio abastecimento de água às populações.

Se dúvidas houvesse de que o problema da água no Alentejo não se resolve contrapondo as pequenas barragens a Alqueva a vida aí está a mostrar-nos que elas não teriam razão de ser e que, aquilo que se impõe, é não só concretizar Alqueva como construir as inúmeras barragens como as do Enxoé, Minutos, Frei Joaquim, Veiros, Gema, Água Branca, Pizões, Abrilongo, Estação e tantas outras, por forma a cobrir todo o Alentejo.

Se tal tivesse sido feito, como repetidamente temos reclamado, se todas estas barragens estivessem construídas e a armazenar no Inverno a água de que carecemos no Verão, a seca não teria as consequências dramáticas que todos vivemos.

A água é hoje, comprovadamente e em qualquer parte do mundo, um bem precioso, estratégico e vital a qualquer processo ou modelo de desenvolvimento, é-o particularmente em zonas carentes como o Alentejo que sem ela está irremediavelmente condenado à desertificação económica e social.

E não nos venham dizer que estas barragens não se fazem porque Alqueva inviabiliza outros investimentos no Alentejo. Talvez não seja excessivo lembrar que foi já depois da decisão de recomeçar Alqueva que foi tomada a escandalosa decisão de dar mais 60 milhões de contos a cerca de 2000 grandes proprietários absentistas. Por que razão não se disponibilizaram esses mesmos milhões para investir numa região que representa 1/3 do território nacional permitindo desde logo a construção de pelo menos 10 barragens como a do Enxoé?

Completamente absurdo é o argumento de que «não se justifica substituir uma cultura anual de sequeiro por outra anula de regadio que tem como única vantagem a menor dependência das condições climáticas». Desde logo porque a própria afirmação reconhece que o regadio garante menor dependência das condições climáticas o que numa região como o Alentejo é simplesmente fundamental. E a diversificação cultural que o regadio possibilita? E os níveis de produção e de produtividade que se podem alcançar? E o emprego que gera uma agricultura de regadio? Só quem vive de costas para o Alentejo, para os agricultores e os trabalhadores agrícolas é que não percebe que sem água não é possível aspirar a uma nova, moderna e diversificada agricultura e que sem agricultura falar da defesa do mundo rural alentejano é pura demagogia.

Sejamos claros. A situação actual está bem para os grandes proprietários que recorrendo ao «set-aside» podem receber cerca de 7 mil contos por cada 100 hectares de terra que deixem em pousio. É evidente que a estes não interessa o Plano de Rega do Alentejo e, logo, Alqueva. Eles têm consciência, tal como todos aqueles que vivem da crescente dependência do País do estrangeiro, no plano agro-alimentar, que Alqueva deve representar o fim deste parasitismo sem vergonha que leva a que hoje importemos 70% dos produtos agro-alimentares de que o País carece e que os agricultores portugueses alentejanos podem e devem produzir como forma de pôr fim à situação ruínoza em que se encontram.

Nós não temos que nos conformar com a PAC. Temos é que nos empenhar para ter um governo que não capitule perante os interesses das grandes agro-alimentares que Bruxelas representa e defende. Um governo que não venda os interesses dos agricultores portugueses por meia dúzia de patacas que só beneficiam o parasitismo dos grandes proprietários da terra, um governo que saiba defender a nossa especificidade e interesse nacional.

Naturalmente que as valias resultantes da passagem de terras de sequeiro para regadio não podem ir beneficiar apenas 200 proprietários. Seria um escândalo monumental que o resultado de um investimento público no valor de 300 milhões de contos não revertesse para a posse do Estado e não servisse para beneficiar os trabalhadores agrícolas e os agricultores que sabem e querem trabalhar a terra e que não dispõem

dela para o fazer. A terra não pode continuar a ser um mero meio dos seus proprietários usufruírem elevadas rendas fundiárias. É necessário que a terra cumpra a sua função económica e social e para que tal aconteça é necessário que ela esteja nas mãos de quem a ponha a produzir, nas mãos de quem a trabalha, de acordo com o estipulado no Artigo 96º da Constituição da República, é necessária uma nova Reforma Agrária.

O aproveitamento eficaz do regadio não é compatível com a estrutura agrária latifundista de novo predominante na região. O argumento do mau aproveitamento dos regadios existentes que alguns esgrimem contra Alqueva são disso testemunho. Que se aprofundem as verdadeiras causas dessa condenável situação. Que se veja desde logo se a estrutura da posse e do uso da terra está ajustada à realidade, se não há demasiados proprietários a viver à custa de investimentos que foram pagos por todos nós, cobrando elevadíssimas rendas aos verdadeiros agricultores que assim se vêem espoliados de parte importante dos seus rendimentos e por outro lado impedidos de fazer os investimentos necessários à melhoria das respectivas explorações pois não vão investir em terra que não é sua. É preciso ter presente que no Alentejo 1% dos proprietários da terra têm nas suas mãos 80% da superfície agrícola útil existente. Por outro lado importa perguntar que estratégias estão definidas pelo governo para a agricultura portuguesa? Quais as fileiras agro-alimentares a implementar? Até quando esta navegação ao sabor dos ditames de Bruxelas que tem conduzido a agricultura portuguesa ao descabro e à ruína milhares de pequenos agricultores como o testemunha o desaparecimento de 109 732 explorações agrícolas só no período decorrido entre 1990 e 1994, a esmagadora maioria delas com áreas até aos 5 ha?

Quanto aos caudais e à sua insuficiência, a verdade é que um ano de chuvas como o que tivemos em 1989 deixaria a barragem quase cheia apesar das barragens em Espanha já existirem. Por outro lado e como se afirma no estudo integrado de impacto ambiental, «os estudos efectuados apontam para valores que asseguram água suficiente para o empreendimento». Mesmo tendo presente o Plano Hidrológico Espanhol as afluências médias no futuro deverão situar-se na ordem dos 2475 hm³/ano quando as necessidades identificadas são da ordem dos 1680 hm³/ano. Naturalmente nada disto invalida a incúria que os sucessivos governos têm tido nesta matéria face ao convénio Luso-Espanhol nem deve fazer esquecer as gravíssimas responsabilidades que lhes cabe pelo facto de terem deixado chegar o Guadiana à situação de ribeiro em que se encontra. Nada disto pode fazer-nos esquecer o Plano Hidrológico que não temos, o inventário de recursos hídricos subterrâneos que não existe assim como a ausência de uma estratégia clara que salvegarde o País quanto ao futuro.

Naturalmente que Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo poderão não deixar de ter alguns custos. Isso só no futuro se verá. Não restam dúvidas é quanto aos elevadíssimos custos que todos nós, alentejanos, a região e o País, já pagamos e estamos a pagar pelo facto de Alqueva ter ficado a marcar passo ao longo destes últimos 19 anos. Ou será que faz sentido falar de desenvolvimento, natureza e meio ambiente sem ter presente o ser humano? Ou será que faz sentido falar de Alentejo sem a presença da mulher e do homem alentejano?

Alqueva não representa em si a resposta a todos os problemas com que nos confrontamos nem em momento algum tal foi afirmado. O que sempre afirmámos e afirmamos é que Alqueva é um dos projectos estruturantes do Alentejo e se forem tomadas as medidas de fundo que a sua concretização implica Alqueva não só se irá repercutir positivamente em todo o Alentejo como no todo nacional.

Por tudo isto, por Alqueva, a luta continua.

A água é hoje,
comprovadamente
e em qualquer
parte do mundo,
um bem
precioso,
estratégico
e vital.

Comunicado do Comité Central do PCP

Situação política e tarefas

1. O Comité Central do PCP, reunido em 15 de Junho de 1995, analisou os principais aspectos da situação política nacional e as tarefas do Partido, com destaque para as que decorrem das eleições legislativas a realizar no próximo dia 1 de Outubro.

2. O Comité Central debateu as posições a assumir pelo PCP face ao importante processo de revisão do Tratado da União Europeia, tendo aprovado sobre essa matéria uma Resolução onde se definem e desenvolvem orientações de firme combate aos projectos de acentuação das concepções federalistas e de reforço da supranacionalidade, de luta por uma profunda mudança de rumo em relação às políticas e orientações fundamentais de Maastricht, de defesa intransigente do aparelho produtivo, dos interesses e da soberania nacionais, de prioridade à dimensão social e à coesão económica num quadro de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos.

3. Analisando a situação política nacional e a movimentação pré-eleitoral, o Comité Central conclui que, a três meses do acto eleitoral, se desenha com crescente nitidez a perspectiva de um significativo reforço da votação e influência do PCP e da CDU e a real possibilidade de derrotar o PSD, como factores decisivos para a derrota da política de direita e para a conquista de uma nova política e de uma alternativa democrática inspiradas por valores de esquerda.

O Comité Central salienta que esta possibilidade e esta perspectiva são inseparáveis da combativa intervenção do PCP em torno dos problemas mais vivos do povo e do país e da vasta, intensa e dinâmica intervenção pré-eleitoral do PCP e da CDU, com destaque nomeadamente para a realização dos Encontros Distritais da CDU; para a apresentação das listas de candidatos constituídas por homens e mulheres profundamente vinculados aos interesses populares; para as iniciativas da Juventude CDU; para a grande jornada de esclarecimento e contacto com a população promovida nos dias 2, 3 e 4 de Junho sob o lema «Juntos para dar a volta a isto!».

4. O Comité Central do PCP salienta que, a par das desesperadas tentativas e manobras demagógicas do PSD e do seu Governo para travarem o descrédito e o isolamento que os atingem, se mantém o gravoso prosseguimento de uma política lesiva dos interesses e aspirações da maioria da população e incapaz de dar resposta aos múltiplos e agudos problemas da sociedade portuguesa.

O PCP chama vivamente a atenção da opinião pública nacional para a propositada aceleração pelo Governo do escandaloso saque do património do Estado através dos processos de privatizações (Telecom, Petrolgal, Portucel, Tabaqueira, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, etc.), num manifesto esforço para dar, antes das eleições, um ainda maior impulso ao domínio da economia nacional pelo grande capital e pelas oligarquias financeiras.

O PCP salienta que se revestem de um profundo e duradouro significado político as cumplicidades e apoios que o PSD tem encontrado no PS e no CDS a respeito das privatizações, mesmo quando estas ocorrem num quadro clamoroso de ilegalidades e lesão do interesse público.

De facto, se o PS e o CDS são cúmplices e apoiantes do PSD na privatização de uma empresa pública como a Telecom - quando é patente que ela conduzirá a prazo à perda de controlo nacional sobre uma empresa estratégica e quando é indiscutível que um património público avaliado em mais de mil milhões de contos está a ser vendido por metade desse valor - então fica absolutamente claro que, tal como o PSD e o CDS/PP, também o PS se apresenta como totalmente subordinado aos interesses do grande

capital e, por isso, em nenhuma matéria significativa será capaz de contrariar ou resistir às suas exigências e pressões.

5. O Comité Central salienta que o combativo prosseguimento da luta dos trabalhadores e de todas as camadas sociais atingidas pela política do Governo do PSD constitui simultaneamente um imperativo essencial para fazer valer justas e prementes reivindicações imediatas e uma contribuição decisiva para a luta por uma nova política e por uma alternativa democrática.

O Comité Central saúda a valiosa jornada de luta pelas 40 horas promovida pela CGTP-IN de 5 a 9 de Junho e destaca a importância da mobilização das organizações de trabalhadores face ao debate no próximo dia 20 na Assembleia da República do projecto de lei do PCP que visa dar consagração legal a esta profunda aspiração de centenas de milhares de trabalhadores portugueses.

O Comité Central considera essencial que, no quadro das grandes tarefas do Partido, prossigam os esforços para concretizar as orientações para o reforço da organização, do trabalho e da influência do PCP junto dos trabalhadores.

6. O Comité Central reafirma como núcleo essencial da mensagem eleitoral do PCP a divulgação das suas propostas

condições de efectiva equidade e de real respeito pelo pluralismo, o PCP anuncia ao mesmo tempo que recorrerá a todos os meios políticos e legais que estiverem ao seu alcance para contrariar a realização de debates que, discriminando e silenciando o PCP e a CDU, representariam formas ilegítimas de condicionamento dos eleitores.

7. Para a consolidação e ampliação do grande movimento de simpatia, interesse, apoio e esperança que se afirma e manifesta em torno da CDU, o Comité Central sublinha a importância do prosseguimento de múltiplas acções de esclarecimento e de intervenção audaciosamente voltadas para conseguir que o profundo descontentamento com a política do PSD e a muito ampla intuição de que o PS se propõe prosseguir, no essencial, a política de direita se transformem numa clara e firme opção pelo voto na CDU, pelo único voto que contribui simultaneamente para afastar a direita do poder e para evitar que a política de direita venha a sobreviver pela mão do PS.

8. No quadro das principais forças concorrentes às próximas eleições legislativas, o PCP e a CDU marcam a diferença que vale a pena apoiar porque honraram inteiramente os compromissos assumidos com o eleitorado há quatro anos e podem legitimamente invocar uma constante intervenção em defesa dos interesses populares e em oposição à política e ao Governo do PSD.

O PCP e a CDU marcam a diferença porque se pronunciam clara e coerentemente pelo abandono da política de direita e das opções de fundo que estão na origem da crise e desagregação do aparelho produtivo nacional, do aumento do desemprego, do agravamento das condições de vida da população, da ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores e todo o conjunto de direitos sociais, da extrema acentuação das injustiças, das desigualdades e da crescente desumanização da vida social como dramáticos corolários a nível de problemas como o aumento da criminalidade e da insegurança, dos ataques aos direitos e liberdades dos cidadãos, da vaga insolente de

corrupção e clientelismo, das crescentes manifestações de intolerância e racismo.

O PCP e a CDU marcam a diferença porque têm a coragem de afirmar que os interesses de quem trabalha e de quem produz e o interesse público e nacional têm de passar à frente dos interesses e privilégios do grande capital e da especulação financeira e que os recursos nacionais têm de ser colocados, não ao serviço do enriquecimento ilegítimo de alguns, mas ao serviço da resposta eficaz às carências do povo português e do progresso e desenvolvimento de Portugal.

O PCP e a CDU marcam a diferença porque se reclamam, com orgulho e sem hesitações, do património de avanços e conquistas da Revolução de 25 de Abril e dos ideais e valores de esquerda e os inserem na sua proposta de uma nova política que, sobre as ruínas, estragos e feridas deixados pela direita e pela sua política, abra pela esquerda um novo caminho de confiança e de esperança para Portugal democrático.

Em Outubro, está nas mãos dos trabalhadores, dos democratas, do povo português, alcançar a verdadeira mudança democrática de que Portugal precisa.

Com o PCP, com a CDU - a esquerda necessária para uma nova política.



para uma nova política - uma política de esquerda empenhada na solução dos problemas nacionais - e do seu projecto de liberdade, desenvolvimento, bem-estar e justiça social para a sociedade portuguesa.

Sublinha entretanto a importância de se prosseguir e ampliar um decidido combate a todas as concepções e atitudes ofensivas de uma real democraticidade do processo eleitoral.

Neste âmbito, o Comité Central apela nomeadamente à luta firme e persistente contra a escandalosa e ilegítima instrumentalização pelo PSD dos recursos e dos cargos públicos a favor da sua campanha eleitoral e contra as operações visando instituir uma falsa «bipolarização» PSD-PS que têm como evidente objectivo político discriminar o PCP e a CDU, salvar a política de direita e impedir uma real viragem democrática na política nacional.

A este respeito, especial denúncia e protesto devem merecer desde já os projectos adiados tanto pelo PSD como pelo PS para debates televisivos exclusivamente com a participação de responsáveis destes partidos. Com efeito, trata-se de projectos ofensivos das regras democráticas e do pluralismo e que testemunham por parte do PSD e do PS um condenável propósito de impor uma imagem viciada e amputada da realidade política e das opções eleitorais existentes através da encenação mediática de divergências verbais e acessórias que escondam a substancial convergência de política entre o PS e o PSD.

Insistindo na sua disponibilidade de sempre para participar em todo o tipo de debates sobre os problemas nacionais em



Em todo o País

Encontros regionais da CDU

A CDU continua a apresentar os seus manifestos regionais e os seus candidatos às eleições legislativas, em encontros distritais que se realizam por todo o País. Estas iniciativas, que reúnem centenas de activistas e simpatizantes, têm como objectivo esclarecer o eleitorado, constituindo um grande fórum de discussão das propostas que o PCP, «Os Verdes» e a Intervenção Democrática pretendem elaborar para o seu programa eleitoral, de forma a corporizar uma verdadeira alternativa de esquerda.

No passado sábado, foi aprovado o Manifesto da CDU no Encontro Regional do Algarve, em que intervieram Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP e cabeça de lista pelo Algarve, e José Casanova, também pertencente à Comissão Política. Neste documento, alerta-se para o facto de «as fábricas, os barcos de pesca e as explorações agrícolas terem sido sacrificadas às directivas da União Europeia» e que é necessário erguer uma nova proposta governativa.

Os convívios sucedem-se no Algarve relacionados com as tradicionais festas dos santos populares. Hoje, os autarcas da CDU reúnem-se em Vila Real de Santo António, no Centro de Trabalho

do PCP. Amanhã, Carlos Luís Figueira estará presente em Lagos na reunião de militantes, e irá realizar-se uma sardinhada em Olhão e um convívio no Centro de Trabalho do PCP em Faro. No sábado, além do Encontro Regional da Juventude CDU a decorrer no Instituto da Juventude em Faro, que conta com a participação dos candidatos jovens da CDU Algarve, dirigentes nacionais da JCP e o cabeça de lista, estão ainda previstas reuniões de militantes em Olhão e Silves. Finalmente, no domingo, a Praia do Carvalho, em Lagoa, será palco de uma sardinhada.

Coimbra

«A Esquerda é uma Festa» é o nome do convívio que se irá realizar na sexta-feira, dia 30, no Jardim da Sereia, em Coimbra, em que serão apresentados os candidatos da CDU à Assembleia da República. Nesta confraternização haverá poesia, música de vários estilos, teatro, humor, artes plásticas, exposições e venda de livros, artesanato e solidariedade com os povos em luta.

Viseu

A Jornada Nacional da CDU, que decorreu no distrito de Viseu entre 4 e 12 de Junho e em que participou o cabeça de lista, Manuel Rodrigues, terá contactado directamente cerca de 10 mil pessoas em várias feiras e à porta de empresas nas zonas industriais de Viseu, Mangualde e Vouzela. No primeiro dia da jornada, realizou-se o Encontro Regional da CDU, em que foi apresentada a lista de candidatos pelo círculo eleitoral de Viseu. Nesta reunião, que contou com a intervenção de João Amaral, foi discutido o conteúdo das propostas da coligação para o desenvolvimento do distrito.

Bragança

O Encontro Distrital da CDU de Bragança foi promovido no passado domingo. Os participantes concluíram que a campanha para as eleições legislativas irá privilegiar o contacto directo com as populações, através de iniciativas abertas.

No documento que apresenta as linhas programáticas, chama-se a atenção para a necessidade da existência de um Plano Estratégico

Os candidatos da CDU

Braga

António Lopes

Professor, 47 anos, membro da Comissão Política do PCP

Cândido Capela Dias

Economista, Vereador na CM Guimarães, 47 anos

Manuel Barbosa da Silva

Contabilista, membro da AMVN Famalicão, 51 anos

Adão Ribeiro Mendes

Op. Têxtil, Coord. da USB, membro A. M. Guimarães, 43 anos

Alfredo Casais Baptista

Eng. Civil, Vereador na CM Braga, 48 anos

Carlos Silva

(Ind.) Professor Universitário, 48 anos

Manuel Carvoeiro

Professor, activista associativo em Esposende, 31 anos

Amélia Lopes

Op. Grundig/Braga, Sindicalista, Membro da USB, 41 anos

Luís Filipe Gomes

(Ind. proposto pelo Partido «Os Verdes») Ger. comercial, membro AM Terras Bouro, 37 anos

António Salgado Almeida

Médico, Presidente, J. Freg. Candoso/Guimarães, 36 anos

Luís Cunha

(Ind.) Médico, membro da AF Antime/Fafe, 44 anos

Miguel Lopes

(Ind.) Emp. Escritório, Presidente J. Freg. Riba d' Ave, 34 anos

Francisco Vieira

Op. Têxtil/Guimarães, sindicalista, 38 anos

Celestino Gonçalves

Op. Metalúrgico/Vila Verde, sindicalista, 46 anos

Júlia Mourão Vale

Ed. Infância, membro da AM Braga, 32 anos

Ana Amélia Guimarães

Professora, membro da AM Guimarães, 28 anos

Jorge Cunha Torres

Agente Métodos/Barcelos, 24 anos

Carla Alexandra Barbosa

Educadora Infância/VN Famalicão, 24 anos

António Mesquita Rodrigues

Médico, membro da AM Braga, 47 anos

Viriato Amaral

Fiscal Seg. Social, membro J. Freg. S. Victor/Braga, 47 anos

José Manuel Marques

Gerente Comercial/Cabeceiras de Basto, 41 anos

Bragança

António Alberto Vaz Pereira Morais

Sociólogo - Técnico Superior do Parque Natural de Montesinho, 46 anos. É membro do Secretariado da DORBA do PCP, Bragança

Fernando dos Santos Pilão

Advogado, 34 anos. Membro da Assembleia Municipal de Mirandela. É membro do Secretariado da DORBA do PCP, Mirandela

Manuel João Araújo

Funcionário da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 44 anos. Dirigente Nacional e Regional do STAL. É membro do Secretariado da DORBA do PCP. Alfândega da Fé

Eugénio José Martins Cavalheiro

Oficial da Marinha na Reserva e Empresário Agrícola, 60 anos. Membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Candidato Independente. Torre de Moncorvo

Rui Manuel Correia Tadeu

Professor Ensino Preparatório e Empresário Agrícola, 39 anos. Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas. Presidente da Direcção da Cooperativa Agrícola de Vila Flor. É membro da DORBA do PCP. Vila Flor

Nuno Augusto Barreira

Operário na Câmara Municipal de Bragança, 45 anos. Membro do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Bragança. Membro da Comissão dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Bragança. É membro da DORBA do PCP. Bragança

Victor Manuel Neto

Agente Técnico Agrário, 45 anos. Coordenador do Sindicato da Função Pública e da União dos Sindicatos de Bragança. Membro do Conselho Nacional da CGTP/IN. É membro do Secretariado da DORBA do PCP Mirandela.

António Martinho Alves Morais

Empregado de Farmácia, 38 anos. Militante do PCP - Macedo de Cavaleiros.

Beja

José Batista Mestre Soeiro

Operário Agrícola, 47 anos de idade. Foi fundador em Maio de 1974 do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja e seu dirigente até Maio de 1978. A partir de 1978, desempenhou funções de responsabilidade partidária no Alentejo e nas Beiras. Foi eleito membro do Comité Central do PCP a partir do IX Congresso, em 1979. É actualmente responsável pelo acompanhamento das Organizações Regionais do PCP no Alentejo. É membro da Comissão Política do PCP.

António João Rodeia Machado

Empregado/Segurança Social, 47 anos de idade. Foi vereador da Câmara Municipal de Beja no mandato de 79/82. É actualmente eleito na Assembleia Municipal de Beja. É presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Beja. É presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja. É presidente da Assembleia Geral da Cooperativa Proletário Alentejano. É membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP

Manuel Francisco Colaço Camacho

Engenheiro Electrotécnico, 40 anos de idade. É vereador da Câmara Municipal de Aljustrel. É presidente da Associação de

Municípios do Distrito de Beja. É membro da Direcção Regional de Beja do PCP. É actualmente responsável pela Organização Concelhia de Aljustrel do PCP. É eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

José Alberto Veiga Trigo

Comerciante, 44 anos de idade. É árbitro internacional de futebol. É eleito na Assembleia de Freguesia de S. João Batista.

Ana Benedita Ramos Caro

Operária Agrícola, 48 anos de idade. É vereadora da Câmara Municipal de Moura. É actualmente responsável pela Organização do Partido na Margem Esquerda do Guadiana. É membro da Direcção Regional de Beja do PCP. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X Congresso

José Joaquim Coutinho Correia de Araújo Carvalho

Professor - Licenciado em Filosofia e Humanidades, 40 anos de idade. Foi candidato da CDU à Assembleia da República para a actual Legislatura. É presidente da Assembleia Municipal de Odemira. É candidato independente proposto pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

Adolfo Sargento Bexiga

Operário Agrícola/Estudante, 25 anos de idade. É eleito na Assembleia de Freguesia de Baleizão. É membro da Direcção Regional de Beja do PCP. É membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa. É responsável da JCP no distrito de Beja.

Francisco António Monteiro da Cruz

Empregado/Segurança Social, 44 anos de idade. Foi candidato à Câmara Municipal de Serpa nas últimas eleições autárquicas. É adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Serpa. É membro da Comissão Concelhia de Serpa do PCP.

Coimbra

António José Avelãs Nunes

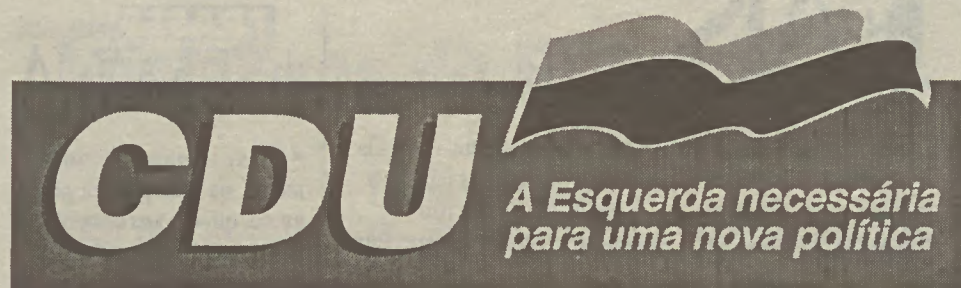
55 anos, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Presidente do Conselho Pedagógico e responsável pela Cooperação com os PALOP's. Professor da Universidade Internacional (Pólo da Figueira da Foz). Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, pertence ao Conselho Editorial da Revista «Vértice». É membro do Conselho da Presidência do Conselho Português para a Paz e a Cooperação. É membro da Comissão Coordenadora Nacional da CDU. Independente.

Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

39 anos, licenciado em Direito, membro do Comité Central do Partido Comunista Português.

Maria Luísa Ferreira Cabral dos Santos Veiga

48 anos, professora coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. É membro convidado do Conselho Científico da Escola Superior de Educação da Guarda. Colabora com a Universidade de Aveiro e com a Universidade Nova (Lisboa) no âmbito de projectos de investigação, orientação de mestrados e júris de mestrados e doutoramentos. Membro da direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e director do seu Centro de Formação. Independente.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



gico para o Nordeste, inserido num Plano Nacional de Desenvolvimento. «A candidatura da CDU defende a regionalização como condição vital para potenciar os recursos desta região, bem como a exigência de uma política eficaz de combate ao desemprego», sublinha-se.

Açores

No último fim-de-semana, realizou-se nos Açores o Conselho Regional do PCP, em que se indicou como primeiro candidato ao Parlamento pela CDU o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, e como mandatário regional o deputado regional do PCP, Paulo Valadão.

Nelson César dos Santos Fernandes

48 anos, enfermeiro chefe do Hospital Distrital da Figueira da Foz, membro da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, membro da DORC do PCP.

Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva

61 anos, professor catedrático e presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Autor de mais de cem obras e artigos sobre arqueologia e problemas do património. Independente.

Mário de Oliveira Nogueira

37 anos, professor do Ensino Básico, coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro, membro do Secretariado da FENPROF, director da Secção de Patinagem da Associação Académica de Coimbra. Membro do PCP.

João Carlos Tavares Pinto Ângelo

37 anos, técnico tributário, dirigente do Sindicato da Função Pública da Região Centro e da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra, membro da DORC do PCP.

Maria João Pacheco Gonçalves

26 anos, engenheira técnica agrícola (estagiária), membro do núcleo de Defesa da Natureza da Escola Superior Agrária de Coimbra, membro do Partido Ecologista «Os Verdes».

Francisco Eduardo Allen Barreto Gomes

52 anos, médico psiquiatra, chefe de serviço de Psiquiatria dos HUC. Membro do PCP.

António Eduardo Pita Caniceiro da Costa

62 anos, industrial, dirigente do Clube de Condeixa, membro da ID-Intervenção Democrática.

José Ângelo Mateus Alves

24 anos, estudante universitário, membro da Direcção Nacional da JCP e da Organização do Ensino Superior de Coimbra, membro da DORC do PCP.

Jorge Manuel Gonçalves Vicente

38 anos, operário cerâmico, coordenador do Sindicato dos Cerâmicos de Coimbra, membro da direcção da Federação Nacional da Cerâmica, membro da direcção da União dos Sindicatos de Coimbra e presidente do Grupo Desportivo dos Alunos de Gândara de Ançã, membro da DORC do PCP.

Deolindo Leal Pessoa

46 anos, médico ortopedista, fundador do CITEC e do CITMOR (Montemor-o-Velho), encenador e autor de teatro, dirigente do «Teatro» - Grupo de Teatro para a Infância de Coimbra. Membro do PCP.

Maria de Fátima Januário

40 anos, professora do Ensino Especial. Independente.

Licínio Maia Azedo

39 anos, técnico adjunto da construção civil, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Verde, músico e regente, dirigente do STAL e da União dos Sindicatos da Figueira da Foz, membro da DORC do PCP.

Évora

Lino António Marques de Carvalho

48 anos, técnico de contas, membro do Secretariado do Grupo Parlamentar e do Executivo da DOREV, membro suplente do

Mostrando-se preocupado com a grave situação económica, social e política deste arquipélago, especialmente com o desemprego e com os problemas da saúde, segurança social, educação e habitação, Decq Mota afirma que «esta situação se deve à total inexistência de uma política económica e social específicas, isto é, concebida em função das razões que justificam a autonomia».

Comité Central do PCP, deputado eleito pelo círculo de Évora, membro da Assembleia Municipal de Évora.

Joaquim José Serra

31 anos, professor, membro da DOREV e da Comissão Concelhia de Borba do PCP. É adjunto do presidente da Câmara Municipal de Borba.

Luís Filipe Codinhas dos Santos Varela

44 anos, encenador no CENDREV, membro do PCP. É membro da Assembleia Municipal de Évora.

Alexandre Júlio Vinagre Pirata

32 anos, engenheiro agrónomo, membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP. Presidente da Junta de Freguesia de N.ª S.ª da Vila, membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo.

Elsa Catarina Beja S. Bento do Couto

29 anos, economista, membro do Partido Ecologista «Os Verdes», faz parte da Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Évora.

António Manuel Nascimento Fráguas

51 anos, médico, director do Serviço de Medicina I no HDE. Especialista em Oncologia Médica. Director da Liga Portuguesa Contra o Cancro (Évora). É dirigente regional da Ordem dos Médicos.

José Joaquim de Miranda Correia

34 anos, empregado, membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP, dirigente do Sindicato do Comércio e Serviços do Sul, membro do Conselho Distrital da USE.

João António Grave Costa

41 anos, professor da CERC - Estremoz. Presidente da Junta de Freguesia de S.ª Maria. Membro da Assembleia Municipal de Estremoz.

Santarém

Maria Luísa Raimundo Mesquita

46 anos de idade. Residente em Santarém. Professora do Ensino Secundário. Licenciada em Filosofia Românica. Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa. Membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

Amândio Braulino Freitas

44 anos de idade. Agricultor. Residente em Benfica do Ribatejo - Almeirim. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. Presidente da Federação de Agricultores do Distrito de Santarém. Membro da Direcção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Membro da DORSA do PCP.

Luís Carlos Martins Peixoto

39 anos de idade. Residente em Abrantes. Médico. Deputado à Assembleia da República. Membro da DORSA do PCP.



A apresentação de candidatos em Setúbal, há duas semanas, cujo mandatário distrital da candidatura CDU é Eufrazio Filipe, presidente da Câmara do Seixal



O Encontro Distrital de Bragança decidiu que a campanha da CDU irá privilegiar o contacto directo com as populações da região

Manuel Azevedo Brandão

45 anos de idade. Residente em Coruche. Técnico de Animação Cultural. Presidente da Câmara Municipal de Coruche. Membro da DORSA do PCP.

Armindo João Gaspar Pinhão

42 anos de idade. Residente em Alpiarça. Professor. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça. Membro da Comissão Executiva da Região de Turismo do Ribatejo. Membro da DORSA do PCP.

João Manuel Pereira

36 anos de idade. Residente em Torres Novas. Empregado de escritório. Membro da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP.

Maria Manuela Santos Ferreira Cunha

38 anos de idade. Residente em Almeirim. Animadora Cultural. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

José António Martins Lucas Leitão

56 anos de idade. Residente em Santarém. Advogado. Membro da Assembleia Municipal de Santarém. Membro da Intervenção Democrática (ID).

Valdemar Rodrigues Henriques

45 anos de idade. Residente em Alcanena. Metalúrgico. Dirigente Sindical. Membro do Conselho Nacional da CGTP.

Nuno Filipe Silva Guedelha

19 anos. Residente em Torres Novas. Estudante. Músico grupo rock «Cardillium». Membro da Direcção Distrital da JCP.

Maria Margarida Fernandes Malaquias Tavares

36 anos de idade. Residente na Chamusca. Professora. Independente.

Luís Manuel Menaia Grácio

48 anos de idade. Residente em Tramagal - Abrantes. Ferroviário. Membro da Assembleia Municipal de Abrantes. Membro da Comissão de Trabalhadores da EMEF.

Orlando da Conceição Santos

52 anos de idade. Residente em Valada - Cartaxo. Professor. Presidente da Junta de Freguesia de Valada. Independente.

Fernando Manuel Galrito Domingos

35 anos de idade. Residente em Samora Correia - Benavente. Professor. Presidente da Assembleia de Freguesia de Samora Correia. Independente proposto pelo Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

Custódio da Silva Ferreira

66 anos de idade. Residente em Paialvo - Tomar. Ferroviário (aposentado). Presidente da Junta de Freguesia de Paialvo. Membro da DORSA do PCP.

PONTOS CARDEAIS

Exageros

(...) "Mas o que de todo não se justifica e, bem pelo contrário, merece também indignação mesmo que politicamente incorrecto é o absoluto exagero, destempero, excesso não só das reacções ao que aconteceu como do modo como o que aconteceu está a ser politicamente usado com a complacência de todos" (...) "num ambiente de excesso inflamado que teve o seu clímax com a tentativa de levar ao Parlamento Europeu um incidente racista de Lisboa" (...) "Se pensam que há alguma coisa de pedagógico nesta histeria colectiva «anti-racista» e que com ela se previne qualquer outro crime, estão bem

enganados: o efeito será precisamente o contrário." As palavras são de Pacheco Pereira, o ideólogo do PSD, a propósito do assassinio do jovem de origem cabo-verdiana, no Bairro Alto, no passado dia 11, por um bando de neonazis. Dir-se-ia que tais afirmações não valem um comentário, de tal modo falam por si das "preocupações" do autor, mas a verdade é que afirmações como as de Pacheco Pereira, deputado da maioria, comentador político encartado e presença constante em todos os meios de comunicação social, que ora veste a pele do Governo ora a da oposição, não podem ser levadas à conta de meros dislates sem consequências. É o mesmo Pacheco Pereira

que se inflama com a alegada defesa dos direitos humanos fora de portas, que não vislumbra ponta de reparo em nada do que fronteiras adentro sucede, seja a exploração do trabalho infantil, seja um crime racista, a não ser claro, para falar do "exagero" dos que ainda não perderam a capacidade de indignação. É o mesmo Pacheco Pereira, que congemma o colete de forças e a lei da rolha para os jornalistas, que se arroga o direito de dizer a toda a gente o que está certo ou errado. É o mesmo Pacheco Pereira que se diz preocupado com a "democracia" podre em que perora, e com a "tolerância" que lhe permite a existência, que sai a público clamando contra o "exagero" da revolta contra um hediondo crime racista germinado no caldo de cultura que a maioria de que faz parte vem alimentando há mais de uma década. Não é de admirar que com a "democracia" dos Pachecos tais crimes aconteçam. Mas é sem dúvida imprescindível que se cometam todos os "exageros" para lhe pôr termo, sob pena de estarmos a alimentar, em nome da democracia, os monstros que a pretendem liquidar.

Normalidades

No distrito de Aveiro, os direitos sindicais e socio-laborais são bem um exemplo da "democracia" que reina cá no burgo. Alguns exemplos: na empresa Cifial, do sector metalúrgico, faz-se discriminação salarial ao dirigente sindical; na Fepsa, sector têxtil, as casas de banho só estão abertas nos intervalos da manhã e da tarde (10 minutos cada um), e os trabalhadores que a pretendam utilizar fora desse período são obrigados a marcar o cartão de ponto; idêntica situação ocorre na Joaquim Alves Dias Coelho, sector corticeiro, onde para além dos registos das idas à casa de banho em cartão de ponto se chega ao refinamento de afixar, semanalmente, uma folha com os nomes dos utentes da dita e o tempo que cada um "perdeu" na ida à casa de banho; ainda no mesmo sector, de referir as empresas Justino Moreira e Cortiças Soares, ambas consideradas sem condições para laborar pela Delegação do Ministério da Indústria e Energia, mas para onde o Centro de Emprego de S. João da Madeira continua a enviar trabalhadores. Na superior visão dos Pachecos Pereiras da nossa praça, situações destas só podem ser consideradas normalidades, e os que as denunciam são, evidentemente, uns exagerados.

FRASES da SEMANA

"O que se passa, frequentemente, na vida política portuguesa, quanto aos comentadores, é um fenómeno curioso que é fazer o mal e a caramunha: primeiro calar o PCP e depois dizer que o PCP está calado."

(Luis Sá - «Semanário», 17.06.95)

"Ou Nogueira se demarca e perde. Ou se cola e fica um amanuense."

(dirigente socialista anónimo, citado em «Público», 20.06.95)

"Salvaguardadas as devidas diferenças entre as pessoas - e é bom que isso fique inteiramente claro -, o impulso que levou Manuel Monteiro a convidar Manuela Moura Guedes para as listas do CDS-PP foi o mesmo que levou, há uns anos, o Partido Radical italiano a apresentar como candidata a actriz Cicciolina."

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 17.06.95)

"Nós não trabalhamos na área dos concursos públicos mas, se aparecer alguém interessado, subestabeleço num colega de escritório."

(António Maria Pereira, deputado do PSD, titular de um importante escritório de advogados em Lisboa, sobre a proibição de advogados detentores de cargos políticos prestarem serviços profissionais a empresas concessionárias de serviços públicos - «Expresso», 17.06.95)

"Não quero deixar de expressar ao povo fimorense a grande alegria que levo depois de mais estes dois dias..."

(Cavaco Silva, despedindo-se da Madeira - «Público», 20.06.95)

"Ora bem, é preciso ter um mínimo de 50 anos, um mínimo de actividade que... eu confesso, já não sei se são dez anos... e depois há um... Não sei se são 7000 ecus, acho que são 7000 ecus por pescador... o que dá aproximadamente cem, cento e tal contos."

(Duarte Silva, Ministro da Agricultura e das Pescas, na Figueira da Foz, sobre a opção, pelos pescadores, entre a reforma antecipada ou o subsídio em "ecus", citado em «Público», 18.06.95)

"O Rui adora ver-me de mini-saia"

(Mila Ferreira, animadora de concursos televisivos - Revista «Maria», 21.06.95)

"Eu gosto do ECU"

(Eduardo Catroga, Ministro das Finanças - «RDP-Antena 1», 19.06.95)

"Obrigado Gorbatchov!"

(José Magalhães, deputado do PS - «Flashback TSF/SIC», 19.06.95)

"Eu sacralizo o banal"

(David Byrne, líder dos «Talking Heads» - «Público», 20.06.95)



PONTOS NATURAIS

Na Hora

Explicação

Um partido exige, para viver, grandes financiamentos.
(Luís Amado, do PS, em Parlamento, TV2)

Diálogo I

Ângelo Correia — Um político tem dois chapéus: o de ministro e o de dirigente partidário.

João Amaral — Portanto, quando muda de chapéu, também devia mudar de transporte...

(Caixa Alta, na TVI, a propósito do helicóptero utilizado por Marques Mendes)

Diálogo II

João Amaral — Eu gostava de entrar nesse helicóptero.

Ângelo Correia — Você é alto de mais para isso...

(Idem)

Para que conste

Nesse tempo, quem não alinhava era acusado de comunista. O Partido Comunista exercia um papel preponderante na luta.

(D. Eurico Dias Nogueira, Africa Aqui, TVI)

Santos Populares

S. João para não estar só fez uma fonte de prata. A tristeza dá um nó só o povo é que o desata

Diz-nos S. Pedro de novo: — Esta chave que eu seguro é a chave com que o povo abre as portas do futuro.

— O que vão fazer agora? (aos santos perguntou Cristo). Respondeu-lhe Santo António: — Vamos dar a volta a isto.

Pois...

Nunca houve tanta polícia na rua.

(Dias Loureiro, no dia 10 de Junho, Jornal da Tarde)

Palavras Datadas

Só falta dizer que não podem ser considerados traidores porque não foram julgados. Mas o que posso dizer é que eles são presumíveis delinquentes do crime de alta traição.

(Kaulza de Arriaga, Telejornal de 10 de Junho, referindo-se aos políticos da descolonização pós-25 de Abril)

Mário Castrim



Iniciativas do PCP

Baixa da Banheira
5ª Assembleia da Organização de Freguesia
 Sábado, 24, às 15h, no «Chinquinho»

Alverca

Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Jorge Cordeiro**: hoje às 21h30 no salão da Junta de Freguesia.

Grândola

Debate sobre problemas dos **Reformados**, com a participação do camarada **Jaime Félix** e de **Fernando Vasco**, candidato da CDU: sábado, 24, às 15h, no salão da Cooperativa de Consumo

Lisboa

Plenário de **Reformados da Cidade de Lisboa**: no CT Vitória, 3ª feira, 27, às 15h30 no CT Vitória

Plenário de militantes das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião**: sábado, 24, às 15h na Junta de Freguesia de S. João de Brito, com a participação do camarada **António Abreu**.

Encontro-piquenique (com sardinhada) dos camaradas da Organização da freguesia de **Benfica** no Parque Silva Porto, com a participação do camarada **António Filipe**: sábado, 24, a partir das 12h.

Rio Maior

Reunião concelhia de Quadros, para discussão da situação política e eleições legislativas e de questões da Organização do Partido: segunda-feira, 26, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

Sintra

Reunião plenária da célula da **Câmara Municipal/SMAS**: hoje, dia 22, às 21h no CT de Rio de Mouro, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

Reunião de **Reformados** da freguesia de **Agualva-Cacém**, com a participação de **Jaime Félix**: segunda-feira, 26, às 15h, no CT do Cacém.

PINHAL NOVO

Domingo às 13h
 Almoço-convívio de apoiantes da CDU na SFUA com a participação de **Octávio Teixeira** e **CARLOS CARVALHAS**

SEIXAL

Quarta, 28 às 20h30
 Jantar-convívio de apoiantes da CDU no restaurante «Taberna das Enguias» com a participação de **Octávio Teixeira** e **CARLOS CARVALHAS**

Às 22h
 Visita à Feira

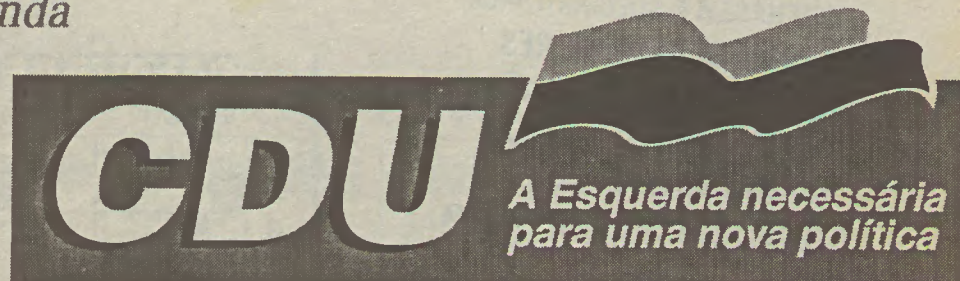
FEIJÓ

Passeio e almoço no CT de Peniche promovido pela C. Freg. do PCP, domingo, 2 de Julho
 ((Inscrições: tel. 2590820))

Terça, 27,
 a seguir
 ao noticiário
 das 10h

**Carlos
 Carvalhas
 responde
 aos ouvintes
 no Forum TSF**

À sexta-feira a
 partir das 19h
**NOITES
 DO VITÓRIA**
 Amanhã, dia 22
 Música ao vivo
 e a presença
 de **Luis Sá**



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Faro

Encontro regional da **Juventude CDU**: sábado a partir das 15h no Instituto da Juventude em Faro, com a participação de **Carlos Luís Figueira, Marco António Jóia** e **João Paulo Sousa**, candidatos pelo Algarve, e de **Bernardino José Soares**, candidato por Lisboa.

No final, **Jantar-convívio** no Centro de Trabalho do PCP, com actuação da banda «Ao Contrário».

Aljustrel

Sessões CDU para reformados, com a participação do candidato **Manuel Camacho**: hoje, quinta-feira, às 17h, em Ervidel, e amanhã em **S. João de Negrilhos**.
 Sessão CDU para reformados em **Brinches**, na Casa do Povo, com a participação dos candidatos **Francisco da Cruz** e **José Jacinto**: às 18h30.

Amadora

Visita de **Luis Sá** ao concelho, sábado durante todo o dia. Luis Sá participará também no convívio de **Reformados** que terá lugar a partir das 13h na Quinta de S. Miguel.

Convívio de trabalhadores e ex-trabalhadores da **Sorefame**, com a participação de **José Casanova**: dia 24 às 13h na Quinta das Águas Livres (Comissão de Moradores do Bairro Novo).

Braga

Contactos do cabeça de lista **António Lopes** e outros candidatos com a população e instituições de **Vila Verde**. Hoje.

Lavradio

Baile popular promovido pela CDU local na Praça do Lavradio: sábado às 21h.

Loures

Sessão CDU sobre «A Segurança das Populações» com a participação de **Carlos Gonçalves** - no Salão da JF do **Prior Velho**, sábado às 16h.

Festas populares promovidas pela CDU, sábado na **Bobadela** (Clube Bobadense, 17h) e em **Camarate** (café-concerto no CT do PCP a partir das 22h).

Almoço-convívio em **Unhos** (CT do PCP): domingo a partir das 13h.

Debate com **Demétrio Alves** sobre rede viária e transportes públicos: no Pavilhão da A.M.S.A.C em Sto. António dos Cavaleiros, terça-feira às 21h30.

Audição Pública sobre «A saúde na Área Ocidental de Loures» com a participação de **Edgar Correia**: na Esc. Primária nº 2, de **Odivelas**, terça, 27, às 21h30.

Porto

Convívio dos **Trabalhadores da Função Pública**, com a participação do candidato **José Calçada**: quinta-feira, 29, às 19h, no Restaurante do Hotel Internacional.

LOURES

Hoje às 18h no Refeitório da CM - Debate «Propostas do PCP para uma Nova Política» com a participação de **Demétrio Alves** e **ÁLVARO CUNHAL**

RIO DE MOURO

Jantar CDU sexta-feira às 20h30 no Rest. Casal da Serra (Av. Gago Coutinho, junto à Estação da CP) com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**

ODIVELAS

Festa Popular CDU no Largo D. Dinis - sábado a partir das 18h
 Intervenções políticas de **Álvaro Cunhal**, presidente do Cons. Nac. do PCP
João Galdes, da Ass. Intervenção Democrática
Sérgio Pinheiro, do Partido Ecologista Os Verdes

Mercado-Festa CALDAS DA RAINHA

Domingo, 2 de Julho no Parque de Merendas da Mata
 Venda de produtos agrícolas - Jogos populares - de manhã
 Música Popular - às 14h30
 Às 15h: Apresentação dos candidatos da CDU no distrito de Leiria, com intervenções de **Ana Rebelo** e **José Augusto Esteves**

Por isto e por aquilo...

As Damas do Bosque de Bolonha

(Quinta, 22.45, TV 2)

A exemplo do que já aconteceu em relação a Jean Giraudoux, o cineasta Robert Bresson escolheu de novo um homem de teatro - Jean Cocteau - para escrever os diálogos deste filme, um dos muitos que, tendo como base adaptações de obras literárias, foram rodados em França durante a ocupação nazi. Desta vez, é ao romance de Diderot que Bresson vai fazer apelo, na linha anterior que já chamara para si, no início da sua carreira, as atenções da crítica.



Elizabeth Taylor e Montgomery Clift, numa cena inesquecível de «Um Lugar ao Sol», de George Stevens



Lou Daniel Phillips, na personagem de Ritchie Valens, em «La Bamba», de Luís Valdez

Salvo por Amor

(Sexta, 14.30, SIC)

Em meio de uma atmosfera basto depressiva, *Salvo por Amor* é uma comédia ao melhor estilo do *humor negro* que, na mesma trajetória seguida por Jules Feiffer na sua própria peça homónima datada de alguns anos antes (1967), este adapta a um argumento cinematográfico dirigido por Alan Arkin com mão firme. Trata-se de uma violenta sátira «anti-sistema», recheada de excelentes interpretações (entre as quais a de Vincent Gardenia e a do próprio realizador - este num pequeno papel de detetive), embora nem sempre o filme prime pelo melhor bom gosto. De qualquer modo - e a par de outros filmes da semana que a SIC decidiu inexplicavelmente transmitir neste período da emissão - é de estranhar que, como a estação faz questão de notar, o próprio facto de se tratar de um filme inédito (presume-se, até, que na própria exibição comercial), não a tenha levado a transmiti-lo no horário mais favorável que costuma escolher para repetir até à exaustão filmes de ressonâncias exclusivamente espectaculares mas de lamentável nível artístico. Mistérios só explicáveis pela crescente e generalizada tendência para encher de lixo o horário nobre!

Vivo no Medo (Sexta, 00.15, TV 2)

Sob o pano de fundo da corrida aos armamentos e da Guerra Fria, Kurosawa debruça-se neste filme sobre a história de um empresário perseguido pelo temor do holocausto atómico - trauma a que não são estranhas as memórias de Hiroshima e Nagasaki. Um filme menos conhecido do grande realizador japonês, a ver com interesse.

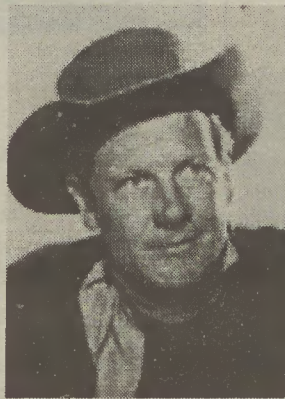
A Espada e a Rosa (Sábado, 17.20, Canal 1)

Com a marca inconfundível dos grandes espectáculos de entretenimento produzidos pelos estúdios Disney, *A Espada e a Rosa* foi encenado pelo estimável Ken Annakin tendo como tema um facto histórico - a louca paixão de Mary Tudor, irmã de Henrique VIII (interpretado admiravelmente por J. R. Justice) pelo futuro Duque de Suffolk, Sir Charles Brandon. Os espectadores mais grisalhos recordar-se-ão de ter visto este movimentado *capa-e-espada* na sua adolescência, nas *matiné*s de Sábado do cinema S. Jorge, aí pelos finais da época escolar, em vésperas das longas férias de Verão...

Um Lugar ao Sol (Sábado, 23.30, Quatro)

Eis um grande momento de cinema clássico, posto em cena com a maestria de um grande realizador (George Stevens), e ainda com a fabulosa revelação de Elizabeth Taylor. Mas também com a participação de

um fugaz e marcante membro da galeria de actores masculinos de Hollywood - Montgomery Clift. Um *melodrama*, adaptado do romance *Uma Tragédia Americana*, de Theodore Dreiser, que desaba sobre um jovem casal de apaixonados - um homem sem meios e ambicioso, à procura de subir na vida, e uma belíssima e rica herdeira - com prolongamentos na acusação de alegado assassinio cometido por aquele na pessoa da sua antiga namorada. Além da presença de uma actriz de peso - Shelley Winters - é inesquecível o par amoroso formado pelos jovens actor e actriz



Joel McCrea e Barbara Stanwick, intérpretes principais de «Aliança de Aço», um western de Cecil B. DeMille



e, em particular, o célebre diálogo da cena (ver foto) em que Montgomery Clift diz: «Oh! Angela, se eu fosse capaz de te dizer quanto te amo, se eu fosse capaz de te dizer tudo...» e Elizabeth Taylor lhe responde: «Diz... diz à mamã... diz tudo à mamã...»

A Viúva Negra (Domingo, 22.30, SIC)

Filme de «mistério e crime», *A Viúva Negra* é a história de uma mulher (Theresa Russell) que casa sucessivamente com uma série de milionários, para assassiná-los um após o outro... Brrrrrr! Uma história aparentemente banal e rasteira, que poderia dar um filme de terceira ordem, não fora o talento de Bob Rafelson que nos poupa momentos de eventual e arbitrário *suspense* para transformar este argumento numa atmosfera digna dos mais assinaláveis filmes *negros* dos nossos dias, não isento de imagens fortes, mas com grandes interpretações - sobretudo de

Dennis Hopper e de Debra Winger, esta na pele de uma investigadora do Departamento de Justiça.

Os Olhos Azuis de Yonta

(Domingo, a partir das 22.35, TV 2)

Próximo do cinema «documental», *Os Olhos Azuis de Yonta* é a segunda longa-metragem realizada por Flora Gomes, o realizador guineense, que aqui aborda as contradições de uma sociedade em busca da construção da sua identidade, enquanto novo país independente e soberano. O filme representou a Guiné-Bissau na secção *Un Certain Regard* no Festival de Cannes de 1992 e já tinha sido previsto para transmissão, pela mesma TV 2, sucessivamente em Janeiro e Maio deste ano. Será desta vez?

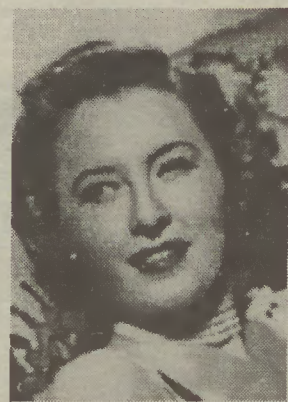
O Combate do Capitão Newman

(Terça, 14.30, SIC)

Mais outro filme anunciado pela SIC como *inédito* e, mais uma vez estranhamente, colocado numa *matinée* de um dia de trabalho - enquanto na véspera à noite, por exemplo, a mesma estação nos infligira, às 22.40, uma autêntica *mistela* que dava pelo nome de *Kickboxer 2!* Neste filme, situado em plena II Guerra Mundial e recheado de excelentes intérpretes, estamos perante uma comédia dramática na qual, a propósito do difícil combate de um médico psiquiátrico contra a burocracia, é fortemente criticado o espírito machista imperante nos meios castrenses.

Latino (Terça, 00.50, SIC)

Desta vez, acontece o contrário: se não houver as habituais alterações de última hora, a SIC coloca em melhor período da emissão (embora já madrugada dentro) um filme que há meses desperdiçara ao anunciá-lo para uma sessão da tarde. O que não pode deixar de ser saudado. Acresce que a singularidade do cineasta Haskell Wexler no panorama do cinema americano não pode ser ignorada ao vermos este seu segundo filme (!) por si realizado em



mais de 45 anos de carreira. Realizador de documentários e argumentista, director de fotografia de grande qualidade (*In the Heat of the Night*, *Colors*, *Who's Afraid of Virginia Woolf* ou *The Thomas Crown Affair*, entre tantos outros), o nome de Wexler está ainda ligado a um dos filmes de ficção que mais fez estremecer o «sistema» - *Medium Cool* - por si realizado, com a inclusão de material documental, durante a tristemente célebre convenção do Partido Democrático dos EUA, em 1968. Fortemente empenhado do ponto de vista político, Wexler dá-nos a ver no presente filme - realizado 16 anos após o primeiro! - as actividades anti-sandinistas de um «bóia verde» e o apoio dos EUA aos «contras» da Nicarágua. Considerado um exemplar do melhor cinema liberal americano.

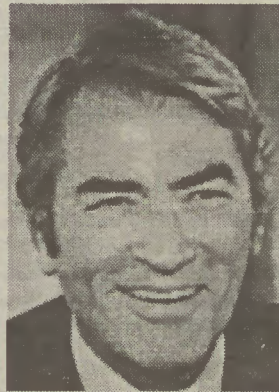
A Aliança de Aço (Quarta, 14.30, SIC)

Este filme que a SIC transmite neste horário - e que nenhum outro canal (que nos recorde) ainda transmitira até hoje! - é, nem mais nem menos, um dos mais interessantes *westerns* da História do Cinema, um *épico* situado no período da Guerra da Secessão nos EUA, durante a construção da primeira linha de caminho-de-ferro transcontinental. Realizado por Cecil B. DeMille, está repleto de algumas sequências de antologia, como é o caso da cena de pancadaria no *saloon*, mas o que surge como surpreendente no filme (para o que é habitual neste controverso e

polémico fazedor de grandes espectáculos) é o rigor posto na reconstrução da época. Para gravar e ver mais tarde. Porque não, por exemplo, nessa mesma noite, em vez do abjecto *Agora é a sua Vez?!?!*

La Bamba (Quarta, 22.00, Quatro)

Todos se recordam, certamente, de um tremendo êxito da música popular dos finais dos anos 50: *La Bamba*, de Ritchie Valens, a primeira grande estrela «chicana» do *rock' n' roll*, antes do surgimento de Carlos Santana ou do grupo Los Lobos. Pois este filme é um pedaço da bio-



Gregory Peck, Angle Dickenson e Tony Curtis, intérpretes principais de «O Combate do Capitão Newman», de David Miller



grafia de Valens, morto tragicamente aos 17 anos num acidente de aviação em que igualmente pereceu Buddy Holly. E é, sem dúvida, um filme simpático que funciona como uma homenagem não apenas a Valens mas também aos milhões de «chicanos», ignorados e explorados, que constituem uma das maiores «minorias» da população dos EUA. O que é mais interessante nesta película de Luís Valdez são, precisamente, as cenas do quotidiano da comunidade «chicana», embora o filme seja demasiado tocado por uma atmosfera de sentimentalismo que fazia chorar (segundo as crónicas) as plateias que assistiam às sessões de 1987, quando foi estreado, e que de novo veio trazer para os primeiros lugares das *charts* uma música, afinal tão simples e banal, como era *La Bamba*. Uma curiosidade.

O Companheiro de Quarto

(Quarta, 00.00, Canal 1)

Convenhamos que o «formato» do *telefime* surge, mesmo que imperceptivelmente, aos olhos do espectador como uma espécie de «cinema envergonhado», feito em pequenino, em que os temas dos argumentos em geral apresentam uma consensual tonalidade cor-de-rosa, em que a interpretação raramente ultrapassa a mediania e em que, correspondendo a uma realização e montagem as mais das vezes «burocráticas», tudo é iluminado de chapa e de todos os ângulos possíveis, para que (nas mais variadas e voláteis condições do seu «consumo») tudo acabe por sair normalizado e minimamente assegurado em termos de brilho, contraste, cor ou som. Nos nossos dias, o *telefime* é um recurso típico de todas as televisões para, ao inserirem-nos no conjunto de verdadeiros «saldos» em que cada vez mais é transformada a programação cinematográfica televisiva, se crie a sensação de se estar a presenciar verdadeiro Cinema. Às vezes, porém, alguns *telefimes* escapam a esta mediania corrente e substituem, com vantagem, os inúmeros produtos de terceira ordem saídos da cadeia industrial e comercial dos estúdios americanos. Parece ser este o caso de *O Companheiro de Quarto*, programado para as 00.00 horas, ao qual as referências atribuem nota positiva, e que, situado nos anos 50, se debruça sobre as contradições do comportamento psicológico de dois estudantes que partilham um mesmo quarto na Universidade de North-western. É um filme integrado na prestigiada série *American Playhouse* realizada para a cadeia de televisão norte-americana PBS, o «serviço público» que, na sacrossanta pátria do «mercado», consegue ser aquilo que o Canal 1 se envergonha de ser - o que pode mais uma vez comprovar-se se se disser que uma refinada idiotice como *O Caça-Poltcias II* é programado, nesta mesma noite, para as 22.00 horas! Acontece ainda que, no conjunto dos 12 filmes destacados para a semana, este é um dos únicos dois que justifica referência na programação do Canal 1. Está tudo dito!

■ Correia
da Fonseca

Sinais de Peste

Os recentes confrontos de raiz racista de que a Televisão (e não apenas ela) trouxe notícia fizeram-me recordar, e não decerto por acaso, algumas linhas das páginas iniciais de «A Peste»: «Na manhã do dia 16 de Abril, o doutor Bernard Rieux saiu do seu consultório e tropeçou num rato morto...» E um pouco mais adiante: «No dia seguinte, 17 de Abril, às oito horas, o porteiro deteve o médico e acusou três brincalhões de mau gosto de haverem posto três ratos mortos no meio do corredor.» Era, como se sabe, o princípio da epidemia terrível, de valor evidentemente simbólico, que constituiu o tema do famoso romance de Camus. Tenho, mais que esperança, a convicção de que o crime cometido no Bairro Alto, na madrugada do passado dia 11, e os acontecimentos subsequentes, não constituam o prólogo de uma grave epidemia racista a assolar, senão o País, pelo menos os grandes centros. Tenho essa convicção, mas não a certeza. Pelo que desde já se justifica alguma apreensão e, mais que isso, para lá das medidas preventivas que notoriamente têm faltado, o repúdio activo de intervenções susceptíveis de virem lançar algum óleo no fogo que, discretamente embora, já lavra.

Um tácito apelo

Ora, aconteceu que, precisamente, a Televisão trouxe a minha casa, e também à de milhões de outros cidadãos, palavras capazes de agravarem o melindre da situação. Por erro, por irre-

sentir que aquele homem está a fazer convites aos votos da extrema-direira racista filonazi nas próximas eleições.

Dir-se-á, e bem, que se Monteiro proferiu aquelas palavras, as TV's não tinham que omiti-las (no caso de Adriano Moreira a dúvida nem sequer se põe, porque a sua intervenção ocorreu no decurso da rubrica «Parlamento»). A questão, porém, nunca se situaria numa inaceitável supressão, mas sim na recusa de outras supressões e na transmissão de depoimentos que enquadrassem aquelas declarações num contexto adequado. Quanto a supressões, lembro a escassa ou nenhuma divulgação pela TV que mereceu a comunicação que Carlos Carvalhas fez sobre o assunto na manhã de domingo. No que respeita a outros depoimentos, não seria difícil obtê-los mesmo fora da área do PCP e da CDU que, como se sabe, estão incursos numa permanente excomunhão quase total lançada por quem comanda os serviços noticiosos e afins de todas e cada uma das estações portuguesas de Televisão.

Sopros e fumos

De facto, perante aqueles implícitos convites a represálias que subentendiam uma simetria falsa, e na circunstância tendencialmente criminosa, de dois racismos de sinal contrário no nosso país, seria preciso lembrar que, nas concretas condições portuguesas, só o racismo branco constitui grave ameaça para a

gia que, se prosseguida em plena consciência do que está a ser feito, se caracteriza por uma impressionante falta de escrúpulos. Quando, finalmente, ao fim de muitos anos de silenciamento quase total, começa a falar-se dos motivos concretos e gravíssimos que condenam a imigração negra à opressão laboral e à discriminação social, prolongando parcialmente no território europeu as múltiplas formas de violência branca que durante séculos mantivemos em território africano, vem um Monteiro soprar na fogueira e um Adriano produzir nuvens de fumo dissimulador.

Hoje e amanhã

Não direi que a situação é muito grave. Nem sequer direi, mais simplesmente, que é grave. Julgo evidente, porém, que pode ser grave e que, perante esse risco, não pode a Televisão, não podem as televisões, instalarem-se numa neutralidade fari-saica, talvez cómoda mas talvez também gratificante em face de eventuais recompensas (pois, como é sabido, a direita ultra paga melhor e intimida muito mais), a meio caminho entre os que querem empenhar-se na imperativa condenação das práticas racistas e neonazis. Hoje dirigidas prioritariamente contra os negros e amanhã porventura contra «raças» ideologicamente «inferiores», e os que sonham assentar as botas no inconfessado racismo de muitos portugueses para sobre ele subirem para



flexão ou por má-fé, dispararam no mesmo sentido. Para minha surpresa, chegaram primeiro pela boca do prof. Adriano Moreira, geralmente reputado como homem de sabedoria e bom-senso apesar de situado politicamente em mau sítio. Vieram, no dia seguinte, no verbo vocabularmente pobre mas sempre muito excitado e eventualmente excitante de Manuel Monteiro, auto-proclamado afilhado político do velho professor. Em tons diferentes, ambos vieram dizer que racismo não há apenas um, há o racismo branco e também o racismo negro. No discurso do jovem Monteiro, o denunciado racismo negro vinha já tingido por sangue de brancos e, se não me engano, pelo pus consubstanciado no tácito apelo a respostas violentas. Não é difícil pres-

paz social. Num outro plano, poderia dizer-se que há diversas doenças muito graves por esse mundo fora, a cólera e a lepra, a sida e o tifo, mas em Portugal, hoje, só a sida é justificadora de uma grande inquietação. Assim, se na abordagem dos problemas portugueses na área da Saúde fossem citadas todas estas doenças em paralelo, logo se diria, com plena justificação, que alguém estaria a desconversar, senão a lançar manobras de diversão com obscuras finalidades.

Neste caso, porém, não parece que a finalidade seja obscura: trata-se de reforçar as supostas razões do racismo antinegro, indo-se até ao ponto de escancarar portas à suposta «justificação» de novas violências. Com toda a evidência, é uma estraté-

outros degraus. Hoje, em Portugal, como noutros tempos e noutros lugares, a resistência contra o racismo e o nazifascismo passa pela audiência e divulgação das vozes da Esquerda. Fora disso, a salvação será sempre mais difícil.

Por muito que a crítica de Televisão não queira ser «política», desse modo se esquivando a tentativas grosseiras mas obstinadamente repetidas no sentido de a invalidarem, há conjunturas em que não pode recuar-se a apontar os factos. Bem basta que a TV seja sempre, em maior ou menor grau, política, enquanto recusa à crítica o direito de o ser também. Agora, há sinais de peste. Não são aceitáveis vestígios de objectiva cumplicidade.

de FOICE

Naturalmente

"O acordo vale zero. Votamos a favor". A coisa não se passou bem assim, mas quase, que nisto de ideias, princípios, coerências - no pressuposto caridoso de que existem - o PS não se coíbe de tudo sacrificar em nome do mais alto interesse que preside às deliberações do Largo do Rato: o poder. Sempre que ao fundo do túnel bruxuleia a chama, incipiente que seja, da hipótese de refastelarem os traseiros nos almofadados cadeirões de S.Bento, os insígnies barões do PS entram num frenesim de histeria colectiva, quais baratas tontas em dia de desinfestação, desdobrando-se num diz-que-diz-que-disse-que-não-disse, afirmando a pés juntos o negado na véspera, rejeitando com veemência o que antes foi defendido, alternando ataques de amnésia profunda e radical com inequívocas manifestações de memória de elefante, dando atenção à esquerda, à direita e ao centro, num rodopiar incessante de catavento que há muito perdeu o Norte.

Alentejanos no Alentejo e transmontanos em Trás-os-Montes, pescadores em Peniche e seareiros em Beja, colarinhos brancos em Cascais e mineiros na Panasqueira, nacionalistas em Lisboa e federalistas em Bruxelas, operários na Marinha Grande e empresários na concertação social, monárquicos nos Jerónimos e republicanos na Assembleia, devotos no Patriarcado e laicos no Terreiro do Paço, os barões do PS dão corda aos sapatos quando cheira a mudança, carregam pilhas quando a insatisfação agita as instituições, metem os dedos gorduchos nas fichas da electricidade quando se adivinham eleições, e ala que lá vão eles, eléctricos, ecléticos, pragmáticos, radicais, consensuais, heróicos, mártires, o que for preciso, para catar votos aqui e ter postura de Estado ali, signifique isso o que signifique.

Ainda esta semana tivemos mais um brilhante exemplo desta inesgotável capacidade de adaptação. O caso passou-se na Assembleia e em causa estava a ratificação do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos, mais conhecido por Acordo das Lajes.

O documento, com chancela de Durão Barroso, desmemoriado já dos "Fora a NATO" juvenis, foi classificado por Miranda Calha, há uns escassos três meses, de texto "sem substância". Para que não restassem dúvidas, afirmou-se mesmo que "o acordo vale zero", engrossaram-se vozes no coro de críticas à situação laboral dos açorianos adstritos à Base, pintaram-se de cores negras as perspectivas de futuro, teceram-se sérias, muito sérias críticas à política do PSD.

No início da semana, num daqueles gestos de Estado tão caros aos barões socialistas, Jaime Gama fez saber que "não se pode votar uma coisa substantiva em nome de pormenores". Anteontem, com a coerência que se lhe conhece, e apaziguados os pruridos do açoriano Martins Goular com a concessão da liberdade de voto, os deputados socialistas disseram de sua justiça no Parlamento, pedindo meças ao partido do Governo.

O acordo valia zero há três meses e não foi alterado. Coerentemente, piscando já o olho da postura de Estado ao "amigo americano", os socialistas reduziram as críticas à dimensão de "pormenores" e votaram. A favor, naturalmente.

■ AF

Carlos Carvalhas em Castelo Branco

Problemas de um interior que os governos abandonam

Carlos Carvalhas esteve na terça-feira em visita ao distrito de Castelo Branco, para reunir com sindicalistas e agricultores, contactar com trabalhadores e participar numa festa-comício na Covilhã. Os problemas de uma população sujeita a fenómenos de desertificação, desemprego e abandono por parte do poder laranja estiveram no centro das conversas e intervenções.

O início desta jornada foi feito com uma reunião com dirigentes da União de Sindicatos de Castelo Branco onde foi feito pelos sindicalistas um levantamento de problemas da região, à cabeça dos quais está o desemprego, cujo crescimento em todo o distrito é muito elevado atingindo só no concelho da Covilhã o valor de 20 por cento.

As causas para este facto, para a União de Sindicatos, têm a ver com o processo de destruição do aparelho produtivo, em especial no têxtil, sendo sublinhada a perigosa situação que se vive em Sobrais de Cima, onde uma série de empresas estão em muito difícil situação.

Os sindicalistas registaram o facto de não existir uma política de fomento industrial que crie alternativas à monoindústria dos lanifícios que, apenas, tem vindo em alguns casos a ser substituída por outra monoindústria: o vestuário.

É o que se passa no Fundão, Covilhã e outras localidades como Tortosendo, onde há poucos anos havia mil trabalhadores nos lanifícios e hoje esse número não passa dos 200 sendo já mais de mil os que trabalham na indústria do vestuário.

Neste encontro foi ainda referido que o desenvolvimento que tem sido adoptado para a indústria em Castelo Branco não ser sustentado, já que a maioria das empresas que estão no Parque Industrial são estrangeiras, podendo em qualquer altura em que a sua política transnacional o exija, sair da região, como já aconteceu em outros locais do nosso país.

Uma dirigente sindical dos enfermeiros falou de uma situação que reflecte as dramáticas condições sociais e económicas em que largos sectores da população do distrito vivem: o elevado número de crianças que chega ao Hospital de Castelo Branco em adiantado estado de subnutrição: «os adultos conseguem disfarçar a fome, mas as crianças não», diria.

Hospital onde chegam equipamentos que ficam largos meses, quando não anos, encalhados - é o caso de equipamento destinado ao tratamento do cancro da pele - e onde proliferam as contratações a recibo verde, sendo neste caso mais complicada a situação do Hospital da Covilhã onde estão 150 trabalhadores nessa situação.

Sector económico de primordial importância para o distrito é a floresta onde o actual défice (cerca de 10 por cento) na exploração do pinho faz os sindicalistas temer, a breve prazo, o registo de grandes dificuldades nas empresas do sector.

Depois deste encontro, Carlos Carvalhas dirigiu-se para um almoço com jornalistas de quase todos os órgãos de comunicação social - cerca de 12 jornais e rádios - do distrito após o que se deslocou ao Fundão para uma reunião com representantes de organizações de agricultores efectuado na Caixa de Crédito Agrícola.

As dificuldades resultantes das perdas de culturas em consequência das geadas, os problemas no olival e na produção de azeite - as novas regras de tratamento das águas ruças implicam investimentos dos pequenos lagares e cooperativas para os quais não se dão apoios - foram dois dos temas discutidos.

Os agricultores destacaram o atraso do sistema de regadio da Cova da Beira e a repetida promessa dos governantes da construção da barragem do Sabugal, feita em todas as campanhas eleitorais, mas nunca concretizada. Há poucas semanas, lá estiveram cinco ministros a anunciar, de novo, a obra...

Do Fundão, a delegação da CDU deslocou-se a Belmonte, onde distribuiu um documento sobre a redução dos horários de trabalho para 40 horas semanais - nesse dia discutia-se na Assembleia da República uma proposta nesse sentido apresentada pelo PCP - na altura em que os trabalhadores saíam das empresas.

Após essa distribuição, Carvalhas visitou uma exposição sobre Belmonte antigo patente no Castelo da vila.

Saque do património público

Antes do fim desta jornada, realizou-se em Tortosendo um jantar com 130 apoiantes da CDU onde usou da palavra Manuel Valentim, dirigente sindical que figura em terceiro lugar na lista apresentada no distrito pela Coligação concorrente às próximas eleições legislativas.

O secretário-geral do PCP

fez, na altura, uma saudação ao povo de Tortosendo e exortou à participação na campanha eleitoral manifestando confiança na obtenção de um bom resultado para a CDU nas eleições de 1 de Outubro.

No final do dia realizou-se uma festa/comício no jardim público da Covilhã onde actuou a Banda do Jogral, perante a assistência de várias centenas de pessoas.

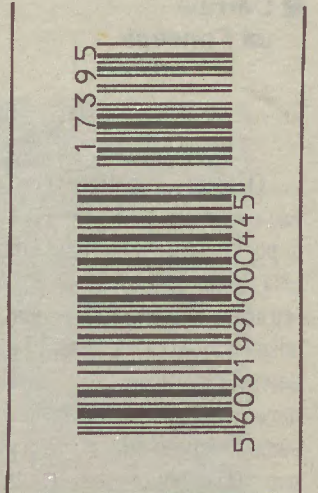
Lurdes Figueira, mandatária da lista da CDU pelo distrito, apresentou os candidatos da Coligação às próximas eleições legislativas, antes dos discursos do cabeça de lista e do secretário-geral do PCP.

Na intervenção do dirigente comunista foram abordados temas que resultaram dos contactos mantidos ao longo do dia - por exemplo a barragem do Sabugal, as dificuldades dos trabalhadores e a crise na agricultura e o desemprego na região - e também assuntos de âmbito político nacional, como foi o caso da transparência ou o processo de privatizações.

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, referiu-se ao facto de o Presidente da República não ter vetado o Decreto-lei da privatização da Petrogal, dizendo que Mário Soares deveria «tomar posições concretas em relação ao saque do património público».

Neste comício que reuniu, segundo a LUSA, cerca de mil pessoas no jardim público da Covilhã, e que fechou a jornada pelo distrito de Castelo Branco, Carvalhas falou também da política do PSD, dizendo que «pode servir a clientela daqueles que têm o cartão laranja, os oportunistas, os corruptos, mas não serve o povo que trabalha e cria riqueza».

Num improviso muito aplaudido, Carvalhas sustentou que o PSD, «sabendo que tem os dias contados» no Governo, «está a privatizar a toda a força» pro-



curando «entregar bens públicos aos seus amigos e clientela».

«É um escândalo a que também o PS procedeu em tempo devido» e que a CDU «tem de denunciar porque é um roubo que está a ser feito ao património público», disse o dirigente do PCP para quem a Telecom «foi vendida ao desbarato».

No comício interveio, antes de Carlos Carvalhas, o cabeça de lista pelo círculo de Castelo Branco, Luís Lourenço, professor universitário e membro da mesa da Assembleia Municipal da Covilhã.

Depois de um breve retrato da situação económica e social do país, Luís Lourenço falou do seu distrito, referindo as elevadas taxa de desemprego, e o encerramento ou redução de postos de trabalho em empresas como a Portucel, Minas da Panasqueira, CIL, SOTIMA ou UIC.

Agricultura em ruína, serviços públicos transferidos para Coimbra, as estradas com construção atrasada devido a má planificação, as linhas férreas sem evolução, e a abertura de hipermercados a sufocar o pequeno comércio foram alguns dos problemas levantados pelo orador.

«O nosso distrito não pode prolongar a fatalidade do isolamento, do desemprego, do envelhecimento e do subdesenvolvimento», disse Luís Lourenço, que concluiu: «para que seja de facto possível dizer que é bom viver aqui, é necessário, é urgente, é imprescindível alterar a política que tem vindo a ser seguida, é necessário uma nova política».

Carlos Carvalhas em Viana do Castelo

O Secretário-geral do PCP visita, no próximo sábado, as seguintes localidades do distrito de Viana do Castelo, a convite da CDU:

Darque

Encontro com a população e visita e reunião com a direcção da Sociedade de Instrução e Recreio Darquense, às 11 h.

Ribeira

Encontro com a população na Junta de Freguesia de Monserrate, às 12 h. Acção de agitação da CDU no Largo de Sta. Catarina.

Ponte de Lima

Festa Popular/Piquenique em Arcozelo (Amado), a partir das 13 h.